

Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna



Júlia Nunes Henriques

Aspirante a Oficial de Polícia

Dissertação de Mestrado em Segurança Pública

XXXVII Curso de Formação de Oficiais de Polícia

**Trabalhar com crianças abusadas:
Reflexos na saúde física e psicológica dos polícias**

Orientadora:

Prof.^a Doutora Lúcia G. Pais

Lisboa, 13 de maio de 2025



Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna



Júlia Nunes Henriques

Aspirante a Oficial de Polícia

Dissertação de Mestrado em Segurança Pública

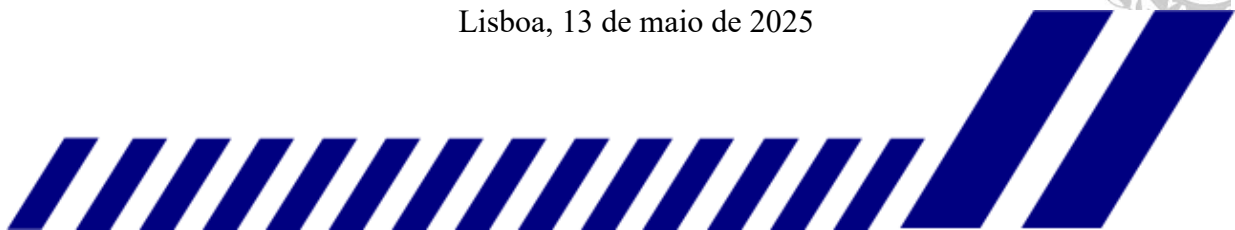
XXXVII Curso de Formação de Oficiais de Polícia

**Trabalhar com crianças abusadas:
Reflexo na saúde física e psicológica dos polícias**

Orientadora:

Prof.^a Doutora Lúcia G. Pais

Lisboa, 13 de maio de 2025





Estabelecimento de Ensino: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna

Curso: XXXVII CFOP

Orientador: Prof.^a Doutora Lúcia G. Pais

Título: *Trabalhar com crianças abusadas: Reflexos na saúde física e psicológica dos polícias*

Autor: Júlia Nunes Henriques

Local de Edição: Lisboa

Data de Edição: 13 de maio de 2025

Dissertação apresentada ao Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna com vista à obtenção do grau de Mestre em Segurança Pública, elaborada sob a orientação da Prof.^a Doutora Lúcia G. Pais

Agradecimentos

Concluído este percurso de cinco anos, não posso deixar de agradecer a todos os que direta ou indiretamente me apoiaram ao longo deste tempo.

Ao meu agregado familiar, mãe, pai, e Sis por serem o meu apoio.

À minha orientadora, Prof. Doutora Lúcia G. Pais, por todas as explicações e tempo dispensado, tendo sempre um humor e carinho associados a cada interação. Sem a sua orientação nada disto tinha sido possível.

A todos os Polícias que de forma pronta e voluntária aceitaram participar neste estudo disponibilizando o seu tempo para uma partilha de experiências única e imprescindível.

Ao Instituto dos Pupilos do Exército, por ser sempre a minha casa e me ter dado as ferramentas necessárias para me tornar a pessoa que sou hoje. Por todas as experiências e pessoas com quem me pude cruzar.

À subcomissário Ana Monteiro e Mariana Azevedo por toda a paciência e ensinamentos que me deram ao longo destes últimos meses. Muito obrigada por terem contribuído positivamente para o meu primeiro contacto com a vida policial.

Ao diretor de estágio, subintendente Artur Pestana, por todo o humanismo demonstrado.

Às minhas “mininas” Beatriz, Carlota, Diana, Jeusy e Sofia por todos os momentos de partilha, brincadeira e apoio vividos ao longo do nosso curso, que continuemos a conviver assim...”falta pouco!” E a ti, Sarita, pelas tuas maluquices.

Aos meus amigos e a quem me acompanhou neste percurso.

Ao XXXVII, por estes anos partilhados.

À Jix, à Bina, ao Estevão e ao Alexandre, por terem-me acompanhado indiretamente neste percurso sendo sempre um escape de alegria e bem-estar.

A toda a minha família, incluído a Xana e o Ruivo.

Ao João Pedro, por seres tão Raro que te tornaste no meu maior companheiro.

Epígrafe

“Querer é Poder”

(Instituto dos Pupilos do Exército)

*“Não é preciso muito para matar uma pessoa:
basta convencê-la de que ninguém precisa do que ela faz”*

(Fiódor Dostoeiévski)

Resumo

A saúde mental tem vindo a afirmar-se como uma prioridade na agenda pública, sendo reconhecida como um dos grandes desafios do século XXI, sobretudo entre profissionais expostos a eventos traumáticos. Os polícias da Polícia de Segurança Pública (PSP), enquanto primeiros intervenientes em situações críticas, enfrentam um risco elevado de desenvolver consequências psicológicas, físicas e comportamentais. O presente estudo procurou compreender de que forma os polícias da PSP são impactados pelas ocorrências de abuso sexual de menores, um crime considerado sensível e complexo ao nível emocional e procedimental. Através de um estudo qualitativo, baseado na análise de conteúdo de 20 entrevistas semiestruturadas feitas em profundidade a polícias que tenham respondido a pelo menos uma ocorrência deste tipo, procurou-se identificar os impactos sentidos e as estratégias utilizadas para os mitigar. Os resultados evidenciam a presença significativa de sintomas de fadiga por compaixão, trauma secundário, sentimentos de impotência e revolta, com especial incidência nos polícias que são pais. As consequências estão frequentemente associadas à falta de formação específica e ao défice de apoio psicológico institucional, refletindo a necessidade urgente de reforçar medidas de proteção e acompanhamento da saúde mental no seio da instituição policial.

Palavras-chave: Abuso sexual de menores; Complexidade da atividade policial; *First responders*; Polícia de Segurança Pública; Saúde Mental.

Abstract

Mental health has become a priority on the public agenda and is recognised as one of the great challenges of the 21st century, especially among professionals exposed to traumatic events. Police officers from the Public Security Police (PSP), as first responders in critical situations, face a high risk of developing psychological, physical and behavioural consequences. This study sought to understand how PSP police officers are impacted by incidents of child sexual abuse, a crime considered sensitive and complex at an emotional and procedural level. Through a qualitative study, based on the content analysis of 20 semi-structured in-depth interviews with police officers who had responded to at least one incident of this type, we sought to identify the impacts felt and the strategies used to mitigate them. The results show the significant presence of symptoms of compassion fatigue, secondary trauma, feelings of helplessness and anger, particularly among police officers who are fathers. The consequences are often associated with a lack of specific training and a shortage of institutional psychological support, reflecting the urgent need to strengthen measures to protect and monitor mental health within the police institution.

Key-words: Complexity of police activity; First responders; Public Security Police; Sexual abuse of minors; Mental Health.

Índice

Agradecimentos	IV
Epígrafe	V
Resumo	VI
Abstract	VII
Índice de anexos	X
Índice de figuras.....	XI
Índice de tabelas.....	XII
Introdução	1
Capítulo I – Enquadramento Teórico.....	4
1. Abuso sexual de menores	4
<i>1.1. Em Portugal</i>	4
<i>1.2. Evolução Estatística - casos de abuso sexual de menores em Portugal</i>	7
2. Polícia de Segurança Pública e os casos de abuso sexual de menores.....	11
<i>2.1 Papel da PSP nas ocorrências de crianças abusadas</i>	11
<i>2.2. MIPP da PSP</i>	13
3. Exemplos a nível internacional	16
<i>3.1. Estados Unidos da América</i>	16
<i>3.2. Europa - Modelo Barnahus</i>	17
<i>3.3. Reino Unido</i>	18
4. Complexidade da vida policial.....	19
<i>4.1. Os desafios da atividade policial</i>	19
<i>4.2. Impacto da exposição a incidentes críticos com menores e a sua gestão</i>	24
<i>4.3. Estratégias de gestão e apoio</i>	28
5. Formulação do problema de investigação	31
Capítulo II – Método	34
1.Participantes	34
2. <i>Corpus</i>	34
3. Instrumentos	34
<i>3.1. Entrevista</i>	34

3.2. <i>Análise de conteúdo</i>	36
4.Procedimento.....	39
Capítulo III – Apresentação e discussão de resultados	41
Capítulo IV – Conclusão	56
Referências	62

Índice de anexos

Anexo 1 – Pedido para realização de entrevistas e disponibilização de dados	77
Anexo 2 – Ofício que autoriza a realização das entrevistas	79
Anexo 3 – Termo de consentimento informado	80
Anexo 4 – Exemplos de questões realizadas na entrevista.....	81
Anexo 5 – Grelha categorial.....	82
Anexo 6 – Descrição da grelha categorial.....	89
Anexo 7 – Quadro de resultados obtidos –Frequências de u.r. por subcategoria e categoria	98

Índice de figuras

Figura 1 Distribuição das Unidades de Registo (u.r.) Pelas Categorias de Análise..... 41

Figura 2- Distribuição das Unidades de Registo (u.r.) Pelas Subcategorias de Análise 43

Índice de tabelas

Tabela 1- Número de processos de abuso sexual de crianças que dão entrada na Polícia Judiciária.....	8
Tabela 2- Crimes registados pelas autoridades policiais contra a autodeterminação sexual de menores.....	9

Introdução

A Polícia de Segurança Pública (PSP) é uma instituição fundamental na promoção da segurança interna e na preservação da ordem pública, assegurando o exercício dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos. O seu papel vai além da mera aplicação da lei, integrando-se na própria estrutura da vida em comunidade, onde atua de forma preventiva e interventiva, promovendo a confiança social e o bem-estar coletivo (Lei n.º 53/2007, de 31 de agosto).

No exercício das suas funções, os polícias são expostos sistematicamente a situações de elevada gravidade e potencial traumático, que vão desde episódios de violência doméstica, acidentes graves, homicídios, até crimes particularmente sensíveis como o abuso sexual de menores. Estas experiências exigem uma resposta emocional e profissional rápida, sendo frequentemente vivenciadas num ambiente de alta pressão e imprevisibilidade.

A literatura aponta para a profissão policial como uma das mais suscetíveis ao desenvolvimento de *stress* ocupacional e perturbações psicológicas, dada a exposição contínua a eventos críticos (Civilotti et al., 2022). Violanti (2018) reforça que a imprevisibilidade do serviço e o contacto reiterado com situações de violência e sofrimento constituem fatores de risco significativos para o desenvolvimento de *burnout*, ansiedade, depressão e trauma secundário nos polícias.

Um exemplo paradigmático do *stress* associado à atividade policial é a intervenção em ocorrências de abuso sexual de menores. Estes crimes, pela sua natureza profundamente sensível e emocionalmente exigente, colocam os profissionais perante realidades dolorosas e desafiadoras, aumentando o risco de impacto psicológico negativo ao longo do tempo.

O abuso sexual de menores é um crime complexo e devastador, cujas consequências perduram muito além do ato em si, afetando profundamente as vítimas e a sua rede de apoio. Reconhecido como uma preocupação prioritária pelos Estados, tem motivado a criação de políticas públicas de proteção da infância e o reforço das estratégias de intervenção interinstitucional (Plano Nacional de Combate à Violência contra Crianças e Jovens, 2022).

A complexidade da intervenção nas ocorrências de abuso sexual de menores advém também do facto de, em Portugal, a investigação destes crimes ser da competência da Polícia Judiciária, exigindo dos polícias da PSP a atuação imediata no local, a preservação de prova e o acionamento célere de diversas entidades, como a Polícia Judiciária, a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) e o Ministério Público (Lei n.º 21/2008, de 12 de

maio). Esta articulação interinstitucional, necessária, mas complexa, acrescenta camadas adicionais de responsabilidade e *stress* ao trabalho dos polícias.

A exposição a eventos críticos de elevada carga emocional, como os casos de abuso sexual infantil, pode desencadear nos polícias sintomas de trauma secundário, fadiga por compaixão e *stress* pós-traumático (Hesketh & Tehrani, 2018; Hurrell et al., 2018)). O contacto empático com as vítimas, aliado à sensação de impotência face ao sofrimento das vítimas, potencia o desgaste emocional, comprometendo a capacidade de autorregulação emocional dos profissionais, em particular os de primeira linha de resposta.

A cultura organizacional da PSP, à semelhança de outras forças policiais, tende a privilegiar a resistência emocional e o controlo, desencorajando a expressão de vulnerabilidade (Machado, 2022; Valmari, 2023). Esta cultura de silenciamento dificulta a procura de apoio psicológico e favorece a acumulação de *stress* e trauma, aumentando o risco de desenvolvimento de perturbações psicológicas, absentismo e menor eficácia profissional.

O impacto cumulativo destas exposições sem apoio adequado pode traduzir-se em alterações duradouras no bem-estar psicológico dos polícias, afetando não apenas a sua saúde mental, mas também a qualidade das respostas profissionais que prestam à população (Violanti et al., 2017). A implementação de estratégias de suporte psicológico contínuo, formação especializada e políticas institucionais de promoção da saúde mental torna-se, assim, imprescindível para assegurar a sustentabilidade da missão policial.

Reconhece-se, assim, a importância de identificar os fatores que afetam a saúde dos polícias e de promover um acompanhamento sistemático que assegure condições de trabalho mais favoráveis e ajustadas às exigências da profissão. A Ordem dos Psicólogos Portugueses (2020) sublinha que a prevenção dos riscos psicossociais é fundamental para a manutenção da saúde mental no contexto laboral, alertando para as consequências do *stress* não gerido, que pode comprometer o desempenho profissional e conduzir a decisões inadequadas. Nesta perspetiva, torna-se necessário investir em estratégias organizacionais que favoreçam o bem-estar psicológico dos polícias e previnam o agravamento do impacto emocional associado à prática policial.

Na PSP existem polícias que trabalham diretamente com crianças, por se tratar de um grupo vulnerável da sociedade, atuando em ambiente escolar com o intuito de criar uma relação próxima e de confiança com as crianças.

No entanto, por o crime de abuso sexual de menor não ser reportado apenas em ambiente escolar, cabe a todos os polícias serem a primeira linha de resposta (*first line*

responders) caso sejam chamados para uma ocorrência deste género. Recai sobre o polícia a responsabilidade de proteger a vítima acionando os meios competentes para a investigação.

Perante tal complexidade e todo o peso emocional da ocorrência, parece imperioso que exista formação na área da saúde mental para os polícias, de modo a que estes lidem melhor com as situações que ocorrem na sua vida profissional, ajudando-os a entender melhor as consequências que podem ter na sua própria saúde física e psicológica devido à exposição repetida a este tipo de ocorrências.

Neste cenário, e dando continuidade a variados estudos já realizados no que concerne ao impacto da atividade policial na saúde dos profissionais da PSP (Almeida, 2022; Meleiro, 2024; Nunes, 2023; Silva, 2021; Vilela, 2021), a presente investigação procurou detetar, antes de mais, quais as consequências para a saúde física e psicológica dos polícias que podem estar associadas à exposição repetida a situações de abuso sexual de menores, nomeadamente, para os polícias que dão resposta às ocorrências.

Assim, no primeiro capítulo deste trabalho é feita a apresentação do estado da arte acerca da temática em estudo, procedendo-se ao enquadramento teórico do problema em estudo, incluindo a definição de abuso sexual de menores, seguida de um pequeno enquadramento geral da predominância do crime em Portugal. Seguiu-se a análise da missão atribuída à Polícia nestas situações, abordando o trabalho das Equipas de Policiamento da Escola Segura (EPES), explorando também a realidade de três polícias diferentes ao redor do globo. Abordam-se igualmente as exigências inerentes ao exercício da função policial e as respetivas repercussões na saúde dos polícias, particularmente no contexto da gestão de eventos críticos que envolvam menores abusados. Por fim, explora-se estratégias de gestão e apoio que procurem mitigar os efeitos sentidos na exposição a incidentes traumáticos.

O segundo capítulo destinou-se à exposição do método utilizado para a concretização da parte empírica do estudo, contemplando a caracterização dos participantes entrevistados e a descrição do procedimento analítico aplicado às suas respostas, nomeadamente a análise de conteúdo. Posteriormente, no terceiro capítulo, apresentaram-se e discutiram-se os resultados obtidos, o que permitiu, no capítulo final, tecer as considerações finais decorrentes dos principais achados da investigação.

Capítulo I – Enquadramento Teórico

1. Abuso sexual de menores

O abuso sexual é definido como o envolvimento de uma criança numa atividade sexual que ela não compreende totalmente, para a qual não é capaz de dar o seu consentimento informado, para a qual não está preparada em termos de desenvolvimento, ou que viola as leis ou os tabus sociais da sociedade. As crianças podem ser abusadas sexualmente tanto por adultos como por outras crianças que – em virtude da sua idade ou fase de desenvolvimento – se encontram numa posição de responsabilidade, confiança ou poder sobre a vítima. (World Health Organization,n.d.)

1.1. Em Portugal

Em Portugal, a preocupação e proteção das crianças não é ignorada, muito menos no que toca à matéria do abuso sexual das mesmas. Vinculado à Convenção do Conselho da Europa para a Proteção das Crianças contra a Exploração Sexual e os Abusos Sexuais (Concelho Europeu, 2007), Portugal compromete-se a prevenir e criminalizar todas as formas de abuso sexual infantil.

No entanto, nem sempre foi esta a realidade portuguesa pois, antes de 1995, data em que surge formalmente o Código Penal atual, os crimes sexuais, mesmo os perpetrados contra menores, eram tratados como um crime de ofensa à moral e bons costumes, realçando a perspetiva moralista e de proteção da honra familiar da época, evidenciando uma despreocupação pela vida humana e conseqüentemente pelo seu direito à autodeterminação sexual (Viveiros, 2017).

A partir de 1995, segundo Viveiros (2017), devido a todas as reformas legislativas anteriores, o abuso sexual de menores é criminalizado no Código Penal, realçando a transição de uma proteção centrada na moralidade pública para uma visão com foco na autodeterminação e na proteção integral dos menores.

Atualmente, para além do foco principal ser a vida humana e o seu bem-estar, os menores apresentam-se como um grupo especialmente vulnerável devido à sua

inexperiência. Assim, Portugal, juntamente com outras instituições europeias e internacionais, tem vindo a desenvolver redes de apoio que permitam a garantia de direitos especiais às crianças para que estas sejam protegidas face a este tipo de crimes.

Deste modo, em Portugal e na legislação portuguesa, o abuso sexual de menores é considerado gravoso, estando este tipo de ilícitos criminais tipificados entre os artigos 172.º e 176.º do Código Penal (Decreto-Lei n.º 48/95, de 15 de março).

No artigo 171.º do Código Penal está a criminalizado o abuso sexual de crianças onde se determina que “quem praticar acto sexual de relevo com ou em menor de 14 anos, ou o levar a praticá-lo com outra pessoa, é punido com pena de prisão de um a oito anos” (Decreto-Lei n.º 48/95, de 15 de março). No artigo seguinte do mesmo diploma, vemos esta punição a ser estendida a pessoas que o façam a menores, mesmo que maiores de 14 anos, que tenham uma relação de dependência ou sujeição relativamente ao agressor (artigo 172.º, do Decreto-Lei n.º 48/95, de 15 de março).

Em acrescento, de acordo com a definição apresentada no início deste trabalho, o abuso sexual de menores não corresponde necessariamente a atividades sexuais, mas também a atos de exposição a conteúdos pornográficos. Como tal, a legislação portuguesa prevê também a criminalização do ato, tendo os artigos 173.º a 176.º do Decreto-Lei n.º 48/95, de 15 de março, a descrição e tipificação de crimes que representam o abuso sexual de menores nomeadamente através do lenocínio de menores ou a exposição a conteúdos pornográficos ou a obrigatoriedade de os mesmos participarem neste tipo de conteúdos.

Para além da criminalização destes atos, Portugal prevê uma proteção imediata à criança abusada, sempre em acordo com o princípio do superior interesse da criança, procurando acima de tudo manter o seu bem-estar, visando o seu desenvolvimento integral e de forma protegida (Carrapato, 2018). Estão então previstas medidas de afastamento do agressor, bem como apoio jurídico e psicológico à vítima, procurando fornecer à criança estabilidade e assegurar as necessidades básicas ao seu bem-estar.

Com o intuito de agravar a penalização, as situações em que o agressor é um conhecido de confiança da vítima, em que o abuso resulte numa gravidez indesejada ou tratando-se de um contexto de exploração organizado, o Estado Português agrava a responsabilidade penal, pois as consequências para as vítimas serão mais sentidas e traumáticas apresentando repercussões ao longo do tempo (Goulart, 2021).

No entanto, importa referir que apesar de todo este quadro legislativo, muitos dos casos não chegam a ser reportados às autoridades competentes devido ao medo e dependência da vítima em relação ao seu agressor, bem como à morosidade dos processos

judiciais, levando a que, muitas das vezes, as pessoas desistam de apresentar queixa (Goulart, 2021). Em acrescento, o facto de este crime às vezes ser praticado contra crianças muito novas, se estas não tiverem conhecimento dos limites ou de que certos toques são inapropriados, não vão relatar algo que desconhecem. De facto, a sua inocência e desconhecimento, não lhes permite perceber que tais atos não são corretos e que devem proteger-se ou contar a algum adulto da sua confiança (Goulart, 2021).

Pretendendo contornar este problema, tendo por base a Diretiva 2011/93/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de dezembro de 2011, o nosso país instaura a Lei n.º 4/2024, de 15 de janeiro, que prevê o aumento dos prazos de prescrição no caso de crimes de abuso sexual de menores, dando oportunidade às vítimas de ter mais tempo para apresentar queixa do crime até, pelo menos, à sua maioridade. Desta forma, quando a vítima tiver consciência de que viveu um abuso, pode ainda relatá-lo e o agressor ser devidamente punido.

Alinhado com estas diretrizes, tal como já referido, o nosso país apresenta um conjunto de opções de salvaguarda e proteção para as vítimas de modo a promover a sua saúde e com o intuito de minimizar os impactos e consequências que o abuso possa ter no seu futuro (Pereira, 2006).

Primeiramente, “o Ministério Público tem um papel importantíssimo, uma vez que compete a este órgão de justiça determinar a abertura de um inquérito (...) para que posteriormente se possa comprovar jurisdicionalmente” (Gersão, 2003; as cited in Pereira, 2006, p.46). Assim, cabe ao Estado a abertura de inquérito para que possa começar a produzir prova de modo a ser possível apurar os factos e penalizar o autor do crime.

Estando o Estado encarregue da vítima menor, torna-se imprescindível um acompanhamento contínuo e averiguação do seu estado psicológico e físico, de modo a fornecer-lhe mecanismos básicos e saudáveis para que se possa desenvolver corretamente (Sottomayor & Silva, 2003).

No sítio da Segurança Social (<https://www.seg-social.pt/criancas-e-jovens-em-situacao-de-perigo>) encontra-se informação acerca das medidas de apoio para crianças e jovens em situação de perigo, nomeadamente centros de apoio familiar, programas de acolhimento familiar e residencial e equipas de rua para acompanhamento contínuo. Para facilitar o contacto e o acionamento desta ajuda, através da consulta do sítio <https://eurocid.mne.gov.pt/cidadania-europeia/linhas-de-apoio-criancas-uma-iniciativa-da-ue> é possível constatar a existência de várias linhas telefónicas disponíveis a toda a população.

No caso de menores abusados, no sítio do Instituto de Apoio à Criança (<https://iacrianca.pt/projetos-transversais/justice-initiative-portugal/>) é possível explorar o projeto *Justice Initiative Portugal* que, tendo a sua dimensão ao nível europeu, visa atuar diretamente sobre crianças abusadas sexualmente, procurando restabelecer integralmente o estado físico e psicológico das mesmas fornecendo-lhes as ferramentas e apoio necessários.

Também o projeto “CARE” da Associação Portuguesa do Apoio à Vítima (APAV), segundo Ferreira (2018), destina-se a fornecer apoio a crianças e jovens vítimas de violência sexual, oferecendo apoio jurídico, psicológico, emocional, social e prático para que as vítimas possam ultrapassar a situação de forma mais resguardada e saudável, de modo a atenuar o impacto dos traumas vividos.

1.2. Evolução Estatística - casos de abuso sexual de menores em Portugal

O abuso sexual de menores, apesar de ser alvo de estudo apenas há cerca de cinquenta anos atrás, trata-se de um crime praticado desde a Antiguidade, visando todas as classes sociais e económicas (Krugman & Leventhal, 2005).

Devido às diferenças legais, sanitárias, culturais e aos procedimentos de saúde nos diferentes pontos do globo, torna-se difícil estabelecer e criar políticas públicas internacionais de prevenção capazes de mitigar este flagelo mundial (Aded et al., 2006).

Através destes dois estudos suprarreferidos, é possível identificar o crime de abuso sexual como um grande desafio securitário visto que, embora estando sempre presente na história da humanidade, trata-se de um tema muito difícil de detetar pois as vítimas, sendo crianças, muitas vezes não têm noção da gravidade dos factos. Acresce assim a responsabilidade do Estado criar ferramentas, nomeadamente instituições, e sensibilizar a sociedade em geral para que estejam atentos ao fenómeno e saibam como agir em caso de denúncia.

Analisando o sítio das Estatísticas da Justiça (https://estatisticas.justica.gov.pt/sites/siej/pt-pt/Paginas/Abuso_sexual_menores.aspx), onde se encontram as estatísticas relativas aos crimes reportados no nosso país, é possível cingir os dados ao tópico do abuso sexual de menores, mostrando a evolução estatística destes crimes desde o ano de 2014 a 2023.

Tratando-se esta estatística apenas no que refere ao reporte do crime de abuso sexual de crianças, previsto no artigo 171.º do Código Penal, vemos (cfr. tabela 1) que os números se mantêm semelhantes ao longo dos anos em análise, visto tratar-se de um crime sempre presente no contexto societal.

Tabela 1*Número de processos de abuso sexual de crianças que dão entrada na Polícia Judiciária*

Número de processos de abuso sexual de crianças que dão entrada na Polícia Judiciária									
Ano	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Nº	1686	1787	1816	1590	1629	1689	1517	1448	1549

Nota. Adaptado de Estatísticas da Justiça (n.d.). Disponível em https://estatisticas.justica.gov.pt/sites/siej/pt-pt/Paginas/Abuso_sexual_menores.aspx

Tal como referido, a análise dos dados referentes ao número de processos de abuso sexual de crianças que deram entrada na Polícia Judiciária entre 2014 e 2022 revela uma relativa estabilidade ao longo dos anos, com oscilações pouco significativas.

Apesar das campanhas de sensibilização, do reforço da formação especializada dos profissionais e da criação de mecanismos de denúncia mais acessíveis, os números mantêm-se elevados e constantes. Estes dados, podem indicar que as estratégias implementadas até ao momento, embora necessárias, ainda não foram suficientemente eficazes para provocar uma diminuição expressiva dos casos registados.

Além disso, esta estabilidade pode também refletir o medo, a vergonha ou até a dependência emocional das vítimas em relação aos agressores, fatores que dificultam a denúncia. Assim, reforça-se a necessidade de aprofundar a avaliação da eficácia das medidas de prevenção e proteção existentes, promovendo uma abordagem mais integrada e centrada na criança, que envolva todos os setores da sociedade.

A duração do julgamento é outro fator que pode influenciar a decisão de denunciar, uma vez que, durante esse processo, os menores são frequentemente sujeitos a diversos interrogatórios, muitas vezes realizados em contextos formais e pouco acolhedores. Este ambiente pode ser desconfortável e intimidante para as crianças, agravando o impacto emocional da experiência.

Verifica-se que a duração média dos julgamentos varia entre sete e oito meses (Estatísticas da Justiça, n.d.). Contudo, é importante ter em conta que os arguidos podem recorrer a diferentes instâncias judiciais, o que tende a prolongar significativamente o processo. Este prolongamento pode traduzir-se num sofrimento acrescido para a vítima, que se vê obrigada a reviver os acontecimentos traumáticos ao longo de um período temporal

mais alargado.

No final, apenas 30% dos arguidos são sujeitos à decisão judicial final de prisão preventiva, ficando o resto dos arguidos sujeitos a penas suspensas, permitindo a sua liberdade. Perante tal facto, muitas vezes, as vítimas acabam por sentir que a justiça não foi aplicada corretamente, levando a que outras vítimas se inibam de denunciar os factos e deixando um sentimento de impotência na vítima que findou o julgamento e viu o seu agressor sair em liberdade. Importa referir que estes agressores apresentam um perfil maioritariamente masculino, sendo cerca de 250 homens e 16 mulheres condenadas, por ano (Estatísticas da Justiça, n.d.).

Analisando o conceito lato de abuso sexual de menores, todo e qualquer crime que faça proveito da inexperiência do menor para fins sexuais ou pornográficos, enquadra-se nesta tipologia, logo, em acrescento ao abuso sexual de crianças já analisado, o Ministério da Justiça, através do seu portal estatístico, permite-nos analisar também os crimes de pornografia de menores, lenocínio e tráfico de menores, atos sexuais com adolescentes, prostituição de menores e o aliciamento de menores para fins sexuais.

Em relação aos números registados no período de 2014 a 2024, segundo as Estatísticas da Justiça (2025), apresentamos a tabela 2 com o registo do número de crimes relatados pelas autoridades policiais relativamente aos crimes contra a autodeterminação sexual de menores.

Tabela 2

Crimes registados pelas autoridades policiais contra a autodeterminação sexual de menores

Crimes registados pelas autoridades policiais contra a autodeterminação sexual de menores											
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Abuso Sexual de crianças	1013	1044	979	937	836	956	843	828	964	976	1041
Lenocínio e pornografia de menores	144	134	133	157	158	261	499	473	409	314	377

Nota. Adaptado de Estatísticas da Justiça (2025). Disponível em https://estatisticas.justica.gov.pt/sites/siej/pt-pt/Paginas/Crimes_registados_autoridades_policiais.aspx

O lenocínio de menores apresentou uma subida considerável a partir do ano de 2020, apresentando uma subida superior ao dobro do valor, visto antes apresentar valores entre os

145 e após o ano de 2020 apresentar números a rondar os 423 crimes registados por ano.

No que diz respeito ao número de arguidos em cada tipologia de crime, a pornografia de menores apresenta uma subida desde 2020, tendo os arguidos quase triplicado. Tal facto, acrescendo o aumento dos casos de pornografia infantil, pode dever-se à situação de confinamento vivida pois, tal como estudado por Mendoza (2021), o isolamento levou a que as crianças aumentassem a sua presença na internet, havendo uma maior exposição a riscos.

O número de arguidos em relação aos crimes de lenocínio e tráfico de menores, atos sexuais com adolescentes, prostituição de menores e aliciamento de menores para fins sexuais, é estável na década em análise, apresentando valores anuais inferiores a 10 arguidos.

No ano de 2023, com o intuito de estudar os crimes com menores, a Direção-Geral da Política de Justiça, juntamente com o Instituto Nacional de Estatística, elaborou o relatório *Violência na Infância*. Tratando-se do documento oficial com dados mais recentes face ao crime no nosso país torna-se imperioso uma análise mais detalhada para percebermos a realidade atual do fenómeno de abuso sexual de menores.

Segundo o relatório da Violência na Infância (2023), as vítimas sofrem os abusos, maioritariamente entre os 11 e 15 anos, sendo que a grande maioria não conta a ninguém o crime que sofreu. “Apenas 29,4% falaram com alguém ou com alguma entidade sobre o que aconteceu. Quando falaram sobre as situações que viveram, familiares e amigos foram maioritariamente escolhidos para esses relatos (26,8%)” (p.9).

Na década em análise, o crime de abuso sexual de crianças constitui-se como o crime com maior incidência no conjunto total de crimes praticados contra menores no nosso país.

Em 2023, “quase metade dos processos-crime (49,8%), por crimes contra menores, estavam relacionados com crimes de abuso sexual de crianças (...) e aproximadamente um quinto (19,9%) a crimes de lenocínio, tráfico e pornografia de menores”. Estes números realçam a necessidade de apoiar mais as crianças que, tratando-se de um grupo vulnerável e inexperiente, tornam-se possíveis vítimas deste tipo de crimes.

O número de condenados subiu cerca de 49,2% na última década, sendo que os números de condenados por crimes contra a autodeterminação sexual de menores representam uma maior expressão no universo de pessoas condenadas por crimes contra menores.

No caso do número de crimes desta natureza reportados e sinalizados pela PSP, o número manteve-se relativamente estável na última década, fixando-se aproximadamente nos 260 crimes anuais.

2. Polícia de Segurança Pública e os casos de abuso sexual de menores

A Polícia de Segurança Pública (PSP), instituição centenária de Portugal, encontra as suas competências explanadas na mais alta lei do país, a Constituição da República, onde se estipula que se trata de uma força que tem como missão a garantia da segurança interna e de todos os cidadãos (artigo 272.º, n.º 1, da Constituição da República Portuguesa).

Ora, trata-se assim de uma das forças de Segurança do Estado Português (artigo 25.º, alínea b), da Lei de Segurança Interna) com competências específicas de atuação, tratando-se de uma força do Estado que assegura as condições de segurança e salubridade aos seus cidadãos, sempre com o cumprimento das leis e dos princípios do Estado de Direito Democrático, estando os polícias vinculados a um conjunto de direitos e deveres específicos à sua missão (Decreto-Lei n.º 43/2015, de 19 de outubro).

Toda e qualquer atuação por parte da PSP rege-se pelo princípio da legalidade, promovendo um bem-estar social que permita o livre exercício dos direitos, liberdades e garantias de todos os cidadãos (artigo 3.º, da Lei n.º 53/2007, de 31 de agosto).

Neste âmbito, considerando todas as suas competências, a PSP desempenha um papel importante no caso de crianças abusadas sexualmente, tendo a responsabilidade de as proteger, com a ajuda de outras entidades. Tratando-se de vítimas especialmente vulneráveis, a atuação da PSP é primordial para garantir o conforto e segurança da vítima (artigo 7.º, da Lei n.º 112/2009, de 16 de dezembro).

2.1 Papel da PSP nas ocorrências de crianças abusadas

Tal como referido por Rolim e Pereira (2022), um dos indicadores fulcrais da eficiência de qualquer corpo de polícia é o tempo de resposta às emergências, pois o fator tempo apresenta-se muitas vezes como algo determinante para a resolução de problemas criminais e sociais.

Assim sendo, no caso de uma suspeita de abuso sexual de menor, aquando do conhecimento por parte da PSP, esta irá agir da forma mais célere possível pois, como *first responder* na situação, é-lhe atribuída a missão de “proteger, socorrer e auxiliar os cidadãos” (Polícia de Segurança Pública, 2025).

Ora, num caso de flagrante delito, isto é, no caso de o ato criminoso ser visto por parte de algum polícia, este deve deter imediatamente o suspeito (artigo 255.º do Código Processo Penal). No entanto, visto tratar-se de um crime muitas vezes ocorrido num contexto de confiança com a criança abusada e em sítios mais recatados, a grande maioria das vezes

acaba por se tratar de uma denúncia feita *a posteriori*, passando assim os polícias a elaborar um auto de notícia que explicita os factos que viram aquando da chamada ao local, consoante os relatos que lhe são feitos tanto pelas vítimas como pelas possíveis testemunhas que se encontrem no local (artigo 246.º do Código Processo Penal).

Em relação à parte não burocrática, a PSP segue um conjunto de protocolos rigorosos com outras entidades, de forma a garantir a proteção da vítima e uma possível recolha de provas que possam dar sustento à investigação criminal (Pereira, 2022).

Deste modo, tendo conhecimento da ocorrência do crime, importa estipular que, de acordo com a Lei de Organização e Investigação Criminal, de 27 de agosto de 2008, no seu artigo 7.º número 3 alínea a), é de competência reservada da Polícia Judiciária (PJ) a investigação dos crimes “contra a liberdade e autodeterminação sexual de menores ou incapazes ou a que corresponda, em abstracto, pena superior a 5 anos de prisão”. Assim, cabe à PSP informar celeremente este órgão de polícia criminal (OPC) para que diligencie o mais rápido possível para que a criança possa ser ouvida e sentir-se apoiada.

Não realizando a investigação em si do crime, numa primeira instância, cabe à PSP atuar sobre as medidas de polícia descritas na Lei de Segurança Interna, de 29 de agosto de 2008, que encarregam este OPC de: realizar a recolha de testemunhos iniciais, garantindo sempre a salvaguarda da vítima; assegurar a preservação do local do crime; e, cooperar com a PJ no decorrer do processo fornecendo qualquer tipo de elemento de prova solicitado.

Por ser da competência da PJ, é necessário ativar os polícias que exercem funções na área da investigação criminal da PSP para, através de protocolos já estabelecidos, contactar o OPC competente e acioná-lo para o local. Em relação à inquirição propriamente dita da criança, deve a PSP não ter grande contacto com a criança quanto aos pormenores, procurando que esta esteja calma na presença de um adulto da sua confiança.

Em acrescento, no contacto com a vítima é incumbida à PSP a missão de contactar a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de modo a sinalizar e auxiliar a vítima para que, em caso de necessidade, possa ser devidamente acompanhada (CNPDPJC, 2025).

Na ótica do auxílio concreto à vítima, caso o crime se tenha consumado fisicamente, a PSP deve de imediato procurar o conforto da vítima, levando-a até ao hospital para que esta seja submetida a exames médicos que comprovem factualmente uma “introdução na cópula, coito anal, coito oral ou introdução vaginal ou anal de partes do corpo ou objetos” (artigo 171.º número 2.º do Código Penal, de 15 de março de 1995), para que seja produzida prova pericial rigorosa para dar sustento ao processo de queixa.

A PSP, ao abrigo da Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, tem assim a responsabilidade

de remover a criança do ambiente de risco, articulando com a PJ e a CPCJ e a APAV para que seja acompanhada psicologicamente e juridicamente ao longo de todo o processo, procurando fornecer as condições básicas necessárias à recuperação e bem-estar da criança.

Assim, aquando de uma ocorrência de uma criança abusada, cabe à PSP receber a notícia do crime, deslocando-se até à vítima de modo a confirmar a ocorrência, comunicando de imediato à PJ os factos, visto que é o OPC competente para investigar os crimes desta natureza, adaptando a sua atuação segundo as necessidades da vítima. Ou seja, se esta se queixar de dores ou alegar que o crime foi consumado, é necessário deslocá-la ao hospital de imediato. Basicamente, cabe aos polícias uma adaptação da atuação consoante as necessidades da vítima procurando o seu bem-estar e tendo em vista a garantia de produção de prova para a investigação do crime.

Importa assim distinguir duas realidades da PSP: a realidade dos polícias colocados em esquadras territoriais, com funções genéricas operacionais, onde o seu dia-a-dia passa por responder e socorrer a população a todo o tipo de ocorrências registadas e emanadas pela central de comando; e, numa outra realidade temos os polícias adstritos ao Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade (MIPP), sendo que o seu foco passa por atuar e trabalhar com grupos vulneráveis da sociedade, nomeadamente através do projeto Escola Segura, onde cabe aos polícias promover uma relação de proximidade e confiança com as crianças das escolas onde atuam, tendo como objetivo atuar sobre o ambiente escolar.

De certa forma, quando pensamos em crimes com menores associamos os polícias do MIPP devido à sua formação e conhecimento na área, visto estes lidarem com maior frequência com menores. No entanto, o polícia da esquadra genérica que responde à ocorrência, não tem formação específica para lidar com as crianças e, muitas vezes, no fim da ocorrência tem de se deslocar imediatamente a outra ocorrência, não existindo tempo para refletir e absorver o que acabou de presenciar.

Em relação aos casos reportados diretamente à PSP, durante a última década, não houve grande oscilação, fixando-se aproximadamente nos 250 casos por cada ano, à exceção de 2021 que, devido ao confinamento, apresentou uma descida significativa de casos registados.

2.2. MIPP da PSP

Sendo um dos pilares fundamentais da PSP a prevenção, e de modo a tornar eficiente a atuação nos casos mais sensíveis, e com públicos-alvo mais vulneráveis, a instituição

sustentou-se no policiamento de proximidade com o intuito de dar resposta a esta problemática (Durão & Darck, 2012).

O policiamento de proximidade, no fundo, tem como intuito a gestão da segurança, junto da população, por forma a responder numa ação policial maioritariamente preventiva às necessidades identificadas num determinado grupo minoritário e mais sensível da sociedade (Dieu, 2005).

Trata-se de um “paradigma alternativo de policiamento que, em contraste com a abordagem reativa e circunstancial de modelos tradicionais, se baseia na construção de relações estáveis de reciprocidade com os públicos de policiamento” (Bento, 2017, p.325) procurando a prevenção geral da criminalidade.

Surge assim o MIPP na PSP, com o intuito de capacitar e formar polícias para que estes desenvolvam diversos projetos de proximidade, tal como descrito no sítio da PSP (<https://www.psp.pt/Pages/atividades/MIPP.aspx>), que implementem “mecanismos de coordenação, de avaliação e de formação” que permitam uma melhor articulação entre a PSP e a sociedade.

Em relação aos menores, visto tratar-se de um grupo frágil da sociedade, a PSP criou as Equipas do Programa Escola Segura (EPES) que, com formação própria especializada, visam atuar e sensibilizar diretamente nos estabelecimentos de ensino de modo a criar uma ligação e certa consciencialização das crianças face a determinados comportamentos de risco (Polícia de Segurança Pública, 2025).

O surgimento deste programa na PSP apresentou-se como um grande desafio tanto para os polícias envolvidos como para as crianças que, dentro do seu ambiente escolar, não estavam habituadas a lidar com uma figura de autoridade estatal. No entanto, o desafio rapidamente se tornou benéfico tendo a população, segundo Lisboa e Dias (2008), um sentimento de confiança e segurança maior sobre a PSP, criando uma relação mais estável entre os menores visados e as EPES, proporcionando uma capacidade de influência e sensibilização forte entre os pedidos e avisos emanados pelos polícias e a sua aceitação pelos menores.

Atualmente, e de acordo com o sítio da PSP (<https://www.psp.pt/Pages/atividades/programa-escola-segura.aspx>), estas equipas promovem milhares de ações anuais, com diversos temas, com o intuito de promover a segurança em ambiente escolar, bem como sensibilizar sobre diversos tópicos que abrangem a vida pessoal das crianças que as podem pôr em risco. Em relação ao abuso sexual, a PSP faz campanhas públicas em colaboração com a APAV, a CNPDPCJ e a PJ, de modo a

promover nas crianças o reconhecimento de sinais de abuso e as formas de denúncia anónimas a que estas podem recorrer, no caso de serem vítimas deste tipo de crimes (Comissão Nacional de Promoção de Direitos e Proteção das Crianças e Jovens, 2023).

Deste modo, os polícias que integram as EPES, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 243/2015, de 19 de outubro, que defende a formação contínua e especializada na PSP, frequentam formações específicas da área, com o intuito de os dotar de capacidades para lidar de forma mais adequada com menores, sendo vítimas de um crime, o próprio suspeito, ou menores que, não tendo ainda contacto direto com nenhum tipo de crime, sejam sensibilizadas para os perigos que possam existir explicando os métodos de defesa e proteção que devem pôr em prática.

De realçar, no entanto, que a formação das EPES é vocacionada para as crianças e a comunidade escolar numa ótica de proximidade e prevenção, procurando criar uma relação de confiança entre as crianças e os polícias. Como tal, dada a sua vertente, quando o crime é reportado em ambiente escolar, são os elementos das EPES que se deslocam à ocorrência por já serem conhecidos naquele ambiente. No entanto, estes não têm por base principal da sua formação a resposta a crimes desta índole, não existindo um curso específico sobre esta matéria.

Com a possibilidade ou não de já existir uma relação de confiança com as crianças, quando a EPES se desloca a uma ocorrência de abuso sexual de menor, tem de ser cautelosa visto não ser um crime investigado pela PSP.

Denote-se, no entanto, que se trata de um hiato temporal duradouro entre os polícias e a crianças, sendo quase impossível não existir comunicação e relação de empatia entre a vítima e os polícias que, em primeira instância, vêm em seu auxílio.

Quando o crime é comunicado estando a vítima fora do espaço escolar, quem se desloca à ocorrência são os polícias de serviço na esquadra territorial, ou seja, não sendo feita a denúncia pelo menor no seu estabelecimento de ensino, a PSP ao ter conhecimento da ocorrência indica aos meios no terreno para se deslocarem ao local com celeridade. Ora, esses polícias que se deslocam ao local, sendo sua função responder às diversas situações que ocorrem na sua área, muitas vezes não têm formação nem experiência para lidar com este tipo de situações não sabendo como abordar o menor, dificultando a interação com a vítima e a gestão da própria ocorrência.

3. Exemplos a nível internacional

Perante tal ambiguidade e complexidade de competências da PSP na atuação face a este crime, importa explorar outras realidades ao nível internacional, com o intuito de procurar saber acerca dos procedimentos realizados e de que forma é que estes impactam os polícias, e até a eficácia de atuação com as vítimas.

3.1. Estados Unidos da América

Tal como em Portugal, nos Estados Unidos, quando é reportado um caso de abuso sexual de menor, quem se desloca ao local é a polícia com competência adstrita à área em que o queixoso se encontra. Como tal, a polícia local auxilia a vítima após a sua denúncia atuando como *first responder*, visto ser o primeiro meio de apoio a chegar ao local.

Contudo, semelhante à nossa realidade, a polícia local não tem competências de investigação nesta área, visto a autoridade primária que investiga estes casos estar sob a alçada dos Serviços de Proteção da Criança (*Child Protective Services*). Assim, cabe à polícia local a obrigatoriedade legal de reportar os casos suspeitos ao *Child Protective Services*, que, por sua vez, conduzem a investigação articulando o sistema judicial e as unidades especializadas da polícia.

Este modelo de atuação partilhada entre diferentes forças está descrito em documentos oficiais como o *Law Enforcement Response to Child Abuse* (U.S. Department of Justice, 2001), onde se afirma que "a colaboração entre polícias e trabalhadores sociais é essencial para a proteção da criança e para a responsabilização dos autores" (p. 6).

Esta separação de funções pode, no entanto, originar sentimentos de frustração e impotência nos agentes da polícia local, sobretudo quando estes se deparam com situações altamente emotivas e perturbadoras, mas são depois retirados do processo investigativo. De facto, como *first responders*, de modo a perceber a veracidade dos factos, os polícias criam uma relação de empatia e confiança com as crianças, sendo-lhes depois impossibilitada a continuidade dessa relação. Este afastamento pode ser psicologicamente desafiante para os agentes, que frequentemente mantêm preocupação com o bem-estar da criança, e relembram-se da mesma, não tendo qualquer noção de como terá sido o desfecho do caso (Office of Juvenile Justice and Delinquency Prevention, 2017).

A ausência de *feedback* aos polícias locais gera uma falta de suporte emocional pois não lhes permite fazer um encerramento emocional da ocorrência, levando a que estes possam apresentar consequências graves do foro psicológico caso não tenham estratégias de

apoio eficazes tanto ao nível individual como da própria instituição (Greinacher et al., 2019).

3.2. Europa - Modelo Barnahus

Com origem na Islândia, surge o modelo *Barnahus* (Casa da Criança), onde o foco da atuação é a vítima e o seu bem-estar. Este modelo consiste numa estreita articulação entre as autoridades policiais, judiciais, sociais e de saúde.

Neste modelo, a polícia local atua como *first responder*, garantindo a segurança imediata da criança, iniciando a comunicação e ativação dos serviços especializados. A partir daí, a investigação formal e as entrevistas forenses são conduzidas por uma equipa interdisciplinar, num ambiente adaptado à criança, com o objetivo de evitar a reincidência do crime e melhorar a recolha de provas (Council of the Baltic Sea States, 2021).

Depois da Islândia, o modelo foi amplamente adotado na Suécia, Noruega, Dinamarca e Finlândia, permitindo a realização de entrevistas forenses feitas por profissionais treinados, avaliações médicas e psicológicas, acompanhamento terapêutico e coordenação imediata entre serviços para garantir a proteção da criança, permitindo uma maior taxa de denúncias, melhor recolha de provas e melhor suporte psicológico às vítimas (Johansson et al., 2017).

De um modo geral, este modelo é considerado uma boa prática internacional pelo Conselho da Europa, sendo referenciado como exemplo de resposta centrada na criança e de cooperação interinstitucional eficaz (Council of Europe, 2018).

Perante estes factos e na esperança de um melhor conforto para a vítima, o Conselho Europeu impulsionou este modelo em vários países, implementando-o na Irlanda (Governo da Irlanda, 2023), na Croácia (Council of Europe, 2024), existindo um projeto piloto em Espanha (European Commission, 2024).

Apesar dos benefícios evidentes para as vítimas, os agentes policiais que atuam apenas na fase inicial dos casos podem experimentar impacto psicológico adverso, uma vez que não acompanham o desfecho do caso. Estudos mostram que a falta de encerramento emocional, a ausência de *feedback* e a limitação no envolvimento com a vítima ao longo do processo estão associadas ao risco de desenvolvimento de *stress* traumático secundário em polícias e outros profissionais de primeira linha (Gustafsson, 2017). Por mais que, utopicamente, se diga que não houve contacto porque “apenas ativam os recursos necessários”, a verdade é que a polícia local fica algum tempo com a criança, fala com ela criando um vínculo de empatia e apoio.

Em janeiro de 2024 foi realizado um seminário para debater a adaptação nacional do modelo, designado “A Casa da Criança”, com a participação de magistrados, advogados e profissionais forenses (Centro de Estudos Judiciários, 2024). Mais recentemente, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2025, de 28 de fevereiro, que aprova a Estratégia Única dos Direitos das Crianças e Jovens 2025-2035, consagrou oficialmente a implementação do modelo como uma prioridade do Governo português na proteção de crianças vítimas de violência (Presidência do Conselho de Ministros, 2025).

3.3. Reino Unido

No Reino Unido, em especial nas áreas urbanas como Londres, as ocorrências de abuso sexual infantil são frequentemente respondidas por equipas especializadas dentro da própria polícia como a *Child Abuse Investigation Team*, da *Metropolitan Police*.

Quando existe notícia de uma ocorrência de abuso sexual de menor, esta unidade é responsável tanto pela resposta inicial à ocorrência como pela investigação completa do caso. Tem a responsabilidade de realizar as entrevistas à vítima e família, a recolha de todo o tipo de provas, o apoio às vítimas durante o processo judicial e a coordenação com o Ministério Público.

Esta equipa opera em estreita articulação com os serviços de apoio à criança do Estado, mas mantém o controlo total da investigação criminal (Her Majesty’s Inspectorate of Constabulary and Fire & Rescue Services, 2019).

Embora esta centralização facilite a gestão do caso e ofereça continuidade no apoio às vítimas, também expõe os agentes a elevado risco de *stress* traumático secundário, devido ao envolvimento emocional prolongado com os menores e à natureza perturbadora dos crimes investigados (Turgoose et al., 2017).

Portanto, a *Metropolitan Police* (2024) disponibiliza uma estrutura de apoio psicológico robusta para os seus profissionais, tendo os mesmos acessos a serviços de apoio psicológico e aconselhamento disponível 24 horas por dia. Estes serviços incluem sessões de aconselhamento em tempo real, psicoterapia especializada, e apoio para situações de crise (Metropolitan Police, 2024).

Em acrescento, a formação dos polícias integra áreas de resiliência emocional, tanto na formação inicial como na contínua, com o objetivo de fortalecer a capacidade dos agentes para lidar com o impacto emocional de casos particularmente perturbadores, como o abuso sexual infantil (Metropolitan Police, 2024).

4. Complexidade da vida policial

A complexidade que envolve a vida policial tem vindo a ser alvo de variados estudos nos últimos anos. Importa agora analisar a investigação produzida de modo a entender as consequências do desgaste provocado pela profissão para a saúde dos policiais e que ferramentas estes usam para as ultrapassar de forma saudável.

4.1. Os desafios da atividade policial

A atividade policial caracteriza-se por ser uma “profissão de desgaste rápido ao nível psicológico e emocional” (Silva, 2021, p.22; ver também Silva & Pais, 2023), devido a todos os desafios e constante imprevisibilidade ligados à profissão.

Em Portugal, a PSP é caracterizada como uma “instituição estratégica no sistema social e indispensável à ordem e paz social com a garantia da defesa de direitos e liberdades” (Pais et. al., 2015, p.509). Ora, perante tal cenário percebemos a vastidão de matérias e áreas em que a polícia atua, desde o problema que tem a mais fácil resolução até algo mais complexo e traumático. Os profissionais acabam assim por enfrentar com uma certa regularidade variadas situações que, devido à sua adversidade impactam a vida dos agentes, prejudicam a sua integridade física e mental (Jacinto & Zuin, 2024).

Com a crescente complexidade e diversificação dos desafios contemporâneos, o ideal seria “o serviço policial como serviço cívico devia, em nome das próprias necessidades dos cidadãos e da crescente complexidade do serviço policial, ser executado apenas por agentes profissionais” (Gonçalves & Durão, 2017). No entanto, dada a vastidão de atuação não é possível formar polícias específicos para cada área em concreto ou, em muitos casos, mesmo que estes existam apenas são acionados num segundo momento pois os policiais com a formação base genérica são os que são chamados como *first responder* para as situações em geral.

Num estado de direito democrático, e com a opinião pública cada vez mais presente, apresenta-se também o desafio constante da publicidade negativa para a polícia, sendo a atividade cada vez mais escrutinada tendo sido “manifestada a preocupação de que os agentes que trabalham na rua diminuam os seus esforços” (Gau et al., 2022, p.539). Este escrutínio e a vastíssima legislação em vigor pela qual os policiais têm de se reger, contribui igualmente para um sentimento de *stress* e medo em relação ao erro, levando a que muitas vezes os policiais acabem por não atuar sobre um determinado cidadão para não ter qualquer tipo de consequência na sua vida profissional (Gomes et al., 2022).

Trata-se assim uma profissão desafiadora que, na sua génese, envolve “riscos específicos que favorecem o surgimento da síndrome de burnout” (Ribeiro et al., 2024, p.4), pois os profissionais são expostos a diversas situações de perigo na sua rotina, passando por momentos em que a própria vida é colocada em risco. Tudo isto gera tensão no polícia, que acaba por influenciar também a sua vida pessoal, até durante os períodos de folga (Ribeiro et al., 2024). Os mesmos autores referem também no seu estudo que, no caso da polícia brasileira, a falta de condições laborais, nomeadamente a insuficiência dos recursos humanos e de instalações dignas, culminam na “falta de reconhecimento pelo esforço realizado” (Ribeiro et al., 2024, p.2) gerando sentimentos negativos nos polícias, nomeadamente sentimentos de improdutividade, frustração e até impotência. Todos estes fatores negativos influenciam “o desgaste da saúde física e psíquica desses profissionais” (Ribeiro et al., 2024, p.2).

Esta realidade negativa não se sente apenas no Brasil. pois, também em Portugal, existem vários estudos com profissionais da PSP, nomeadamente Almeida (2022), Meleiro (2024), Nunes (2022), Silva (2021) e Vilela (2021), onde se demonstram as consequências do trabalho policial em várias vertentes da PSP.

A questão entre a vida laboral, familiar e pessoal também constitui um desafio para os polícias pois, sendo uma profissão que não pode parar, exige horas de trabalho elevadas. O trabalho por turnos em horários pouco convencionais leva a uma desregulação horária das horas de descanso e de refeição, não sendo possível criar uma rotina para o bem-estar do organismo (Rocha, 2019). Estes factos, aliados à prontidão para o serviço, levam a desencontros entre os polícias e os seus familiares e amigos, tanto no dia-a-dia como em dias comemorativos, prejudicando muitas vezes as relações interpessoais do polícia com as pessoas à sua volta. Faltar a aniversários dos filhos, não poder levá-los à escola como outros pais, ou estar ausente no Natal são outras situações que ocorrem com regularidade e que vão deixando marcas nos agentes e nas suas famílias.

Também fisicamente, o risco da atividade policial é claro e notório para toda a gente, uma vez que uma das principais competências passa por manter a ordem e segurança pública, o que provoca, inevitavelmente, a disponibilidade e envolvimento dos profissionais em situações de risco e contacto físico que podem fazer perigar as suas vidas, estando muitas vezes sujeitos a sofrer de lesões e traumatismos corporais violentos no decorrer do serviço (Gonçalves, 2019).

Violanti (1995) afirma que, em média, um cidadão comum, ao longo da sua vida inteira, não vivencia ou assiste à quantidade de violência que um polícia experiencia no

decorrer de um mês de serviço. Assim, esta “convivência diária com violência, com vítimas e com os seus agressores” (Guimarães, 2023, p.15) é um ponto impulsionador para que os profissionais atinjam um ponto de rutura, gerando a banalização da violência.

Como já referido, a PSP possui a característica de ser uma instituição necessária para a vida em sociedade, levando a que os policiais tenham de manter um horário laboral contínuo fazendo com que alguns destes desenvolvam uma relação demasiado íntima entre o trabalho e a vida pessoal, envolvendo-se na realidade da profissão, gerando uma grande sobrecarga e exaustão (Violanti et al., 2021). Os autores defendem que cabe às instituições intervir nestes casos para que os policiais mantenham uma atividade laboral “saudável” de modo a que exista um equilíbrio entre o esforço e a recompensa, evitando o sentimento de frustração face ao seu trabalho.

Segundo Machado (2021), um polícia atua na “imprevisibilidade, de presenciar cenas chocantes quando há uma ocorrência” (p.32), ao ser protagonista de um trabalho que “obriga a um estado de alerta constante do polícia à sua segurança, e segurança do seu colega e da população” (Machado, 2022, p.32), gerando um cansaço e desgaste maior no fim do turno de serviço.

Violanti et al. (1983) defendem que existem outras matérias a ter em atenção no que toca ao desgaste rápido dos policiais. No seu estudo, referem que as exigências profissionais atribuídas aos policiais relacionam-se com diferentes fontes de *stress*, havendo, contudo, duas específicas à organização policial: a despersonalização e o autoritarismo. A despersonalização advém da necessidade dos profissionais objetivarem e banalizarem as suas emoções perante as situações desagradáveis e chocantes com que têm de trabalhar, enquanto o autoritarismo se refere ao facto de se tratar de instituições altamente hierarquizadas, levando a uma pressão elevada para os policiais que se encontram na “base da pirâmide” da hierarquia. Os autores referem também que a experiência individual de *stress* para os policiais ocorre quando estes têm a perceção de que as exigências da sua profissão superam as suas capacidades, gerando um sentimento de incapacidade de resposta.

No Canadá, em 2020, Ricciardelli et. al., elaboraram um estudo, junto do pessoal da segurança pública do país, onde procuraram identificar quais as fontes de stress associados às profissões de emergência e segurança, nomeadamente a polícia. São apontados como principais desafios a exposição a eventos traumáticos, pressões administrativas, carga excessiva de trabalho e a falta de apoio organizacional. Estes fatores geram consequências diferentes nas pessoas, estando associados a causas de deterioração da saúde mental dos profissionais, reforçando a necessidade de as entidades estatais dinamizarem mecanismos de

apoio para procurar mitigar o *stress* individual e organizacional deste tipo de serviços.

Ricciardelli et al. (2023) estudam no universo dos polícias a burocracia da vida policial enquanto fator de desgaste para os polícias. Ora, a profissão da polícia implica uma abordagem muito mais ativa e operacional em relação aos problemas da sociedade e, como tal, os polícias são treinados e estudam para estarem aptos a agir e atuar sobre vários tipos de cenários. No entanto, no mundo atual, toda e qualquer ação tem de ser legitimada e estar de acordo com a lei vigente, cabendo também aos polícias a elaboração de diversas peças de expediente que, devido à sua importância para a justiça, têm de ser redigidas de forma íntegra e exímia. Embora necessárias, parecem duas dimensões diferentes e opostas da atividade policial. O volume de trabalho burocrático exigido aos polícias, e a constante pressão para que o mesmo seja feito a horas e sem qualquer tipo de erros, apresenta-se como um outro grande fator stressante da profissão (Ricciardelli et al. 2023), visto os polícias terem de dar primazia ao trabalho burocrático em detrimento do trabalho operacional, pois podem ser responsabilizados disciplinar e criminalmente em relação ao que escrevem. Os autores destacam a necessidade de simplificar os processos burocráticos, reavaliando as exigências administrativas impostas aos polícias de modo a que estes se sintam motivados nas suas funções, promovendo o seu bem-estar e satisfação laboral.

Violanti et al. (2007) analisaram os fatores de *stress* que os polícias enfrentam no seu trabalho e quais os impactos na sua saúde física e mental, tendo destacado duas fontes principais de *stress*: o conteúdo do trabalho e o contexto organizacional.

O conteúdo do trabalho vem definir como fontes de *stress* o facto da matriz horária ser composta por turnos de horários irregulares, nomeadamente turnos noturnos, o facto de muitas vezes ser necessário a realização de turnos longos e extra-horário para garantir a segurança da comunidade levando a um trabalho extra por parte dos polícias e, em acréscimo, os autores referem também que existe a necessidade dos polícias se deslocarem a tribunal, mesmo quando os mesmos estão de folga ou de férias, para prestar depoimento sobre um determinado cidadão detido pelos mesmos. Fatores como a imprevisibilidade, ausência de rotinas, burocracia, pressão o tempo, adequação da missão, a própria imagem profissional, a ambiguidade do papel, a angústia moral e a exigência das tarefas operacionais e riscos associados também são apontado como fontes de *stress* associadas ao conteúdo do trabalho.

No contexto organizacional os fatores de *stress* estão mais ligados à cultura institucional em si, ou seja, o facto de ser uma instituição altamente hierarquizada, com estrutura rígida e definida, com políticas internas próprias vinculativas, nomeadamente os

deveres que os policiais têm da profissão, mesmo quando não estão de serviço. Fatores como a falta de apoio administrativo, falta de comunicação, qualidade do relacionamento entre policiais, renumerações inadequadas, satisfação no serviço, condições de trabalho, crítica por parte da sociedade, distância entre trabalho-casa, exiguidade da oportunidade de carreira e recursos limitados geram também um grande sentimento de frustração nos policiais.

Os autores, em relação aos impactos dos fatores tanto do conteúdo do trabalho como do contexto organizacional, apontam que na ótica da saúde mental, a exposição contínua a eventos traumáticos e adversos bem como a constante pressão administrativa e laboral colocada sobre os policiais levam a que estes apresentem níveis elevados de *stress*, ansiedade e depressão. O impacto na saúde física baseia-se, fundamentalmente, em doenças cardiovasculares, distúrbios de sono e, na saúde mental, outras condições relacionadas com o sistema nervoso.

Procurando uma abordagem atual na matéria da saúde mental dos policiais, Silva e Fagiolo (2024) realizaram uma revisão científica dos fatores de risco para a saúde mental dos policiais devido à sua profissão. Primeiramente, referem o *stress* ocupacional como um fator de grande risco para a saúde mental dos policiais, pois “a natureza imprevisível e muitas vezes perigosa do trabalho policial pode resultar em altos níveis de estresse (...) [nomeadamente o] lidar com situações de crise, confrontos violentos, e exposição a traumas” (p.4). Estando psicologicamente frustrados, os profissionais apresentam características negativas como “desânimo, esgotamento e falta de motivação, afetando a produção laboral e desenvolvendo indícios de esgotamento mental” (p.4). A síndrome de *burnout* também é referida ao longo da revisão, sendo definida como a consequência de vivenciar demasiados fatores stressantes do trabalho. No caso policial, uma das causas para o surgimento desta síndrome é o escrutínio constante a que os profissionais de polícia estão sujeitos, provocando *stress* adicional devido à constante pressão da sociedade e da estrutura hierárquica inflexível, agregado ao sentimento de medo de morrer, tanto no horário de serviço como nos dias de folga (Costa & Carvalho, n.d., in Silva & Fagiolo, 2024).

A complexidade e dificuldade de responder a todo o tipo de ocorrências leva a que os policiais sintam que têm uma formação ineficaz e, muitas vezes, não se sentem realmente treinados e conhecedores da matéria onde têm de atuar (Santos et al., 2021), gerando um sentimento de insegurança e frustração face à atividade laboral. Para complementar este ponto, o facto de não existirem grandes expectativas de crescimento na carreira, juntamente com as longas horas de trabalho, alimentam um sentimento de cansaço e exaustão dos profissionais. Soares et al. (2021) apontam também que a estrutura hierarquizada definida

na polícia pode levar também a uma discriminação ou favoritismo no ambiente de trabalho, influenciando negativamente todos os policiais na alçada do oficial que atua neste tipo de comportamentos.

Guedes (2023) investiga a dificuldade dos policiais em regular e perceber as suas emoções, dado que, no decorrer do seu trabalho, independentemente das situações que tenham vivo imediatamente antes têm de passar para a ocorrência seguinte e agir conforme a situação com que se deparam. Ou seja, um polícia, no decorrer da sua atividade, vive muitas emoções diferentes num curto intervalo de tempo, sendo-lhe exigido pela sociedade e pela própria hierarquia que consigam adequar os seus comportamentos e abordagens a todo o tipo de situações que ocorram, podendo as mesmas ser violentas – o que exige do polícia uma postura mais hostil e célere – seguidas de uma outra de auxílio a um cidadão calmo que precisa de socorro, devendo os policiais adotar uma postura calma e empática para com o visado.

Esta constante oscilação e mudanças de emoções sentidas pelos profissionais levam a que estes tenham dificuldade em assimilar corretamente os traumas que vão vivenciando (Guedes, 2023), levando a que criem uma espécie de “escudo sentimental” sobre si, promovendo o surgimento de um conjunto de sintomatologia negativa, já abordada ao longo deste trabalho.

Todos estes impactos negativos na saúde mental dos policiais podem tornar-se profundos e duradouros, de tal forma que aumentam o risco de desenvolver depressão e ansiedade, afetando o funcionamento e qualidade de vida dos policiais e, por arrasto, das suas famílias. Todos estes fatores, e no culminar de todas as consequências negativas, o suicídio apresenta uma taxa grande e preocupante nesta classe trabalhadora (Silva & Fagiolo, 2024).

Dado o contexto de saúde atual dos policiais, a implementação de programas de saúde mental eficazes que acompanhem devidamente os profissionais e promovam o bem-estar laboral e cultura de saúde mental na instituição, torna-se urgente e necessária. De modo a criar na sociedade uma maior confiança na PSP, permitindo que os policiais se sintam menos pressionados na sua atividade operacional, sentindo-se apoiados pelas suas chefias e pelo Estado (Guedes, 2023).

4.2. Impacto da exposição a incidentes críticos com menores e a sua gestão

Santos (2009) realizou um estudo comparativo entre as três principais forças policiais em Portugal, onde procurou detetar quais as ocorrências que mais impacto tinham nos

profissionais. Dos parâmetros em estudo, o caso de crianças abusadas sexualmente e crianças vítimas de maus-tratos apenas perdeu para o impacto em relação aos casos de suicídios de colegas que se mostraram um fator delicado devido à aproximação da esfera pessoal dos policiais.

Nas suas conclusões, Santos (2009) refere que as ocorrências com crianças geram um sentimento de impotência muito grande nos policiais, levando a que estes pensem muito nas situações devido à inocência das vítimas. Também o facto de os agressores serem adultos e aproveitarem-se dessa inocência, provoca um sentimento de raiva perante os criminosos, visto terem consciência dos seus atos, impactando toda a vida da vítima.

De facto, as ocorrências que envolvem menores, sobretudo os casos de abuso sexual de menores, impactam os policiais que trabalham com estes casos, gerando recordações e sentimentos negativos associados à sua experiência profissional (Santos, 2009).

No Reino Unido, Foley et al. (2024) desenvolveram uma investigação com o intuito de averiguar possíveis impactos e traumas causados nos policiais que lidam com situações de crianças abusadas, visto tratar-se de agentes que “são considerados particularmente vulneráveis a danos psicológicos devido à natureza de «alto risco» das suas funções e à sua exposição contínua a traumas” (p.371). Os autores constataram existir um elevado nível de sintomatologia negativa no âmbito da saúde mental dos policiais, devido à sua exposição sistemática a situações de risco e traumáticas. Nas situações de risco com menores, os policiais envolvem-se emocionalmente com as vítimas devido à sua inocência, gerando um sentimento de impotência e envolvimento maior que acaba por prejudicar os policiais ao nível psicológico (Foley et al., 2024).

O conhecimento e noção da realidade e crueldade humana levam os policiais a tentar distanciar-se emocionalmente do seu trabalho, de modo a procurarem que este não tenha qualquer tipo de consequências na sua vida pessoal (Hurrell et al., 2018). Mas dada exposição a situações traumáticas envolvendo menores, os policiais apresentam um elevado risco de *stress* e sentimentos negativos relacionados com o seu envolvimento com as crianças (Hurrell et al., 2018).

Os autores, Hurrell et al (2018), realçam também que, apesar das consequências serem transversais, os policiais que têm números maiores de exposição às ocorrências com menores e a sua investigação, e que trabalham há mais tempo na área, apresentam mais indicadores traumáticos relativamente aos restantes, aliado ao facto de que os policiais que são pais acrescentam um nível de preocupação e incompreensão maior, fazendo sempre uma referência aos seus filhos durante as entrevistas, demonstrando um vínculo emocional maior

com as situações.

Follette e Polusny (1994) constataram que os impactos e consequências das situações traumáticas advêm da experiência pessoal de cada um, podendo um dos fatores ser a exposição a abusos sentidos pelos próprios profissionais durante a sua infância. Apesar de essa predominância não ser elevada nos policiais entrevistados por Follette e Polusny (1994), estes afirmam que os policiais têm uma cultura organizacional que incentiva a negligenciar as emoções, fomentando o resguardo e a desvalorização emocional destes profissionais em relação às consequências dos traumas que vivem no dia-a-dia, nomeadamente através da sua atuação e trabalho com crianças abusadas.

No entanto, apesar de não serem o grupo profissional que apresenta maior registo de traumas vividos na infância, os policiais apresentam valores elevados de consequências psicológicas face aos traumas e atuações com menores abusados, sendo necessária uma preocupação acrescida e medidas extra sobre este grupo de modo a proporcionar uma melhor qualidade de vida e consciencialização do seu trabalho e todas as suas implicações (Follette & Polusny, 1994).

De realçar que o trabalho enunciado foi realizado há mais de três décadas pelo que, apesar da saúde dos policiais ser uma preocupação maior desde então e apresentar uma literatura mais vasta sobre a problemática, estudos recentes apresentam ainda a mesma preocupação sobre a saúde dos profissionais, destacando ainda a continuação da cultura policial de desvalorização face à saúde psicológica. Assim, cabe às instituições a implementação de medidas concretas e preventivas face a situações traumáticas (Queiroz, 2025).

MacEachern et al. (2018), através do seu trabalho científico, provaram o impacto que trabalhar com crianças abusadas tem na saúde psicológica dos policiais, realçando os sintomas de compaixão, impotência e dificuldade em gerir certas situações mais traumáticas. Neste último ponto, os autores perceberam que os policiais entrevistados tinham pelo menos uma situação em que se recordavam plenamente da criança abusada e de pormenores em relação à vida da mesma, e de como o crime foi perpetrado. Em acrescento, estes desenvolvem o tema numa ótica de impactos futuros, onde refletem e equacionam as consequências na vida da vítima e a dificuldade que a mesma vai ter para ter uma vida sã, confiando nas pessoas à sua volta (MacEachern et al., 2018). Na perspetiva pessoal, uma grande parte dos policiais abordou também o tema para as suas vidas pessoais, referindo que em muitos dos casos que investigam não conseguem distanciar o que veem acontecer a algumas vítimas daquilo que é a sua realidade pessoal, referindo que muitas vezes, ao

conhecerem alguma vítima parecida a alguma criança querida, torna-se difícil não fazer uma transposição entre a vítima e o que ela teve que sofrer e lidar nas mãos do agressor e a necessidade de proteger os seus filhos e familiares dessas mesmas situações (MacEachern et al., 2018).

No contexto atual, e dada a digitalização crescente, os atos criminosos praticados entre as pessoas trespassam também para o mundo digital, dificultando e desafiando cada vez mais as forças de segurança no combate à criminalidade. No caso do crime de índole sexual contra menores, o mundo virtual esconde imensos crimes de pornografia e lenocínio infantil, havendo a necessidade de formar investigadores técnicos especializados na área forense digital que descubrem e rastreiam estes crimes, tendo, conseqüentemente, de assistir sistematicamente a vídeos e imagens de pornografia infantil, de modo a criar prova que sustente o processo criminal (Burruss & Wall-Parker, 2017).

Na PSP, por não se tratar de um crime de investigação da sua competência, a investigação criminal não desenvolve, particularmente, equipas de trabalho nesta matéria em concreto, no entanto, excecionalmente, caso lhe seja atribuída a responsabilidade de investigação num processo desta natureza, cabe aos polícias da área forense digital rastrear e obter a prova necessária para apresentar em tribunal. Assim, também estes têm, necessariamente, de se expor a material traumático e degradante, onde as crianças são vítimas de crimes de teor sexual por parte de adultos.

Com isto, Burruss e Wall-Parker (2017) reforçam a necessidade de reconhecer os problemas e conseqüências da exposição dos investigadores a conteúdo sensível e traumático na internet, afirmando a ideia de que tal exposição gera conseqüências negativas impactantes na vida dos polícias, nomeadamente pelo desenvolvimento de diversas estratégias de *coping* negativas, tornando difícil a capacidade dos profissionais afetados lidarem com as suas emoções e das pessoas que os rodeiam.

Na Austrália, Wright et al. (2006) estudaram o impacto de investigar casos de abuso sexual infantil nos polícias. Ao longo do seu artigo, é possível identificar o *stress* laboral nos investigadores pela quantidade de trabalho que lhes é exigida, fomentando uma cultura de despersonalização face a sentimentos e opiniões, com o intuito de gerar prova de forma mais célere e encerrar os casos.

Semelhante é o caso português, em que a PSP, independentemente da natureza da ocorrência a que esteja a dar resposta, tem como objetivo fechar o caso o mais rápido possível de modo a dar respostas a outras ocorrências que possam vir a ocorrer. Tal facto é justificado pela falta de meios humanos e materiais que não permite uma maior divisão de

tarefas pelos policiais.

O facto de lidar com menores vítimas de abuso sexual e consequentemente com outros profissionais de diversas áreas (psicólogos, área da saúde, sistema de defesa), os investigadores apresentam níveis de *stress* devido à falta de compreensão pelas outras partes que, regra geral, impõem a responsabilidade na polícia no caso de existir alguma falha (Wright et al., 2006).

Perante tal cenário e tais condições, Wright et al. (2006) destacam a importância de as instituições policiais não negligenciarem a saúde psicológica dos seus policiais visto esta ser vista apenas como algo normal, falada de forma informal com o apoio de colegas e amigos.

Cabe assim às forças policiais a criação de medidas preventivas eficazes que procurem promover uma cultura de qualidade e bem-estar emocional, psicológico e físico para todos os policiais, de modo a que, apesar de continuarem a executar tarefas desgastantes e desafiadoras, lhes seja possível lidar com as situações de forma saudável.

4.3. Estratégias de gestão e apoio

É preciso lembrar que existe o ser humano por trás da farda, que traz consigo toda uma carga de emoções e vivências pessoais, problemas cotidianos e familiares, dificuldades de ordem emocional e financeira, como qualquer outra pessoa. Deste profissional, no entanto, muitas vezes é exigida uma atuação em que características inerentes à condição humana são indesejáveis: é esperado que enfrente situações de perigo extremo e, diante disso, tenha autocontrole, não sinta medo, não se emocione, não demonstre fraqueza. (Back, 2021, p.209)

Tendo como base todos os estudos já referidos, verifica-se a importância de criar estratégias de gestão e apoio para que os policiais possam lidar com as consequências negativas da sua profissão da forma mais saudável possível. Estas estratégias dividem-se em três grandes blocos: o apoio psicológico e institucional; a formação e capacitação dos profissionais; e, as políticas organizacionais das instituições (Barbosa & Menezes, 2017).

Em relação ao apoio psicológico e institucional Hestketh et al. (2015) defendem que o apoio psicológico aos policiais é fundamental para mitigar os efeitos da exposição a traumas. As implementações de programas de apoio psicológico interno já foram aplicadas

em outras forças de segurança no panorama internacional, disponibilizando um acompanhamento de equipas de psicólogos especializados aos polícias expostos a ocorrências traumáticas (Hestketh et al., 2015).

No caso português, os polícias que se encontram na Divisão de Segurança a Transportes Públicos, em Lisboa, por ordem do Comandante, já são acompanhados psicologicamente aquando de uma ida a ocorrência de atrocidade, quando se trata de uma pessoa colhida por um comboio. Por muitas vezes tratar-se de corpos desfigurados e desmembrados, acrescendo ao facto de serem cadáveres, trata-se de situações traumatizantes para os polícias que as vivenciam.

Outra forma de atuar no apoio psicológico e institucional é o aconselhamento pós-incidente, onde os polícias imediatamente a seguir ao incidente crítico são acompanhados psicologicamente com o intuito de diminuir potenciais consequências negativas da exposição a determinadas situações mais gravosas (Hesketh & Tehrani, 2018), nomeadamente a redução significativa do desenvolvimento de perturbação de stress pós-traumático.

“A cultura policial tende a percecionar as manifestações emocionais como sinónimo de fraqueza, vulnerabilidade e incapacidade para corresponder às exigências do trabalho, perpetuando assim o estigma sobre as problemáticas de saúde mental” (Machado, 2022, p.19). Como tal, a disponibilização de linhas de apoio confidenciais e acessíveis aos polícias também se tornam uma boa fonte de apoio e ajuda aos profissionais, visto que estes podem ser acompanhados fugindo a toda a estigmatização da instituição.

A PSP dispõe, ao nível nacional, de uma linha de apoio confidencial, com o intuito de promover um apoio acessível a todos os polícias que procurem socorrer-se do mesmo, colmatando a estigmatização da profissão em relação à saúde mental e o seu tratamento.

Passando à capacitação em resiliência psicológica dos polícias através de formações contínuas, Barbosa e Menezes (2017) defendem que esta é essencial para preparar os profissionais para o impacto emocional da sua profissão. Arnetz et al. (2009) abordam no seu estudo a implementação de programas baseados em técnicas de *mindfulness* e terapia, com o intuito de reduzir o *stress* acumulado pelos polícias.

Perez et al. (2010) têm uma abordagem relativamente diferente, defendendo a criação de sessões em que os agentes, sendo guiados por psicólogos experientes, reconhecem e expressam sinais precoces de fadiga emocional e *stress* traumático, tendo como intuito a sinalização e tratamento precoce da saúde mental dos envolvidos.

Nestas duas sugestões, temos de ter como referência, tal como Perez et al. (2010)

referem, que a cultura policial por si só inibe e promove uma desvalorização de emoções, levando a que dificilmente os policiais apresentem resultados positivos com este tipo de sessões e formações. O facto de estas formações serem de carácter obrigatório pode também levar à inibição e desvalorização dos policiais para com as ações, visto não entenderem o porquê de as estarem a frequentar e a causa das mesmas serem realizadas (Perez et al., 2010).

Como último ponto na capacitação e resistência psicológica dos policiais, os policiais assinalam a ineficácia do treino atual pois, segundo Millar et al. (2021), os policiais não precisam de mais treino para aprender a lidar com as crianças abusadas, mas sim de um treino diferente e especializado que se torne eficaz, tanto para os profissionais que atuam com os menores como para as vítimas se sentirem mais seguras com os policiais.

Atualmente, e segundo o já descrito no que toca à atuação da PSP em casos de abuso sexual de menores, a resposta policial varia conforme a perceção individual de cada polícia, consoante a sua capacidade emocional e de empatia para responder à ocorrência (Millar et al., 2021). Em acrescento, pelo crime não ser da competência da PSP e sim da PJ, os policiais podem tornar-se frios para com a vítima, evitando o contacto quase total com a mesma, focando-se apenas no agressor caso este esteja presente, levando a que a criança se sinta desvalorizada e desamparada (Millar et al., 2021).

Na perspetiva dos policiais, devido à inexperiência e ao facto de a PSP não ter a competência de investigação sobre estes crimes, leva a que estes vejam o seu papel numa ótica muito restrita, em que a sua atuação é apenas um instrumento para dar conhecimento às autoridades competentes para trabalharem o crime. Isto pode levar a que a sua atuação seja apenas para acionar a PJ e transportar a criança ao hospital, levando a que o polícia procure não criar qualquer tipo de ligação emocional com a situação.

Este conjunto de fatores, e a formação atualmente focada na generalidade dos crimes e na celeridade de resposta ao cidadão, leva a que os policiais se sintam incapacitados para lidar com crianças abusadas, não sabendo os comportamentos e postura a adotar para criar um ambiente de conforto e segurança para os menores (Millar et al., 2021).

Investindo numa formação e treino de simulação realista em contexto emocional, permite aos policiais adquirir capacidades de como lidar com a criança sem que esta fale sobre o crime, visto comprometer a prova necessária que só a PJ pode realizar, mas se sinta segura e confortável, percebendo qual o papel da PSP naquela situação e o que irá acontecer para a ajudar a lidar melhor com o crime (Millar et al., 2021). Na ótica do polícia, tendo este mais formação e treino simulado, terá mais facilidade em lidar com a ocorrência de maneira mais eficaz, focando a sua atuação nas necessidades da vítima, de acordo com o papel e

legitimidade que são atribuídos por lei, promovendo uma melhor gestão emocional na altura da gestão do crime e *a posteriori*.

Ao nível institucional, de forma a promover uma melhor rede de apoio e gestão dos incidentes traumáticos que decorrem da atividade policial, existem diversas políticas organizacionais e reformulação das condições de trabalho que proporcionam uma melhoria significativa da saúde psicológica dos polícias.

Hesketh e Cooper (2017) exploram a eficácia de alternar tarefas mais e menos desgastantes ao longo do percurso profissional dos polícias, procurando não manter a pessoa durante um longo período exposta a condições de *stress* constantes. Esta alternância permitiria reduzir a exposição contínua a incidentes traumáticos, podendo reduzir o impacto psicológico nos polícias devido à sua tarefa menos desgastante.

No caso da PSP, o polícia dispõe de inúmeras áreas e valências a que pode concorrer e exercer as suas funções, podendo candidatar-se a outros cargos e alternar as suas funções quando existem vagas disponíveis para tal. No entanto, não existe qualquer tipo de regulação institucional que obrigue os polícias à rotatividade das suas funções, proporcionando que estes escolham e procurem a área que é do seu maior interesse, procurando criar um sentimento de realização e valorização profissional.

Queiroz (2025) defende a “realização da avaliação psicológica ocorra de forma anual até os quarenta anos e bienal a partir de quarenta e um anos, de modo a prevenir o adoecimento e tratar quando identificada a doença” (p.15) de todos os polícias em serviço.

Ora, no caso português, para além do acompanhamento e provas já realizados aquando da entrada na instituição, é realizada uma consulta de psicologia no final do primeiro ano de serviço. Existem reavaliações psicológicas rotativas aleatórias, sendo possível um polícia ficar sem ser selecionado para as mesmas durante longos períodos.

Meleiro (2024) aborda no seu estudo as determinações institucionais da PSP no caso do apoio psicológico aos polícias e como este funciona ao longo da carreira dos visados. No entanto, ao falar com os profissionais e entrevistá-los diretamente sobre o assunto estes demonstraram insatisfação com o sistema atual, relevando uma ineficiência do sistema no apoio aos polícias e auxílio na sua qualidade de vida e bem-estar. Os entrevistados referiram que a estrutura já definida “não é a adequada, destacando-se assim também a falta de acompanhamento especializado aos polícias” (Meleiro, 2024, p.54).

5. Formulação do problema de investigação

A prática do crime de abuso sexual de menores apresenta-se como um desafio

complexo de colmatar, estando presente desde os primórdios da humanidade, sendo difícil travá-lo e proteger as eventuais vítimas.

Mesmo complexa, a “luta” contra este fenômeno é feita diariamente por inúmeras entidades que procuram a promoção do bem-estar das crianças e jovens. Essa promoção, como já abordado ao longo do estudo, é em muito realizada pela PSP, tanto na dimensão preventiva e de sensibilização junto das crianças como no fornecimento do apoio e auxílio inicial necessários à vítima, quando consumada a prática criminosa.

Ser polícia apresenta-se como uma atividade cada vez mais complexa e desafiante que, estando restrita aos normativos legais, se encontra sob escrutínio constante da sociedade e da própria estrutura de comando da instituição, elevando o sentimento de responsabilidade e conseqüente desgaste dos profissionais, levando a que estes apresentem conseqüências negativas na sua saúde física e mental (Silva & Pais, 2023).

A mutabilidade da ação aliada à exposição constante a situações traumáticas e violentas e conseqüente necessidade de adaptação emocional e, causam impactos graves na saúde dos policiais, tendo conseqüências também na sua vida pessoal levando a que estes apresentem um nível elevado de *stress* e revelem insatisfação para com a sua profissão (Violanti et al., 2017).

É imperioso a priorização da saúde mental dos policiais, visto esta estar ligada à sua qualidade de vida geral, levando a uma melhoria do desempenho profissional dos mesmos proporcionando uma melhor garantia da segurança no nosso país (Pereira et al., 2023).

Para tal, a saúde mental dos policiais tem de ser analisada numa abordagem holística permitindo averiguar medidas de prevenção, tratamento e apoio psicológico adequadas aos policiais da PSP, de modo a ser possível identificar as necessidades dos mesmos com o intuito de criar uma rede de apoio de confiança a que os mesmos possam recorrer e se sintam bem e seguros quando o fazem (Pereira et al., 2023).

As ocorrências com crianças abusadas são um exemplo evidente das situações traumáticas e dos impactos que geram nos profissionais que lidam com as vítimas, pois os policiais apresentam elevados níveis de fadiga por compaixão devido à exposição a estes eventos, originando sentimento de impotência e dificuldade em perceber a situação e as causas que levam um adulto a efetuar um ato criminoso tão horrendo contra uma criança inocente (Foley et al., 2024).

Dada a emergência do tema, e visto o abuso sexual de menores ser uma ocorrência complexa e emocionalmente exigente, esta dissertação tem como ponto principal não só a definição das conseqüências imediatas sentidas pelos policiais ao dar resposta às vítimas, mas

também todos os constrangimentos a longo prazo que possam surgir nos policiais e na sua vida, procurando perceber de que forma estes lidam com as situações de abuso sexual de menores, tanto no local da ocorrência como num momento *a posteriori* analisando possíveis impactos que possam advir, quer a nível pessoal quer ao nível profissional.

A realidade é que as entrevistas permitiram que os policiais se expressassem e relatassem as suas vivências de uma forma mais natural e verdadeira, criando um espaço de partilha onde estes relataram várias situações que tiveram com menores no decorrer do seu serviço e o tipo de sentimentos que consequentemente sentiram e sentem derivados dessas situações.

Assim sendo, procedeu-se à realização de uma investigação empírica com o intuito de responder às seguintes questões:

- De que forma a ida/ resposta a ocorrências de abuso sexual de menores impacta os policiais que lhes respondem?
- De que modo os policiais lidam com tais consequências?

Capítulo II – Método

1. 1. Participantes

No estudo participaram policiais da PSP que tenham tido intervenção em, pelo menos uma, ocorrência de abuso sexual de menores na última década. Foram entrevistados 20 policiais com a condição referida, entre os 20 e os 56 anos.

Os participantes, de ambos os gêneros, são cinco da categoria de chefe e quinze da categoria de agente. Em relação ao tempo de serviço, dez dos policiais têm mais de cinco anos de serviço e os restantes dez têm menos tempo na polícia.

De registrar que todos os policiais que aceitaram ser entrevistados para o estudo assinaram um termo de consentimento informado (cf. Anexo 3), que nos compromete a respeitar as normas éticas e assegurar o anonimato e confidencialidade ao longo de todo o processo de investigação.

2. *Corpus*

Citando Bardin (2011, p.126), o *corpus* pode ser definido como “o conjunto dos documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos”. Flick (2009) estipula que “a construção do *corpus* de dados deve estar intimamente relacionada com os objetivos da investigação, sendo orientada por critérios claros de seleção e fundamentação teórica que garantam a relevância e a validade dos dados recolhidos” (p.128).

O *corpus* desta investigação, sobre o qual incidiu a análise de conteúdo, é constituído pelo conjunto das 20 entrevistas transcritas.

3. Instrumentos

3.1. *Entrevista*

Tendo em conta o tipo de informação que se pretendia coletar e as características de todos os respondentes, o instrumento de recolha de informação utilizado foi a entrevista com características semiestruturadas e semidiretivas.

De uma forma abrangente, “a entrevista é um instrumento de recolha de dados que pode assumir diferentes formatos – estruturada, semiestruturada ou não estruturada – dependendo do grau de liberdade concedido ao entrevistador e da natureza da informação

pretendida” (Gil, 2008, p.115).

Assim sendo, podemos afirmar que a entrevista se trata de uma “conversação realizada com um propósito, envolvendo uma relação assimétrica entre entrevistador e entrevistado, em que o primeiro conduz a interação com o objetivo de recolher dados relevantes para a investigação” (Quivy & Campenhoudt, 2008, p.194).

O objetivo principal da entrevista passa pela premissa de que a “realidade é construída socialmente e pode ser acedida por meio do discurso, sendo especialmente adequada para explorar experiências subjetivas, crenças e sentidos” (Flick, 2009, p. 142) dos entrevistados.

Na investigação qualitativa, como é o caso da nossa, as entrevistas como instrumento de recolha de dados servem para obter descrições variadas e detalhadas sobre as perspetivas dos entrevistados, procurando analisar e detetar o que estes tentam transmitir com a sua mensagem (Kvale, 1996). Para que tal seja possível, a entrevista foca-se nas palavras e perspetivas de cada entrevistado, sendo “flexível, aberta e centrada no significado atribuído pelo sujeito aos fenómenos” (Kvale, 1996, p.174).

Assim, com o intuito de promover essa troca de experiências, perspetivas e sentimentos, as entrevistas são de carácter semiestruturado e semidiretivo, pois “é essencial que a entrevista decorra de uma forma muito aberta e flexível e que o investigador evite fazer perguntas demasiado numerosas e demasiado precisas” (Quivy & Campenhoudt, 2005, p.69), para não gerar uma impressão de distância para com o entrevistado e para que este não opte por dar respostas demasiado breves e gerais, não expondo os seus pensamentos e experiências.

Neste modelo, após o entrevistador colocar a sua pergunta ele acaba por se afastar do foco, dando espaço e tempo ao entrevistado para que este possa pensar e desenvolver a sua resposta de forma livre e espontânea (Bénony & Chahraoui, 2002). Esta liberdade permite ao entrevistado explorar o tema de acordo com a sua ótica e experiência individual (Kvale, 1996; Minayo, 2009), dando também liberdade ao entrevistador para que este disponha apenas de algumas questões delineadoras que podem ou não ser colocadas, consoante o desenvolvimento da entrevista e dos objetivos pré-estabelecidos (Quivy & Campenhoudt, 2008).

Todo o envolvimento humano e intimista inerente à entrevista provoca que este instrumento de recolha de dados seja “mais do que uma simples técnica, [de facto,] a entrevista envolve uma relação humana entre dois sujeitos, em que se constrói um espaço de confiança, escuta e troca simbólica” (Minayo, 2009, p.57).

na entrevista presencial, o facto de se visualizar o entrevistado permite detetar pequenas expressões e reações que podem influenciar o rumo da entrevista, nomeadamente, expressões faciais, postura corporal e mesmo o tom de voz que utiliza (Fortin, 1999).

Numa questão sensível como a da presente investigação, em que se pretende recolher testemunhos honestos e impactantes dos policiais, a entrevista torna-se o instrumento de recolha de dados mais adequado pois permite uma melhor ligação entre entrevistador e entrevistado, de forma a criar um espaço livre de partilha (Risan et al., 2016).

A produção de dados mais ricos e significativos desenvolve-se pela flexibilidade na interação, permitindo ao entrevistador adaptar as questões às respostas do participante e ao entrevistado desenvolver livremente o seu discurso, com o intuito de deixar à escolha do entrevistado o rumo que deseja dar à conversa, acabando por expressar e relatar mais factos do que faria caso fosse utilizado outro tipo de instrumento (Flick, 2009).

3.2. Análise de conteúdo

A análise de conteúdo constitui-se como uma técnica de tratamento e interpretação sistemática de comunicações escritas, verbais ou simbólicas (Silva et al., 2005). Bardin (1977, p.43) refere que “a análise de conteúdo trabalha a palavra, quer dizer, a prática da língua realizada por emissores identificáveis”.

Tal como descrito por Bardin (1977), esta técnica permite a produção de inferências válidas e fiáveis a partir de um conjunto de dados contextualizados rigorosamente. A pertinência desta técnica justifica-se pela sua capacidade de transformar discursos longos e complexos em categorias organizadas e coerentes, alinhadas com os objetivos previamente definidos pela investigação.

A análise de conteúdo, segundo Franco (2018), permite traduzir conteúdos manifestos ou latentes em categorias de análise significativas e organizadas, permitindo uma abordagem metodológica rigorosa e flexível. Vala (1986) defende também o facto de estas técnicas se constituírem como um sustento forte para a investigação, pois permitem uma quantificação e qualificação correta e incisiva da informação recolhida com o instrumento de recolha de dados.

As finalidades básicas da análise de conteúdo, segundo Minayo (2012, p.69), são três: “estabelecer uma compreensão dos dados coletados, confirmar ou não os pressupostos

da pesquisa e/ou responder às questões formuladas, e ampliar o conhecimento sobre o assunto pesquisado, articulando-o ao contexto cultural”.

A análise de conteúdo, segundo Bardin (1977, p. 38), não se resume apenas ao conteúdo obtido nas entrevistas, existindo também a “inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (...), que recorre a indicadores”, explicitando e sistematizando o conteúdo das mensagens em análise.

Neste estudo, a análise de conteúdo rege-se regue-se pela proposta clássica defendida por Bardin (1977), desenvolvendo-se em três fases fundamentais: a pré-análise, a exploração de dados e o tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

A primeira fase consiste à organização geral do estudo onde se define “a escolha dos documentos a serem submetidos à análise, a formulação das hipóteses e dos objetivos e a elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação final” (Bardin, 1977, p.95). Consiste, portanto, numa leitura geral do material, com o intuito de reforçar o conhecimento prévio do *corpus*. Seguidamente organiza-se os dados com o intuito de facilitar a identificação das unidades de registo que se trata de “recortes do material que expressam ideias completas e que, por isso, se tornam significativas para a análise, sendo selecionadas a partir da leitura exaustiva do corpus” (Franco, 2018, p.42)

Seguidamente, realiza-se a exploração do material onde se realiza “a administração sistemática das decisões tomadas (...) [onde se fazem as] operações de codificação (...), em função de regras previamente formuladas” (Bardin, 1977, p.101). Esta codificação, de acordo com Elo e Kyngäs (2008), deve ser um processo sistemático, que garanta a credibilidade e a consistência da análise.

A última fase constitui-se como o tratamento dos resultados obtidos e a sua interpretação, relacionando as categorias com os objetivos de investigação já definidos. Esta fase é imperiosa pois permite atribuir significado aos resultados (Bardin, 1977).

No que toca à credibilidade e fiabilidade das inferências, estas dependem do estabelecimento de categorias de análise: o processo de codificação (Ghiglione & Matalon, 2001). “A codificação corresponde a uma transformação (...) dos dados brutos do texto (...) que, por recorte, agregação e enumeração, permite atingir uma representação do conteúdo” (Bardin, 1977, p.103).

Estabelece-se, neste ponto, a criação de padrões entre os dados, de forma a criar um ponto comum entre eles para ser possível a sua categorização estabelecendo-se “um código que possibilite identificar rapidamente cada elemento da amostra de depoimentos ou documentos a serem analisados” (Moraes, 1999, p.5).

Surgem as categorias e subcategorias que derivam da agregação prévia de dados com semelhanças entre eles (Mayring, 2000). Os dados são, portanto, unidades de registo, que se enquadram numa das subcategorias em análise por serem detentores de indicadores correspondentes à mesma (Vala, 1986).

Bardin (1977) estipula que a categorização pode partir de dois processos distintos: o fechado e o aberto. O procedimento fechado surge com base num sistema de categorias previamente fornecido, com um quadro teórico já existente, derivado de investigações já publicadas (Bardin, 1977; Ghiglione & Matalon, 2001).

No caso do processo aberto, Bardin (1977, p.119) refere que “o sistema de categorias não é fornecido, antes resultando da classificação analógica e progressiva dos elementos”. As categorias surgem naturalmente através da análise das entrevistas, emergindo dos seus conteúdos (Ghiglione & Matalon, 2001).

Em complemento, Pais (2004) vem introduzir um terceiro procedimento, denominado procedimento misto. Neste caso, existe um conjunto de categorias estabelecidas *a priori* sem que estas limitem o estudo, existindo abertura para a delimitação de novas categorias derivadas do *corpus*, caso se revele necessário durante o procedimento analítico.

Idealmente, Bardin (1997) defende que para os analistas o melhor seria “não ser preciso reinventar uma grelha de categorias para cada material e cada objetivo de análise. Contudo, isso não é possível a não ser para materiais muito similares e para um objetivo idêntico” (p.126).

Tendo este conhecimento como base, neste estudo optou-se pelo procedimento misto, tendo por base um quadro categorial já existente (Almeida, 2022; Meleiro, 2024, Nunes, 2023; Silva, 2021 e Vilela, 2021), existindo a possibilidade de criar novas categorias ou subcategorias caso seja necessário para o estudo.

Quanto à qualidade do processo de codificação existem dois tipos de fiabilidade: intercodificador; e, intracodificador. A fiabilidade intracodificador refere a análise do texto por um mesmo codificador, em diferentes momentos, obtendo resultados iguais (Ghiglione & Matalon, 2001); por outro lado existe a fiabilidade intercodificador que se refere ao recurso a diferentes codificadores para a análise, visando-se obter também aqui resultados iguais (Ghiglione & Matalon, 2001).

A validade é também importante de se assegurar, sendo esta “resultante de uma coerência interna entre os diversos traços significativos” (Bardin, 1977, p.175), estando presente nos diversos momentos da análise (Vala, 1986).

4.Procedimento

Após a obtenção das necessárias autorizações (cf. anexo2) para a realização da investigação, foi possível dar início aos contactos com os profissionais a fim de começar a realização das entrevistas.

A investigadora deslocou-se várias vezes a diversas esquadras da PSP, explicando aos polícias o objetivo do estudo, convidando-os a participar de forma anónima e voluntária na realização das entrevistas. Garantindo sempre a confidencialidade dos dados dos envolvidos, foi entregue a cada participante um termo de consentimento informado (cf. anexo 3) para que o assinasse, de modo a cumprir os princípios éticos que regulam as práticas de investigação científica.

Sempre com vista a garantir o anonimato dos participantes, no decorrer da entrevista, promoveu-se um ambiente de confiança e bem-estar, garantindo sempre que nenhum dado seria associado ao polícia, para que os profissionais pudessem partilhar as suas visões e experiências sem receio.

Visto tratar-se de um assunto sensível, o abuso sexual de menores não foi abordado cruamente pois, com o intuito de conhecer o impacto de trabalhar com crianças abusadas para os polícias que se deslocam à ocorrência, houve algum cuidado na abordagem de modo que os participantes se sentissem confortáveis, visto tratar-se de um assunto que pode tocar questões pessoais (Fontana & Frey, 1994). As entrevistas desenvolveram-se de acordo com o que os entrevistados diziam, nunca perdendo o foco nos objetivos da investigação.

Após a realização das entrevistas estas foram transcritas na íntegra, constituindo assim o *corpus* da investigação, sendo este depois submetido à análise de conteúdo, onde se definiu a grelha categorial (cf. anexo X) necessária para realizar a análise. Tal como referido, partiu se de uma grelha categorial já existente, tendo por base, em particular, o estudo de Meleiro (2024).

Na categoria A estabeleceu-se o enquadramento das causas dos impactos, nomeadamente no contexto e conteúdo de trabalho, com base em Gonçalves (2011) e Violanti et al. (2017). A categoria B codifica as consequências psicológicas, segundo Hesketh e Tehrani (2018) e Young et al. (2001). A categoria C refere-se às consequências físicas, baseando-se em Young et al. (2001). A categoria D, fundamentada pelos mesmos autores, codifica as consequências comportamentais. Na categoria E enunciam-se as estratégias de defesa, sustentando-se na visão de Can e Hendy (2014).

As restantes categorias (F a J) sustentam-se nos trabalhos de Almeida, 2022; Meleiro, 2024, Nunes, 2023; Silva, 2021 e Vilela, 2021. Sendo o de Meleiro (2024), visto ser o mais atual, recapitula e redefine toda a informação constantes nos trabalhos anteriores.

Quanto à categoria F, codifica os principais desafios. Já as dificuldades sentidas pelos policiais são codificadas na categoria G. A categoria H, refere-se ao apoio que é dado aos policiais. Relativamente às ocorrências policiais, estas codificam-se na categoria I. Por fim, na última categoria, a categoria J codifica toda a informação sobre a procura por ajuda psicológica.

Conforme se pode observar no anexo 5, o quadro categorial ficou devidamente estipulado, estando fixadas as regras de codificação do mesmo.

Seguidamente o *corpus* foi analisado, onde se codificaram as várias unidades de registo sem qualquer tipo de ambiguidade, tendo sido garantida a fiabilidade intra e intercodificador ao longo de todo o processo através de um codificador externo com vasta experiência na realização de análise de conteúdo. A validade do estudo também foi garantida, tendo sempre por base tudo o que foi defendido por Ghiglione e Matalon (2001).

Para interpretar os resultados obtidos, com o intuito de os apresentar e discutir neste trabalho, foi necessário observar a frequência que cada categoria e subcategoria apresentaram ao longo do quadro categorial, vendo a prevalência que tiveram no discurso dos entrevistados e fazendo-se a contrastação com o enquadramento teórico antes analisado.

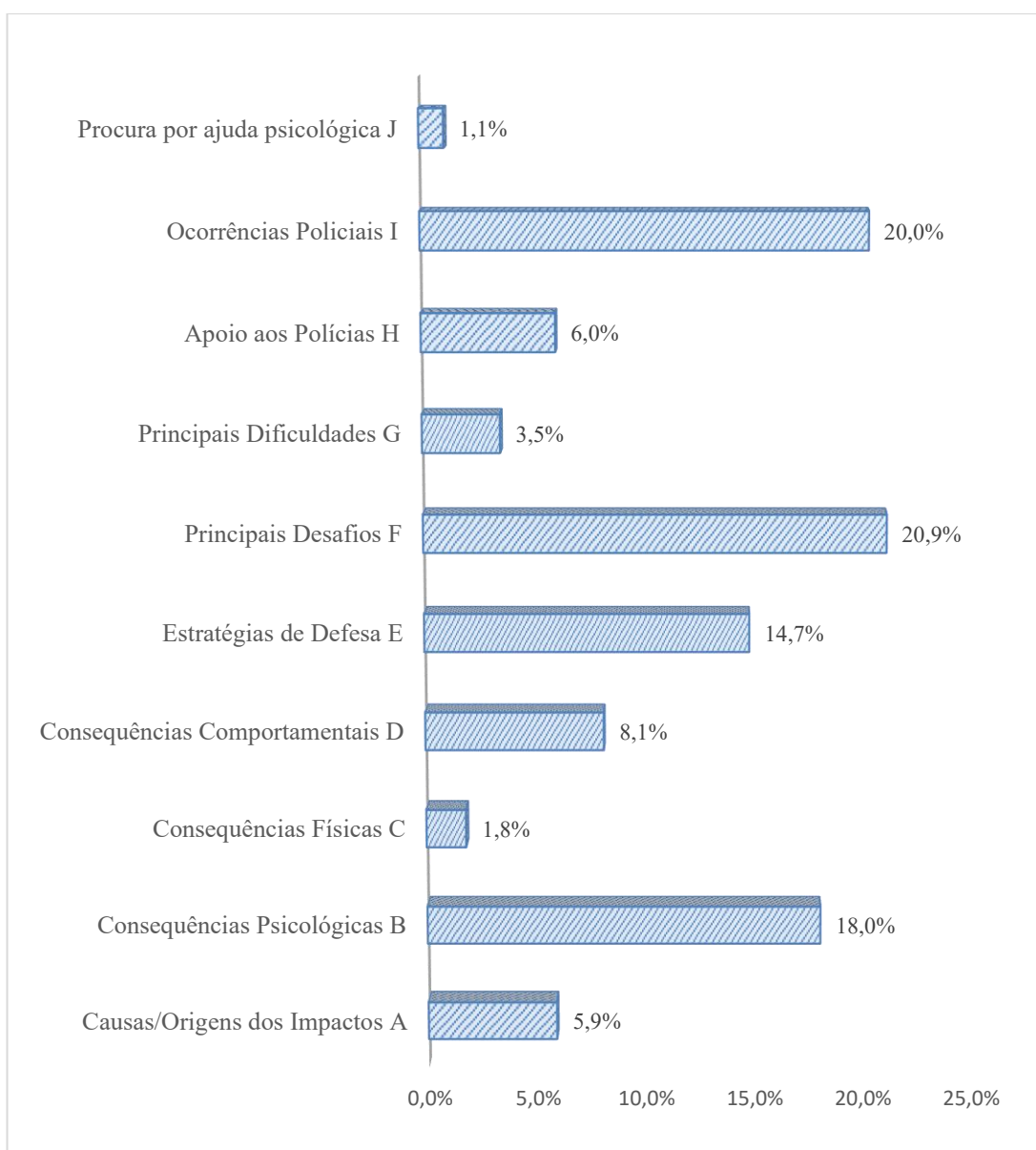
Capítulo III – Apresentação e discussão de resultados

Com a análise de conteúdo realizada inicia-se a fase da apresentação dos resultados, onde serão detalhados os valores obtidos em cada categoria, subcategoria e indicadores que apresentem com maior frequência de unidades de registo, portanto, com maior peso no discurso.

Com a codificação das entrevistas realizadas obteve-se 1191 unidades de registo (u.r.), distribuídas por 10 categorias conforme se verifica na figura 1.

Figura 1

Distribuição das Unidades de Registo (u.r.) Pelas Categorias de Análise



Através da figura podemos verificar que os entrevistados se focaram e abordaram essencialmente quatro temas, sendo eles: os desafios que os policiais enfrentam no decorrer da sua atividade profissional (Categoria F), nomeadamente as ocorrências policiais (Categoria I) onde relatam e descrevem as situações de abuso sexual de menores que já experienciaram, as consequências psicológicas (Categoria B) que enfrentam, e as estratégias de defesa (Categoria E) que utilizam para minimizar os impactos e viverem o melhor possível o seu quotidiano.

Estes temas assumem grande importância para os entrevistados, pois cerca de três em cada quatro ideias referidas pelos entrevistados remetem para os quatro temas enunciados (73,6% de todas as verbalizações dos policiais).

Apesar de apresentarem menos u.r. realça-se também a menção a três outros assuntos ao longo das entrevistas: as consequências comportamentais (Categoria D) que os policiais sentem; o apoio dado aos policiais (Categoria H), seja por parte dos superiores hierárquicos ou por técnicos ou psicólogos da PSP; e, as causas e origens dos impactos sentidos pelos profissionais (Categoria A).

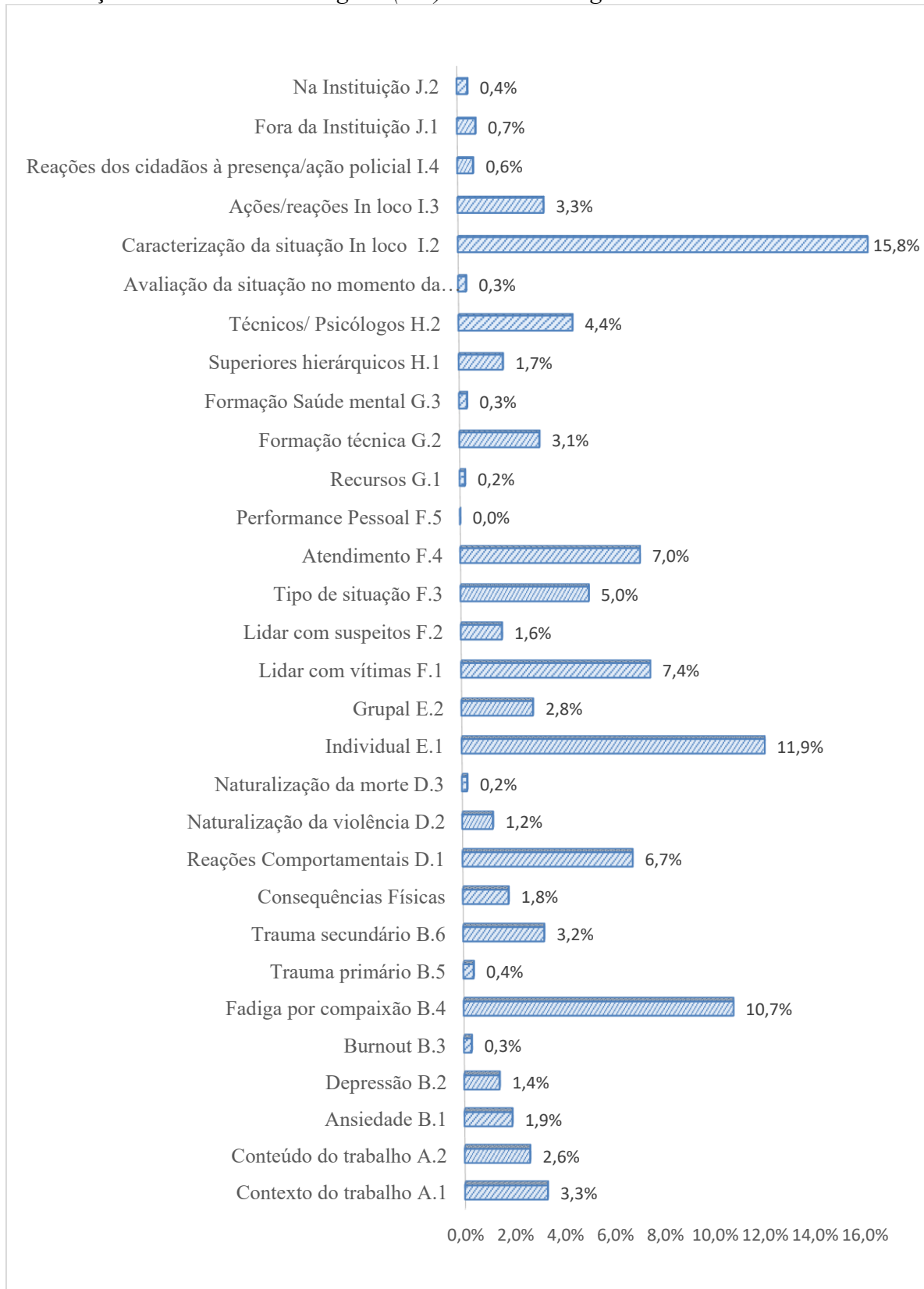
Outros assuntos foram abordados de forma residual pelos entrevistados, nomeadamente: as principais dificuldades (Categoria G) que sentem no decorrer da sua missão; as consequências físicas (Categoria C) decorrentes do seu trabalho; e, por último, a procura por ajuda psicológica (Categoria J) dentro ou fora da PSP. Estas últimas três categorias referidas têm uma prevalência reduzida, representado apenas 6,4% das 1191 das u.r. codificadas. Através desta análise, é possível afirmar que os entrevistados relatam poucas consequências em termos físicos, sendo que na maioria dos casos apenas abordam este assunto para referir que não têm e nunca apresentaram nenhum sintoma físico decorrente da sua atividade profissional.

No entanto, em relação às consequências psicológicas, apesar de por vezes desvalorizarem, os policiais referem variadas vezes diversos sentimentos e situações que já viveram. Tal resultado evidencia a abertura que os policiais têm, ao ser ouvidos por alguém que procura manter alguma proximidade sem fazer juízos de valor, fornecendo um espaço de conversa aberto e seguro sempre com a garantia de confidencialidade e anonimato, demonstrando sempre um verdadeiro interesse em escutar o que têm a dizer.

De modo a ser possível uma melhor compreensão dos conteúdos analisados nos temas enunciados apresenta-se, na figura 2, a distribuição de u.r. em cada uma das subcategorias em análise.

Figura 2

Distribuição das Unidades de Registo (u.r.) Pelas Subcategorias de Análise



É indubitável a importância atribuída ao tópico da caracterização da situação *in loco* (Subcategoria I.2) onde os policiais descrevem as situações de abuso sexual de menores em que tiveram que intervir ao longo da sua carreira (e.g., E05 – “Lembro-me perfeitamente, chegámos lá e à porta de casa já estava a mãe à nossa espera [enquanto a criança] sorria e brincava, como uma criança normal, como se o que aconteceu com o suspeito fosse algo normal... ela sorria e ria-se para mim a contar tudo quase como se fossem dois namorados, ela e o suspeito”;

). Em resposta a estas situações e às diferentes consequências das mesmas, as estratégias de defesa individuais utilizadas pelos policiais (Subcategoria E.1) surgem como segundo tópico mais abordado, refletindo as estratégias que os mesmos utilizam para manter a sua harmonia entre o trabalho e as suas vivências e o seu bem-estar pessoal (e.g., E15 - “Não podemos... temos que nos abstrair mesmo deste tipo de situações, nesta profissão, porque lidamos muito com elas, há que criar ali uma parede entre esta situação e a nossa situação familiar, porque senão ficávamos até mal com isto tudo”).

Perante as descrições das situações e as próprias estratégias utilizadas para tentar combater os impactos das mesmas, o terceiro tópico mais abordado dentro das consequências psicológicas, refere-se à fadiga por compaixão (Subcategoria B.4) derivada dos sentimentos de impotência e raiva que são gerados no polícia, sendo os indicadores com mais prevalência (cf. Anexo 7), seguido do próprio choque emocional gerado ao lidar com a situação (e.g., E18 – “Fiquei com raiva de toda aquela situação, quem é que faz aquilo a uma criança? E nós, mesmo que queiramos, não podemos fazer nada, somos impotentes... tudo aquilo deixou-me em choque”).

Denote-se que apenas estes três tópicos juntos correspondem a 38,4% do discurso proferido, ou seja cerca de um terço do discurso dos entrevistados remete para estes assuntos. Neste tipo de situações o que é apresentado como principal desafio é lidar com as vítimas (Subcategoria F.1; e.g., E03 – “Há muitas perguntas que nós podemos fazer a uma criança, mas tem de ser, tem de utilizar o palavreado certo. Não se pode dizer... falar na gíria como se fala normal. Tem de ser mais.... Tem um discurso mais clarinho e é isso que torna difícil a interação”) e o seu respetivo atendimento (Subcategoria F.4; e.g., E02 – “Mas, por norma, temos uma abordagem muito mais próxima, não é??”).

Ora, percebendo a importância destas subcategorias, e agrupando as cinco já enunciadas – caracterização da situação, estratégias de defesa individuais, fadiga por compaixão, lidar com as vítimas e o seu atendimento - realça-se a relevância que os policiais dão a estas temáticas, pois o seu conjunto representa mais de metade do conteúdo das

entrevistas (em concreto 52,8%). Dizendo de outra maneira, mais de metade do discurso dos policiais entrevistados serviu para eles contarem/ relatarem algumas das situações com que trabalharam, as estratégias de defesa que mobilizaram face aos impactos sentidos, nomeadamente a fadiga por compaixão como impacto psicológico maior, dando nota, também, dos principais desafios que enfrentam quando têm que lidar diretamente com as vítimas menores no atendimento.

Analisando com maior profundidade o discurso dos policiais entrevistados, percebemos que estes relevam um conjunto significativo de desafios no desempenho da sua função, quando respondem a uma ocorrência de abuso sexual de menores. Tratando-se situações particularmente complexas e emocionalmente exigentes, constituem-se como um desafio em múltiplas dimensões. Por isto, iremos agora focar-nos nas categorias correspondentes às ocorrências policiais (Categoria I) e os principais desafios (Categoria F).

Tendo como tema mais abordado a caracterização das ocorrências em si, *in loco*, (Subcategoria I.2), os entrevistados forneceram informações detalhadas sobre as situações que viveram, tal como aconteceu com os entrevistados nos estudos de Meleiro (2025) e de Nunes (2023). A título de exemplo, apresentam-se dois excertos das entrevistas transcritas, o que permite obter uma ideia da complexidade das ocorrências a que ocorrem e que procuraram partilhar nas entrevistas:

Uma menina de 13 anos... E realmente ela estava com um bocado de receio até de contar perto dos pais porque sentia um bocadinho mais aquela vergonha da situação ocorrida. Só me queria relatar a mim e os pais ficaram lá fora e tudo (...) ela estava-se a deslocar para a casa do pai para ir almoçar, vinha da escola e estranhou que um senhor estava a segui-la e ela virou para um caminho que não é costume fazê-lo. E ele continuou e depois começou a agarrá-la e pediu para ela abaixar as calças. Ficou desesperada e ameaçou que ia ligar para a polícia e ele acabou por desistir e ir embora. Mas ela voltou para a casa do pai, nem chegou a tomar banho nem nada. E não contou aos pais e foi para a escola. Só passadas umas semanas é que decidiu então contar à mãe. Foi quando a mãe veio com ela aqui. (E11)

Estava de gratificado e fui chamado ao Hospital (...) [XXX], foi um contacto muito superficial, na presença dos progenitores. Nesta situação em concreto, foi devido a uma deslocação que os pais fizeram ao serviço de urgências, pelo facto de a criança estar com algum corrimento vaginal. Após ser feita a análise médica e a respetiva avaliação, foram feitas as análises clínicas, e nessas análises clínicas eles detetaram

uma bactéria de uma doença sexualmente transmissível. Ou seja, tudo indicava que a criança poderia eventualmente estar a ser vítima desse abuso sexual. No diálogo que eu mantive com os pais e com a criança foi uma coisa muito superficial. A criança, obviamente, estava na presença dos progenitores. Apenas chorou. (E19)

Em complemento, Hurrell et al. (2018) reconhecem que a natureza crítica e sensível destes contextos favorece uma atenção seletiva e concentrada, o que contribui para que os policiais recordem pormenores concretos das situações vividas (e.g., E05 – “Olhe... isto é muito complexo. É uma ocorrência que temos de ter uma atenção especial”).

Perante estes detalhes, e a própria ocorrência policial, os entrevistados referem que lidar com as vítimas (Subcategoria F.1) se constitui como um grande desafio, sobretudo quando se trata de uma criança mais nova (e.g., E17 – “Quanto menor for a idade, é sempre mais difícil porque (...) falar com elas, num tom que elas percebam é muito complicado”).

No que diz respeito ao atendimento propriamente dito (Subcategoria F.4), o principal desafio passa pela condicionante de o próprio polícia ser pai (e.g., E01 - “e experienciado na minha questão pessoal por ser pai, não é fácil não nos deixarmos contagiar por aquela situação”) pois, tal como defendido por Foley et al. (2024), estes policiais associam a criança abusada aos seus próprios filhos.

De notar que os tipos de situações (Subcategoria F.3) mais relatados como desafiantes pelos policiais são os crimes de abuso sexual de menores (e.g., E04 – “É uma ocorrência complicada, muito sensível ok, muito até... complexa”) e as situações que, não sendo necessariamente criminais, envolvam menores (e.g., E03 – Serviços que envolvam, principalmente para mim, serviços que envolvam crianças é mais complicado, retirada de crianças é muito complicado. Tudo que envolva crianças para mim são serviços complicados”).

Apesar de haver menos relatos, os entrevistados anunciaram também os cadáveres de menores (e.g., E03 – m “fui a uma criança que se engasgou dentro de um autocarro e acabou por falecer, mas aquela imagem de um bebé, de meses de vida, irá sempre ser uma ocorrência a não esquecer”), as mortes violentas (e.g., E20 – “O mais comum quando deixam marcas é situações de morte”) e o ver colegas feridos/mortos (e.g., E05 – “Uma vez fui a um suicídio de um colega e também foi difícil para mim, ver ali uma *glock*, igualzinha à minha, com a janela de injeção aberta foi... foi complicado”) como situações desafiantes, tal como referido por Pereira et al. (2023) e Violanti et al. (2018).

Um desafio menos abordado, visto que nem sempre os policiais se deparam com a presença do suspeito nas ocorrências, trata-se de lidar com ele, apresentando uma maior dificuldade quando se trata de uma pessoa próxima à vítima (e.g., E19 – “Foi muito difícil lidar com aquela falsidade”).

Ora, as ocorrências de abuso sexual de menores, tal como referido pelos entrevistados e sustentado por Foley et al. (2024), são ocorrências desafiantes, apresentando um elevado potencial traumático, estando associadas ao surgimento de sintomatologia como ansiedade, stress pós-traumático e depressão.

Analisemos agora com mais detalhe as consequências psicológicas (Categoria B) mencionadas pelos policiais entrevistados. Como referido antes, percebemos que foi colocada uma grande ênfase na fadiga por compaixão (Subcategoria B.4) sentida pelos entrevistados, nomeadamente através da referência a sentimentos de impotência, revolta, tristeza e choque emocional (e.g., E14 – “Mas tudo ali foi repugnante (...) Ouvirmos aquilo... custa. Custa muito e saber que crianças viram aquilo, é revoltante”; E08 – “Sinto-me impotente porque sinto que queria fazer mais alguma coisa, mas é difícil ... E sinto que quando esses valores são perdidos e estamos a prejudicar, e desta forma, ainda por cima, tão cruel, crianças, seres indefesos, sinto-me impotente. “).

Dada a relevância das consequências psicológicas mencionadas, importa agora explorar os sintomas referidos pelos entrevistados nas restantes subcategorias relativas a esta matéria.

Além da fadiga por compaixão, os sintomas de trauma secundário (Subcategoria B.6) são os mais referidos pelos entrevistados, nomeadamente quando são referidas situações em que os policiais se colocam na posição da família da vítima e têm pensamentos negativos (e.g., E02 – “Estava a pensar, era, como é que reagiria se alguma vez isso tivesse acontecido com alguém da minha família, por exemplo. Isso foi um dos meus pensamentos, o que será a vida daquelas pessoas”), e também situações em que os policiais se colocam na posição da vítima e têm pensamentos negativos (e.g., E13 – “E há alturas em que chego a casa e fico a olhar para os meus filhos a brincar, e só penso no quanto as outras crianças foram roubadas da sua infância, coloco-me no lugar daquelas crianças e... fico triste”).

Ainda no trauma secundário, embora com menos relatos, existem também indicadores de impactos negativos na vida familiar (e.g., E07 – “Acabava por estar a transportar para casa porque ia pensar naquilo e não tinha muita paciência para depois o que acontecia em casa”), e de impactos positivos na vida familiar, por comparação com as

situações das vítimas (e.g., E06 – “Abraço muito os meus filhos, dou-lhes sempre mais mimo para que eles nunca passem pelo que aquela criança passou”).

O relato destes sintomas de trauma secundário, e o facto de este representar o segundo tópico mais abordado no tema das consequências psicológicas, tem a sua sustentação nos estudos de Follette e Polusny (1994) e Hurrell et al. (2018), onde se verificou que os agentes com contacto próximo e continuado com vítimas de crimes sexuais, sobretudo quando estas são menores, apresentam sintomas de trauma secundário.

Quanto a indicadores de ansiedade (Subcategoria B.1), com menos prevalência que os sintomas já anunciados, regista-se a sensação de inquietação e preocupação por parte dos polícias (e.g., E16 – “Sinto que a nossa sociedade está... Isto vai sempre acontecer, não é? Estas coisas vão sempre haver. Criminosas, não é? Independentemente do crime, vai sempre acontecer. Mas sinto que alguns princípios, alguns valores estão a ser perdidos e isso preocupa-me”), e o medo (e.g., E06 – “É o medo que aconteça a algum dos meus”).

Analisando a subcategoria da depressão (B.2), apesar de não apresentar uma prevalência muito grande no discurso, os entrevistados relatam sobretudo sentimentos de frustração devido às situações com crianças abusadas (e.g., E17 – “Sentimos aquela situação de frustração, mas ao mesmo tempo sentimos a frustração de tentar perceber onde é que nós podemos ajudar”) e sentimentos de inutilidade por sentirem que nada podem fazer em relação à situação (e.g., E04 – “a criança diz que ele fez aquilo e os pais também estão ali, também já falaram com a criança, apesar de não terem visto. Uma criança daquela idade é vítima, claro, mas nós não.... Pronto, é o que é. E sair daqui assim, para depois ser notificado, não podemos fazer mais nada”).

Em relação aos *flashbacks*, que são um indicador de trauma primário (Subcategoria B.5), apesar de pouco mencionados, alguns polícias relataram casos em que reviveram os relatos de abuso sexual e as expressões da própria vítima durante algum tempo (e.g., E08 – “Ainda hoje me lembro da expressão dele, e já passaram alguns meses (...) O olhar daquele miúdo ficou-me na cabeça”).

No que diz respeito ao *burnout* quase não houve referências pelos entrevistados, existindo apenas poucas menções ao sentimento de desgaste emocional (e.g.; E07 – “Exatamente isto é um desgaste brutal e é mesmo um desgaste brutal”).

Face a tudo o que foi identificado e à complexidade das situações com que se deparam, os polícias adotam estratégias de defesa (Categoria E), sendo as mais enunciadas pelos entrevistados as estratégias de carácter individual (Subcategoria E.1).

Neste prisma, as estratégias individuais que os policiais mobilizam têm como objetivo a regulação emocional, nomeadamente a tentativa que fazem para se abstrair e evitar certos assuntos, com o intuito de não pensarem na situação da vítima (e.g., E10 – “Não me esqueço, mas depois acabo por desligar a ficha, é tentar esquecer”).

Além disso, os entrevistados anunciam o apoio familiar como um suporte necessário para a sua regulação emocional, sendo-lhes possível ultrapassar as situações com a ajuda das pessoas de quem mais gostam (e.g., E09 – “é outra e chegar a casa e ver, no meu caso, o sorriso dos meus filhos quando chega a casa acaba por atenuar tudo isso, o apoio da minha família é tudo”). Este é um aspeto que acaba por ser interessante visto que outra estratégia enunciada passa pela separação da vida pessoal/profissional, pois mesmo sem a família ter noção acaba por ser um porto seguro dos policiais para que estes consigam digerir e ultrapassar as vivências negativas e traumáticas no trabalho.

A separação da vida pessoal e profissional apresenta-se como uma estratégia imperiosa para o bem-estar dos policiais, permitindo que estes vivam de forma harmoniosa através do distanciamento face às vivências que têm na esquadra (e.g., E01 – “Eu pessoalmente, eu tenho, a minha máxima é, termino o trabalho, eu tiro a farda, a farda fica no trabalho, e quando a farda fica no trabalho eu tento não transpor para casa esses problemas”). Este resultado, e a sua predominância, encontra-se alinhado com os resultados também obtidos por Almeida (2022), Meleiro (2024), Nunes (2023), Silva (2021) e Vilela (2021), que estudaram outros profissionais de polícia de outros serviços.

Contrariamente aos estudos de Meleiro (2024), Nunes (2023) e Silva (2021), que estudaram o impacto do serviço policial em variadas vertentes, nomeadamente o impacto das ocorrências de violência doméstica, dos acidentes com feridos graves e de suicídios na ponte 25 de Abril, e indo ao encontro dos resultados de Almeida (2022), que estudou o impacto do trabalho operacional nos policiais do CI, metade dos entrevistados refere, pelo menos uma vez, que o exercício físico é uma ferramenta libertadora e necessária para o seu bem-estar psicológico (e.g., E16 – “No dia seguinte, acordar e fazer um desporto (...) E sim, praticar desporto ajuda. A mim ajuda-me bastante”).

Outra resposta defensiva, referida no discurso dos policiais, é o foco na tarefa, em que os policiais procuram desligar a esfera emocional facilitando uma boa abordagem profissional para com a vítima (e.g.; E08 – “tentava focar-me no procedimento, seguir o protocolo ... era essa o meu trabalho”).

Nesta senda, com menos peso, enunciou-se a estratégia de distanciamento emocional das vítimas, como forma de proteção do próprio polícia (e.g., E09 – “quem vê caras não vê corações e na polícia é igual (...) penso sempre que não é o meu filho”).

Com menos preponderância, alguns entrevistados referiram ainda a importância dos *hobbies* (e.g., E06 – “fazer as coisas que eu gosto, treinar, ver filmes, o máximo possível”) e o descanso (e.g., E14 – “é relaxar a mente e descansar, é mesmo importante”).

De referir, entre tudo isto, que nenhum entrevistado mencionou o recurso ao apoio médico ou psicológico para si, existindo, no entanto, quem o tivesse referido para o caso de colegas que necessitem (e.g., E09 - “eu digo aquilo que eu disse à psicóloga porque é o caso, felizmente eu não tenho necessidade, não sinto necessidade disso, mas eu acredito que seja uma situação útil para quem precise”).

Estas estratégias são descritas por Can e Hendy (2014) como mecanismos comuns de *coping* entre profissionais de primeira linha, sendo considerados eficazes a curto prazo mas potencialmente nocivos a médio e longo prazo, uma vez que dificultam o reconhecimento e tratamento de sinais de sofrimento psicológico.

Por forma a melhor compreender as estratégias utilizadas pelos policiais abordaremos, ainda, as estratégias grupais de defesa (Subcategoria E.2), apesar de estas não terem sido tão referidas pelos entrevistados. Neste aspeto, à semelhança de Meleiro (2014), que abordou o impacto da resposta a ocorrências de suicídio, e Nunes (2023), que estudou o impacto da resposta a ocorrências de acidentes rodoviários com mortos e feridos graves, a ventilação de problemas em parceria é a ferramenta mais abordada pelos policiais (e.g., E04 – “Nós falamos muito entre nós, viemos da ocorrência e falamos todos aqui na esquadra, discutimos e isso de certa forma acabou por ajudar”).

Realçando a importância da camaradagem e apoio nos colegas, os policiais referem que é importante estar atento ao colega do lado, para ser possível apoiá-lo caso este necessite de algum tipo de ajuda (e.g., E13 – “Mas vejo muitos colegas novos a entrarem e a levarem tudo para dentro. E isso corrói... é preciso estarmos atentos uns aos outros”).

Também o próprio ambiente é referido como importante, sendo mencionado o humor como uma ferramenta de ajuda para aliviar as situações que vivenciam (e.g., E10 – “Nós tentamos, tipo, tirar o peso das situações em si. Muitas vezes falamos, de uma forma até... cómica, um bocado até sarcástica, um bocado também para tirar o peso das próprias situações”).

Tal como Young et al. (2001) referem, a exposição repetida a eventos potencialmente traumáticos pode conduzir a alterações da rotina e a estratégias de controlo excessivo, como

forma de gerir a ansiedade associada à imprevisibilidade do sofrimento alheio. Ora, no nosso caso, perante os casos de abuso sexual de menores que foram trabalhando, os polícias apresentaram algumas reações comportamentais (Subcategoria D.1).

Perante os cenários complexos, os polícias relatam que ficam mais exigentes (e.g., E02 – “A estratégia foi tentar ser melhor do que era da primeira vez”) e atentos/observadores ao seu redor (e.g., E12 – “Eu sou muito observadora e tenho de perceber sempre mais ou menos como é que é a pessoa”), gerando uma desconfiança generalizada (e.g., E12 – “A maneira como olho para as pessoas é muito diferente de quando comecei a trabalhar. Muito diferente. Muito mais desconfiada”). Estas atitudes devem-se ao facto de, para os entrevistados, ser impensável para eles um adulto cometer um ato de violência sexual numa criança, não encontrando fundamento lógico para que tal ocorra.

Contrariamente aos resultados do estudo de Meleiro (2024) e Nunes (2023)), onde os polícias entrevistados relataram as causas e origens dos impactos que sentem devido ao contexto do trabalho e o seu conteúdo, no nosso estudo a categoria que aborda as causas e origens dos impactos (Categoria A) não apresenta um valor elevado, apenas 5,9%.

Ainda assim, analisando as referências ao contexto do trabalho (Subcategoria A.1), a qualidade do relacionamento entre polícias é um indicador apontado por mais de metade dos entrevistados como algo positivo no local de trabalho (e.g., E11 – “O pessoal mais antigo apoia-nos muito, temos sempre em quem confiar”).

A própria satisfação com o serviço que prestam e o sentimento de orgulho pela missão da PSP, são orgulhosamente proferidos pelos entrevistados, evidenciando o seu sentimento de missão cumprida (e.g., E18 – “É um trabalho que me preenche”).

No entanto, ainda enquadrados no contexto de trabalho enquanto origem de impactos negativos nos polícias, os entrevistados referem a falta de apoio institucional da própria PSP que, tal como concluíram Ricciardelli et al. (2020), pode levar a que se sintam desamparados e sem uma noção concreta daquilo que é o seu papel na instituição (e.g., E07 – “Eu estou um bocado crítico em relação à instituição, porque acho que estamos mesmo, nós estamos largados, estamos mesmo largados (...) Somos um bocado deixados ao Deus dará”).

Também o distanciamento de casa e da família, referido por Rocha (2019), gera um sentimento de insatisfação e desamparo nos polícias (e.g., E12 – “É que eu sou do [YYY], estou longe dos meus”).

Quanto ao conteúdo do trabalho (Subcategoria A.2) os polícias identificam a imprevisibilidade característica da vida policial como uma fonte de *stress* (e.g., E10 – “E

aqui a patrulha, neste caso, é dura. Porque nós somos a primeira OPC a chegar ao local. Estas situações de nós, são nós que temos o primeiro impacto sem nunca saber o que aí vem”).

A complexidade dos casos de abuso sexual de menores passa também pela burocracia necessária para que a criança seja devidamente sinalizada e encaminhada para as autoridades competentes, atrasando o processo tanto para a vítima como para o próprio polícia que está a tentar responder às suas necessidades (e.g., E17 – “As polícias deviam melhorar muito nesse aspeto. Devíamos tornar tudo mais simples, mais prático, mais rápido, mais eficaz, porque só assim é que as vítimas vão sentir-se realmente apoiadas”).

Dada as especificidades de atuação num caso de uma criança abusada, tal como referido no 1º capítulo deste trabalho, torna-se ambíguo o papel dos polícias. Tal como Violanti (1983) referiu, estes fatores podem que pode levar à sua insegurança e exaustão sendo, como tal uma origem de impactos abordada pelos entrevistados (e.g., E03 – “Às vezes são situações que não são situações criminais ou, se são, não são da nossa competência, é muito ambíguo”).

Já a instituição, e todo o apoio que deve dar aos polícias perante estas causas e origens de impactos negativos devido ao contexto e conteúdo do trabalho são tópicos explorados em categoria própria (Categoria H) que, tendo pouca relevância para os entrevistados (6%), importa referir, pois, remete para o apoio por parte dos superiores hierárquicos (Subcategoria H.1) e para o apoio por parte de técnicos e psicólogos (Subcategoria H.2).

Assim, quanto ao apoio por parte de técnicos e psicólogos os polícias afirmam que existe falta de acompanhamento especializado (e.g., E20 – “O apoio psicológico da PSP não existe”), bem como de avaliações psicológicas (e.g., E07 – “Estas entrevistas com os psicólogos. Também não faz muito sentido, não é? Falta realmente uma avaliação correta para evitar desastres”). De referir que apenas dois entrevistados se pronunciaram diretamente dizendo que nunca precisaram de ir ao psicólogo (e.g., E05 – “Nunca precisei. Quando precisar digo”).

No que diz respeito ao apoio por parte de superiores hierárquicos, mais de metade dos entrevistados afirmou não sentir qualquer tipo de apoio, reforçando a importância que esse apoio tem para eles, de modo a promover bem-estar e satisfação no trabalho (e.g., E08 – “Parece que não aconteceu nada. Ninguém nos pergunta como estamos depois de uma situação destas (...) o oficial nem o vimos, até porque o papel dele aqui na esquadra também passa por aí”).

Perante o cenário referido até agora, os polícias pouco abordam as principais dificuldades (Categoria G = 3,5%) que enfrentam, sendo a maioria das referências feitas

sobre a falta de formação legal na matéria de lidar com casos de abuso sexual de menores (Subcategoria G.2).

Os policiais referem que devido à complexidade e especificidade deste tipo de atuação, o facto de não terem qualquer tipo de formação sobre o tema ou até, em muitos casos, formação para abordar menores, faz com que enfrentem dificuldades acrescidas neste tipo de chamadas (e.g., E20 – “Mas era importante se calhar dar formação a algumas pessoas e quando ocorrem essas ocorrências, ser encaminhado para essas pessoas que têm a formação. Falar com crianças naquele estado não é para qualquer um”).

De referir que a subcategoria relativa há formação na área da saúde mental (Subcategoria G.3) apenas apresenta 3 u.r. no indicador em que os policiais indicam que existe estigma em relação à saúde mental ou procura de ajuda nesse âmbito (e.g., E14- “Se estás mal psicologicamente, és fraco. Se te afetas com um caso, não serves para aquilo (...) Pior ainda fazem piadas”), tal como apontado por Silva e Fagiolo (2024).

Por último, como tópico menos abordado, a procura por ajuda psicológica (Categoria J) remete para a ajuda fora da instituição (Subcategoria J.1) e para a ajuda dentro da própria instituição (Subcategoria J.2).

Quanto à procura por apoio psicológico fora da instituição, os policiais tendem a considerar mais vantajosa a procura de apoio psicológico em contextos externos, por acreditarem que o apoio prestado pela organização não é adequado nem eficaz (e.g., E18 – “Mas sinto que ainda não é suficiente, uma pessoa infelizmente vê os resultados”; E19 – “Acionar para quê? Para não me responderem...”).

Outro fator que leva à procura de apoio fora da instituição prende-se com o receio da opinião dos colegas, existindo um sentimento de julgamento associado à expressão de sofrimento emocional (e.g., E10 – “Não... há aquele medo de a gente chegar lá e dizer que... Sofreu com aquela situação, e quase que parece que é julgado”).

De salientar ainda o caso de um dos entrevistados que já era acompanhado por um psicólogo antes de ingressar na instituição, tendo mantido esse acompanhamento. Este participante destacou a importância desse apoio ao longo do percurso profissional, lamentando o estigma associado à procura de ajuda psicológica dentro da instituição.

Além disso, vários entrevistados referiram que, no seio da própria instituição, o acesso ao apoio psicológico se revela difícil, não apenas devido ao estigma mas também à escassa divulgação dos serviços disponíveis (e.g., E19 – “Sou-lhe honesto, nunca precisei então nem sei dizer ... mas devia ser divulgado para todos”).

Com base nestes resultados, verifica-se uma baixa procura por apoio psicológico entre os entrevistados, refletindo a persistência de uma cultura organizacional onde a saúde mental continua a ser estigmatizada. Esta constatação está em linha com os contributos de Machado (2022) e de Meleiro (2024), que salientam que nas forças policiais a procura de apoio psicológico é frequentemente associada a sinais de fraqueza e vulnerabilidade. Esta perceção é reforçada pelos estudos de Burns e Buchanan (2020) bem como de Drew e Martin (2021), os quais identificam uma resistência estrutural à aceitação da dimensão emocional da prática policial.

Neste contexto, a entrevista semiestruturada utilizada no presente estudo funcionou como um espaço seguro e confidencial, permitindo aos participantes a verbalização de vivências e estratégias emocionais. Esta abordagem demonstrou ser um facilitador importante na expressão das dificuldades sentidas, corroborando os achados de Risan et al. (2016), que sublinham a relevância de oferecer aos policiais um espaço onde possam falar livremente, contribuindo para a desconstrução do estigma associado à saúde mental no contexto da PSP.

Com base na análise das entrevistas, identificaram-se diferenças interessantes entre os policiais com menos de cinco anos de serviço e aqueles com mais de dez anos. As principais distinções observadas foram as seguintes:

- **Desafio da ocorrência:** Para os elementos mais jovens, o principal desafio reside na interação com os menores e na criação de uma relação empática com estes. Já os policiais mais experientes, sobretudo os que são pais, referem um maior impacto emocional decorrente da associação entre a vítima e os próprios filhos.
- **Descrição da ocorrência:** Os policiais mais jovens tendem a centrar-se na descrição detalhada dos factos e das emoções sentidas durante a ocorrência, enquanto os mais velhos valorizam a experiência acumulada como fator decisivo na forma de atuar, considerando tratar-se de uma situação com especificidades muito próprias.
- **Ajuda psicológica e apoio institucional:** Os elementos mais experientes manifestaram preocupação face à ausência de estruturas eficazes de apoio psicológico para os colegas mais novos, reconhecendo a necessidade de um sistema mais robusto (e.g., E10 – “Infelizmente não sinto. Por exemplo, nós... Por exemplo, eu já tenho algum tempo disso. Mas agora, ainda para mais baixar o nível de idade da polícia, 18 anos, eles precisam de ajuda, de atenção”).
- **Impacto da distância trabalho-casa:** Apesar de se demonstrarem globalmente satisfeitos, os policiais mais jovens são os que mais frequentemente referem como

fonte de sofrimento a distância entre o local de trabalho e a residência, associando este desafio à dificuldade de sustentação financeira numa fase inicial da vida adulta (e.g., E04 – “depois tenho de dividir casa porque caso contrário não dá para pagar a renda”).

- Reconhecimento do impacto da ocorrência: Verificou-se maior abertura entre os policiais mais experientes para reconhecerem a delicadeza da ocorrência em causa e os seus impactos psicológicos duradouros. Já os mais jovens revelaram essa sensibilidade de forma mais tardia, emergindo ao longo da entrevista.
- Perceção da evolução institucional: Os policiais com mais anos de serviço reconhecem melhorias no que diz respeito à prevenção em saúde mental e aos esforços para combater o estigma da procura por apoio psicológico. No entanto, continuam a considerar que o sistema permanece pouco eficaz e pouco responsivo às necessidades reais dos profissionais.

Capítulo IV – Conclusão

Sendo a PSP uma instituição constituída por pessoas que servem a comunidade, o seu sucesso ou insucesso passa, em larga escala, pelos profissionais que dela façam parte. Tratando-se de uma atividade revestida de exigências variadíssimas, a preocupação com o bem-estar físico e psicológico dos polícias terá de ser uma constante.

Conforme destacado pela Ordem dos Psicólogos Portugueses (2024), é essencial que as organizações adotem práticas que permitam a avaliação, prevenção e intervenção nos riscos psicossociais, reconhecendo que a saúde psicológica dos trabalhadores é um pilar fundamental para o desempenho organizacional. Neste contexto, torna-se imperativo compreender as implicações que o exercício da função policial acarreta para os profissionais da PSP, especialmente quando confrontados com situações de elevada exigência emocional, como é o caso das ocorrências de abuso sexual de menores.

A presente investigação procurou, assim, compreender os impactos físicos e psicológicos sentidos pelos polícias da PSP que respondem a ocorrências de abuso sexual de menores. Tratando-se de um crime de natureza altamente sensível e emocionalmente exigente, é esperado dos polícias um elevado nível de adaptação e controlo, tornando-se evidente, ao longo do estudo, que a exposição a estas situações provoca efeitos significativos no bem-estar dos profissionais, refletindo a necessidade de medidas específicas de suporte institucional.

A abordagem qualitativa adotada nesta investigação permitiu aceder de forma aprofundada às perceções dos polícias entrevistados sobre as consequências emocionais e profissionais decorrentes da sua intervenção em casos de abuso sexual de menores. Os relatos individuais evidenciaram experiências marcantes, refletindo o impacto significativo destas ocorrências no bem-estar psicológico dos profissionais. Compreender estas perceções é fundamental para desenvolver estratégias que mitiguem tais impactos, promovendo ambientes de trabalho mais saudáveis e seguros.

Neste contexto, a União Europeia tem vindo a enfatizar a importância de políticas que abordem os riscos psicossociais no local de trabalho, reconhecendo a necessidade de intervenções eficazes para salvaguardar a saúde mental dos trabalhadores (Council of the European Union, 2023).

A identificação das lacunas na preparação dos polícias para lidar com ocorrências de abuso sexual de menores revela-se essencial para o desenvolvimento de estratégias preventivas eficazes. Tal como sublinhado por Machado (2022), a ausência de formação

adequada e de apoio institucional agrava o impacto emocional das ocorrências e fragiliza a confiança dos profissionais na sua atuação. Perante estas exigências, impõe-se que a gestão policial promova a intervenção de especialistas e a formação contínua dos policiais, dotando-os de competências específicas para uma resposta mais segura, ética e humanizada.

A realidade enfrentada pelos policiais revela-se profundamente violenta e emocionalmente exigente, impondo-lhes desafios significativos tanto ao nível da sensibilidade necessária para interagir com pessoas em sofrimento psicológico, como da força emocional imprescindível para lidar com situações em que o abuso se consuma, particularmente quando existiu contacto prévio com a vítima. Estas experiências são descritas na literatura como fontes relevantes de trauma secundário e de fadiga por compaixão, afetando negativamente o equilíbrio psicológico dos profissionais (Tselenti et al., 2025; Violanti et al., 2017).

Acresce que a natureza ininterrupta do serviço policial impede que os profissionais disponham de tempo para processar emocionalmente as situações com que se depararam, obrigando-os a retomar imediatamente as suas funções. Esta ausência de espaço para a elaboração emocional, associada à tendência para evitar a partilha destes episódios no contexto familiar, conduz muitos policiais ao isolamento emocional e à construção de mecanismos de autoproteção, como o silenciamento e o endurecimento afetivo, fatores amplamente documentados na literatura sobre saúde mental nas forças de segurança (Machado, 2022; Violanti et al., 2018).

Por exemplo, nós temos muitas situações, não é (...) eu tento me desligar, por exemplo, quando estou aqui na polícia, trabalhar. Pronto, levo isto a sério, tento fazer o melhor que posso, resolvo as minhas situações, a caminhar, tudo bem. (...) Eu raramente falo essas coisas para alguém. Por exemplo, eu chego a casa... é pá, não falo com a minha família, quando falo é com a mulher. É pá, não falo... Por exemplo, este tipo de situações, ali, agora, hoje, tive uma menina, um menino que foi violado. Não falo. (E20)

A verdade é que, apesar de os policiais não o dizerem diretamente, não querem ter de recorrer por vontade própria à estrutura de apoio psicológico da instituição, afirmando sempre que até ao momento não precisaram (e.g., E04 “Nunca precisei. Quando precisar digo”). No entanto, quando confrontados com esta realidade, tal como no nosso estudo, eles

falam deste tema e demonstram preocupação para existir uma boa estrutura de apoio psicológico que possa socorrer todos os policiais (e.g., E19 “Uma pessoa vê, vê que os mais novos precisam e não têm (...) vê pelas desgraças que têm acontecido...”).

Neste ponto, os policiais com mais anos de serviço, apesar de desvalorizarem o apoio psicológico para eles e os da sua geração, afirmam que sentem melhorias na estrutura de apoio por parte da instituição, no entanto referem que ainda não é suficiente e que a geração atual, perante a idade mínima agora admitida na PSP e os desafios complexos com que se deparam, necessitam de respostas mais eficazes e de mais apoio para todos os policiais.

Perante este cenário, quanto às ocorrências de abuso sexual de menores, os policiais afirmam não existir qualquer tipo de formação legal que os capacite para responder integralmente às ocorrências. Bem como não existe qualquer referência a formação na área da saúde mental por esta não ter sido frequentada por nenhum dos entrevistados. Os entrevistados defendem, assim, a necessidade de alterar o plano de formação anual de modo a que sejam capacitados para lidar com a diversidade da profissão e se munam de ferramentas e estratégias de defesa indicadas para mitigar as consequências psicológicas sentidas (e.g., E07 “A formação é super importante, eu sou muito adepto de formação contínua, gosto mesmo da formação contínua, mas infelizmente não há na polícia...”).

Os entrevistados revelaram que o desafio de trabalhar com uma criança abusada sexualmente está aliado à complexidade na atuação e reserva de competências de investigação da PJ, ou seja, se por um lado têm de averiguar os factos e acionar as equipas de investigação criminal para dar conhecimento há PJ, por outro têm de se abster de falar com a vítima, com o intuito de não contaminar a produção de prova. Ou seja, o que é esperado destes policiais é que estes acionem a PJ aquando do conhecimento dos factos, sem comunicar com a criança, o que se torna desafiante visto ninguém poder proibir a criança de falar até à chegada do órgão de polícia criminal competente. E, em muitas situações, é exatamente isto que acontece, pois as crianças veem no polícia o garante de que a situação vai ser resolvida, acolhendo-o e partilhando com ele o ocorrido.

Tal como acontece em Londres, na *Metropolitan Police*, como descrito no primeiro capítulo, os policiais defendem que os agentes *first responders* devem ser os mesmos que têm o poder de investigação, tanto para o bem-estar dos policiais como para a própria criança evitando a sua revitimização (e.g., E16 “Temos supostamente mais autoridade (...) mas ao mesmo tempo sinto que também existem muitas limitações naquilo que podemos fazer naquele momento para ajudar aquela criança. Sim, sobretudo porque o crime é da PJ. Deviam ser eles logo acionados”).

Relativamente aos resultados obtidos, verifica-se que as consequências de natureza psicológica se destacam como as mais prevalentes entre os policiais entrevistados. Entre os impactos emocionais relatados, sobressaem o sentimento de impotência, de raiva, o choque emocional, a ocorrência de pensamentos negativos associados à colocação na posição da vítima e os seus familiares, e uma sensação persistente de inquietação e preocupação. Estes efeitos psicológicos, se não forem devidamente acompanhados, poderão evoluir para quadros de fadiga por compaixão, trauma secundário, depressão, ansiedade e, em casos mais graves, trauma primário.

A análise dos testemunhos evidencia que estes impactos são particularmente intensificados nos casos de crianças abusadas através da prática do coito consumado, nos quais os policiais se confrontam com questões existenciais difíceis de resolver. A pergunta "porquê?" permanece frequentemente sem resposta, gerando raiva e repulsa, por para eles não existir nenhum motivo para que um adulto perpetre tal crime contra uma criança.

Esta incapacidade de perceber o que leva um adulto a praticar este ato, leva a que os policiais apresentem um nível de desconfiança e atenção elevado em relação aos seus filhos e menores próximos, com o intuito de os proteger deste tipo de crimes.

O que é que leva alguém a fazer aquilo? Diga-me (...) eu não consigo compreender, muitas vezes, como é que aquelas pessoas que, supostamente, têm o dever de cuidado para com as crianças, conseguem ter esse tipo de atitudes com as mesmas. Está mais que demonstrado que os predadores sexuais são pessoas doentes, que sofrem de uma patologia, de foro psíquico. Existe indicação para tal, mas, muitas vezes, os predadores sexuais fecham-se e nós não temos a noção que aquela pessoa é um predador sexual... e isso é que torna tudo mais complicado ... mais macabro. (E01)

Importa ainda destacar que, nos seus discursos, os policiais entrevistados evidenciaram as estratégias de defesa que desenvolvem para lidar com o impacto emocional das ocorrências. Entre estas, destaca-se a necessidade de estabelecer uma separação clara entre a esfera profissional e a vida pessoal, como forma de proteger a sua família e, simultaneamente, de evitar o confronto constante com as situações traumáticas vividas. A família é percecionada como um espaço seguro, onde estas experiências podem ser temporariamente afastadas, tornando-se evidente a tendência para evitar abordar os temas

relacionados com o trabalho ou recorrer à abstração como mecanismo de autoproteção, utilizando o exercício físico como o “escape” ideal.

É sair daqui e fechar a porta. O que tento fazer é abstrair-me e cingir-me na parte profissional, abstraia a minha parte humana basicamente... estou ali sou polícia (...)
Às vezes eu chegar a casa e falar com a minha esposa e dizer assim, olha, aconteceu-me isto e isto. Isso ajuda-me. Porquê? Porque estou a desabafar com alguém sobre aquilo. E porquê? Para ela perceber o quê? Se eu estou mais desgastado, ou estou mais fechado, para ela tentar perceber o que é que se passou. É essa parte. É uma parte que às vezes eu falo, ajuda imenso. (E03)

Entretanto, a falta de apoio e de reconhecimento por parte dos superiores hierárquicos é mencionado pelos policiais como sendo um fator de desmotivação forte. Os policiais referem que é importante sentirem-se apoiados e reconhecidos pela chefia direta, de modo a contrariar os sentimentos negativos sentidos após a exposição a situações traumáticas, como o caso de uma criança abusada. Defendem que o apoio do seu oficial é imprescindível para que se sintam acolhidos pela instituição, dando um espaço seguro para que estes falem do que viram e sentiram, permitindo uma ponte mais célere entre os policiais e a estrutura de apoio psicológico da instituição.

E nós.... Estamos cá em baixo, e não somos mimados (...) Eu acho que os comandos se afastaram muito, tenho alguém para me puxar as orelhas, mas não para me ajudar (...)
Acho que para evitar certos desfechos nós cá em baixo temos de ser mimados, e não somos.” (E07)

É igualmente importante salientar que, embora os resultados obtidos não possam ser generalizados a toda a população policial, constituem um retrato importante acerca da realidade vivenciada pelos profissionais que lidam com ocorrências de grande exigência emocional, refletindo as consequências, por vezes também violentas, que experienciam. Realçando que a ida a ocorrências de abuso sexual de menores é atribuída à polícia local da área, muitas vezes tratando-se de um profissional sem qualquer tipo de formação e

conhecimento na área, desconhecendo como proceder perante uma criança abusada, este assunto ainda é mais importante.

Esta constatação reforça a necessidade de uma atenção cuidada ao fator humano por parte dos gestores policiais. Como sublinha Pais (2022), a polícia é composta por homens e mulheres que, apesar do treino e da formação recebidos, possuem vulnerabilidades que não podem ser ignoradas, exigindo reconhecimento e cuidado por parte das estruturas institucionais.

Quanto às limitações sentidas no decorrer da nossa investigação, importa mencionar a disponibilidade em termos de tempo dos polícias para a entrevista, uma vez que, em diversas situações, se encontravam de serviço, tendo um período reduzido e limitado para responder às questões. Em muito lhes agradecemos pela disponibilidade. Também o facto de serem de serviços e esquadras territorialmente distintos, a deslocação às diferentes unidades policiais tornou-se um desafio.

No que respeita a investigações futuras, considera-se pertinente dar continuidade ao desenvolvimento de estudos sobre as consequências decorrentes da missão policial para os profissionais da PSP, explorando de forma mais aprofundada realidades específicas. Um exemplo relevante seria a análise do impacto emocional nos polícias que respondem a ocorrências de mortes violentas, uma situação desafiante referida por diversas vezes pelos entrevistados.

Em síntese, conscientes de que o bem-estar dos profissionais é um pilar essencial para o sucesso organizacional, torna-se imperativo reforçar a necessidade de uma formação especializada, de um reconhecimento efetivo por parte da hierarquia e de um acompanhamento psicológico contínuo. Só assim será possível prevenir ou atenuar as consequências emocionais associadas ao exercício da função policial.

Cuidar de quem protege é, em última instância, cuidar da própria segurança pública e da dignidade da missão policial.

Referências

- Aded, N. L. O., Dalcin, B. L. G. S., Moraes, T. M., & Cavalcanti, M. T. (2006). Abuso sexual em crianças e adolescentes: Revisão de 100 anos de literatura. *Revista de Psiquiatria Clínica*, 33(4), 204-213. <https://doi.org/10.1590/S0101-60832006000400006>
- Almeida, N. P. A. S. B. (2022). *Impacto do trabalho policial nos policiais do Corpo de Intervenção* [Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna]. Repositórios Científicos de Acesso Aberto de Portugal. <http://hdl.handle.net/10400.26/42299>
- American Psychological Association. (2008). *Understanding child abuse and neglect*. American Psychological Association. <https://www.apa.org/pi/families/resources/understanding-child-abuse>
- Arnetz, B., Nevedal, D., Lumley, M. A., & Backman, L. (2009). Trauma resilience training for police: Psychophysiological and performance effects. *Journal of Police and Criminal Psychology*, 24(1), 1-9. <https://dx.doi.org/10.1007/s11896-008-9030-y>
- Back, C. M. (2021). Acompanhamento psicológico preventivo para agentes da segurança pública. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, 15(1), 208-225. <https://doi.org/10.31060/rbsp.2021.v15.n1.1147>
- Barbosa, L. M., & Menezes, C. N. B. (2017). A importância do apoio psicológico na saúde mental dos policiais militares de Fortaleza. *Psicologia Argumento*, 35(89), 1-21. <https://dx.doi.org/10.7213/psicolargum.35.89.AO01>
- Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo* (L. A. Reto & A. Pinheiro, Trad.). Edições 70. <https://ia802902.us.archive.org/8/items/bardin-laurence-analise-de-conteudo/bardin-laurence-analise-de-conteudo.pdf>
- Bento, A. C. (2017). O Programa Escola Segura: Prevenção, proximidade e comunidade. *Etnográfica*, 21(2), 319-339. <https://doi.org/10.4000/etnografica.4921>
- Burruss, G. W., & Wall-Parker, A. (2017). The hazards of investigating internet crimes against children: Digital evidence handlers' experiences with vicarious trauma and coping behaviors. *American Journal of Criminal Justice*, 43(4), 433-447. <https://dx.doi.org/10.1007/s12103-017-9417-3>

- Can, S. H., & Hendy, H. M. (2014). Police stressors, negative outcomes associated with them and coping mechanisms that may reduce these associations. *The Police Journal*, 87(3), 167-177. <https://doi.org/10.1350/pojo.2014.87.3.676>
- Carrapato, F. H. G. (2018). *O abuso sexual de crianças e o processo de regulação das responsabilidades parentais* [Dissertação de Mestrado, Universidade Católica Portuguesa]. Repositório da Universidade Católica Portuguesa. <https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/27796/1/Tese%20-%20Francisca%20Carrapato.pdf>
- Centro de Estudos Judiciários. (2024). *Seminário sobre a implementação em Portugal do Projeto “Barnahus”*. <https://elearning.cej.mj.pt/course/view.php?id=1445>
- Civilotti, C., Maran, D. A., Garbarino, S., & Magnavita, N. (2022). Hopelessness in police officers and its association with depression and burnout: A pilot study. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 19(9), 1-12 <https://doi.org/10.3390/ijerph19095169>
- Código Penal, *Diário da República n.º 63/1995*, Série I-A de 1995-03-15. Assembleia da República. <https://diariodarepublica.pt/dr/legislacao-consolidada/decreto-lei/1995-34437675>
- Comissão Nacional de Promoção de Direitos e Proteção das Crianças e Jovens: (2023). *Princípios básicos para a prevenção da violência sexual contra crianças: Guia para profissionais*. <https://www.cnpdpcj.gov.pt/documents/10182/14804/Guia+Princ%C3%ADpios+b%C3%A1sicos+para+a+preven%C3%A7%C3%A3o+da+viol%C3%Aancia+sexual+contra+crian%C3%A7as/2c1a3a91-b292-4419-9cc7-30489ccb4717>
- Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens. (2025). *CPCJ- O que são?* <https://www.cnpdpcj.gov.pt/o-que-sao>
- Conselho Europeu. (2007). *Convention on the Protection of Children against Sexual Exploitation and Sexual Abuse (Lanzarote Convention)*. Council of Europe Treaty Series no. 201. <https://rm.coe.int/168046e1d8>

- Constituição da República Português. *Diário da República* n.º 86/1976, Série I de 1976-04-10. Assembleia Constituinte. <https://diariodarepublica.pt/dr/legislacao-consolidada/decreto-aprovacao-constituicao/1976-34520775-46231975>
- Council of Europe. (2024). *Implementing the Barnahus Model in Croatia*. https://www.eeas.europa.eu/delegations/council-europe/new-eu-coe-joint-project-implementing-barnahus-model-croatia_en
- Council of the European Union (2023). *Conclusões do Conselho sobre saúde mental e trabalho precário*. https://employment.belgium.be/sites/default/files/content/documents/International/Mental%20Health/4_Polak_Tejedor.pdf
- Decreto-Lei n.º 243/2015, de 19 de outubro. *Diário da República* n.º 204/2015, Série I de 2015-10-19. Ministério da Administração Interna. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/243-2015-70737912>
- Dieu, F. (2005). Aperçu sur les expériences françaises de police de proximité. *Desafios*, 12, 35-50. <https://www.redalyc.org/pdf/3596/359633157003.pdf>
- Direção Geral da Política de Justiça & Instituto Nacional de Estatística. *Violência na Infância* 2023. <https://www.cnpdpcj.gov.pt/documents/10182/14804/Viol%C3%Aancia+na+Inf%C3%A2ncia+2023/450f31d6-944d-477c-8554-ae7b811a6f3b>
- Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de dezembro de 2011. *Jornal Oficial da União Europeia* L 335, 1-14. Parlamento Europeu. <http://data.europa.eu/eli/dir/2011/93/oj>
- Durão, S., & Darck, M. (2012). *Polícia, segurança e ordem pública: Perspetivas portuguesas e brasileiras*. Imprensa de Ciências Sociais. <http://hdl.handle.net/10451/20541>
- Elo, S., & Kyngäs, H. (2008). The qualitative content analysis process. *Journal of Advanced Nursing*, 62(1), 107–115. <https://doi.org/10.1111/j.1365-2648.2007.04569.x>

Estatísticas da Justiça (2025, março 31). Crimes registados pelas autoridades policiais. https://estatisticas.justica.gov.pt/sites/siej/ptpt/Paginas/Crimes_registados_autoridades_policiais.aspx

Estatísticas da Justiça (n.d.). Abuso sexual de menores. https://estatisticas.justica.gov.pt/sites/siej/ptpt/Paginas/Abuso_sexual_menores.aspx

Ferreira, C. (2018). Projeto Care: Apoio a crianças e jovens vítimas de violência sexual. *Miscellanea APAV*, (6), 18-19. https://issuu.com/apav_online/docs/miscellanea_apav_06/13

Flick, U. (2009). *Introdução à pesquisa qualitativa* (3.^a ed.). Artmed.

Foley, J., Jones, F., Hassett, A., & Williams, E. (2024). ‘Holding onto trauma?’ The prevalence and predictors of PTSD, anxiety and depression in police officers working with child abuse, rape and sexual exploitation victims. *The Police Journal*, 47(2), 205-398. <https://doi.org/10.1177/0032258X23118>

Follette, V., & Polusny, M. A. (1994). Mental health and law enforcement professionals: Trauma history, psychological symptoms, and impact of providing services to child sexual abuse survivors. *Professional Psychology Research and Practice*, 25(3), 275-282. <https://doi.org/10.1037/0735-7028.25.3.275>

Fontana, A., & Frey, J. (1994). Interviewing: The art of science. In N. K. Denzin (Ed.), *Handbook of qualitative research* (pp.361-376). Sage.

Fortin, M. (1999). *O processo de investigação: Da concepção à realização*. Lusociência. https://www.academia.edu/42384751/O_processo_de_investigacao%20da_concepcao_a_realizacao_o_FORTIN

Franco, M. L. P. B. (2018). *Análise de conteúdo* (4.^a ed.). Editora Vozes.

Gau, J. M., Paoline, E. A., & Paul, N. D. (2022). De-policing as a result of public scrutiny: Examining officers’ perceptions of negative media attention and willingness to engage in self-initiated activity. *Journal of Crime and Justice*, 45(5), 539–551. <https://doi.org/10.1080/0735648X.2021.2024082>

- Ghiglione, R., & Matalon, B. (2001). *O inquérito: Teoria e prática* (4ª ed.). Celta Editora.
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social* (6.ª ed.). Atlas.
- Gomes, G. P., Ribeiro, N., & Gomes, D. R. (2022). The impact of burnout on police officers' performance and turnover intention: The moderating role of compassion satisfaction. *Administrative Sciences*, 12(3), 92. <https://doi.org/10.3390/admsci12030092>
- Gonçalves, A. F. T. (2019). *O burnout numa amostra de profissionais da Polícia de Segurança Pública* [Relatório da Dissertação de Mestrado, Instituto Politécnico de Setúbal]. Repositórios Científicos de Acesso Aberto de Portugal. <http://hdl.handle.net/10400.26/30729>
- Gonçalves, S. M. P. (2011). Bem-estar no trabalho em contexto policial: O contributo dos valores e das práticas organizacionais. [Dissertação de Mestrado, Instituto Universitário de Lisboa]. Repositório do Instituto Universitário de Lisboa. https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/4952/4/phd_sonia_pedroso_goncalves.pdf
- Goulart, A. R. M. (2021). *O abuso sexual de crianças e jovens dependentes e a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo* [Dissertação de Mestrado, Universidade Nova de Lisboa]. Repositório da Universidade Nova de Lisboa. https://run.unl.pt/bitstream/10362/140701/1/Goulart_2021.pdf
- Greinacher, A., Derezza-Greeven, C., Herzog, W., & Nikendei, C. (2019). Secondary traumatization in first responders: A systematic review. *European Journal of Psychotraumatology*, 10(1), 1562840. <https://doi.org/10.1080/20008198.2018.1562840>
- Guimarães, S. F. C. (2023). *Níveis de Burnout e envolvimento com o trabalho em agentes do Corpo de Intervenção* [Dissertação de Mestrado, Universidade do Porto]. Repositórios Aberto da Universidade do Porto. <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/156597/2/656074.pdf>
- Gustafsson, M. (2017). *Secondary traumatic stress among Swedish emergency dispatchers* [Dissertação de Mestrado, Umeå University]. Diva Portal. <https://www.diva-portal.org/smash/get/diva2:1666393/FULLTEXT01.pdf>

- Hesketh, I. & Tehrani N. (2018). Psychological trauma risk management in the UK police service. *Policing* 13(4), 1-15. <https://doi.org/10.1093/police/pay083>
- Hesketh, I., & Tehrani, N. (2018) *Responding to trauma in policing: A practical guide*. College of Policing. <https://assets.college.police.uk/s3fs-public/2021-02/responding-to-trauma-in-policing.pdf>
- Hsieh, H. F., & Shannon, S. E. (2005). Three approaches to qualitative content analysis. *Qualitative Health Research*, 15(9), 1277–1288. <https://doi.org/10.1177/1049732305276687>
- Hurrell, A., Draycott, S. & Andrews, L. (2018). Secondary traumatic stress in police officers investigating childhood sexual abuse. *Policing: An International Journal* 41(5), 636-650. <https://doi.org/10.1108/PIJPSM-08-2016-0131>
- Jacinto, G. P., & Zuin, D. C. (2024). Repercussões do trabalho na vida de policiais: Uma revisão integrativa. *Revista de Gestão e Secretariado*, 15(5), 1-20. <https://ojs.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/3609/2381>
- Johansson, S., Stefansen, K., Bakketeig, E., & Kaldal, A. (2017). *Collaborating against child abuse: Exploring the Nordic Barnahus model*. Palgrave Macmillan. <https://doi.org/10.1007/978-3-319-58388-4>
- Krugman, R. D., & Leventhal, J. M. (2005). Confronting child abuse and neglect and overcoming gaze aversion: the unmet challenge of centuries of medical practice. *Child abuse & neglect*, 29(4), 307–309. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2005.03.003>
- Kvale, S. (1996). *InterViews: An introduction to qualitative research interviewing*. Sage Publications.
- Lei 129/2015, de 3 de setembro. *Diário da República* n.º 172/2015, Série I de 2015-09-03. Assembleia da República. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/129-2015-70179158>

- Lei de Organização e Investigação Criminal. *Diário da República n.º 165/2008*, Série I de 2008-08-27. Assembleia da República. <https://diariodarepublica.pt/dr/legislacao-consolidada/lei/2008-67191210-67192945>
- Lei de Segurança Interna. *Diário da República n.º 167/2008*, Série I de 2008-08-29. Assembleia de República. <https://diariodarepublica.pt/dr/legislacao-consolidada/lei/2008-34501675-223574000>
- Lei n.º 4/2024, de 15 de janeiro. *Diário da República n.10/2024*, Série I de 2024-01-15. Assembleia da República. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/4-2024-836604893>
- Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro. *Diário da República n.º 180/2009*, Série I de 2009-09-16. Assembleia da República. <https://diariodarepublica.pt/dr/legislacao-consolidada/lei/2009-70187221-149836175>
- Lei n.º 147/99, de 1 de setembro. *Diário da República n.º 204/1999*, Série I-A de 1999-09-01. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/147-1999-581619>
- Lei Orgânica da Polícia de Segurança Pública. *Diário da República n.º 168/2007*, Série I de 2007-08-31. Assembleia da República. <https://diariodarepublica.pt/dr/legislacao-consolidada/lei/2007-174279072-174332731>
- Lisboa, M. & Dias, A. L. T. (2008, June 25-28). *Organizações e meio envolvente: o caso do 'policiamento de proximidade'* [Conference session]. VI Congresso Português de Sociologia - Mundos Sociais: Saberes e Práticas, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Lisboa. <https://research.unl.pt/ws/portalfiles/portal/11233388/659.pdf>
- MacEachern, A. D., Dennis, A. A., Jackson, S. & Jindal-Snape, D. (2018). Secondary traumatic stress in police officers investigating childhood sexual abuse. *Policing na Internacional Journal* 41(5), 165-174. <https://doi.org/10.1108/PIJPSM-08-2016-0131>
- Machado, C. S. A. (2011). *A exaustão profissional nos agentes da polícia de segurança pública do concelho de Viseu* [Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências

- Sociais e Humanas da Universidade da Beira Interior]. Repositórios Digital da Universidade da Beira Interior. <http://hdl.handle.net/10400.6/2711>
- Machado, S. D. (2022). *A estigmatização dos problemas de saúde mental no contexto policial português* [Dissertação de Mestrado, Universidade Católica]. Repositórios Institucional da Universidade Católica Portuguesa. <http://hdl.handle.net/10400.14/38471>
- Mayring, P. (2000). Qualitative content analysis. *Forum: Qualitative Social Research*, 1(2). <https://doi.org/10.17169/fqs-1.2.1089>
- Meleiro, S. A. F. (2024). *Consequências das atuações com suicídios na Ponte 25 de Abril para a saúde dos policiais da Esquadra Moto* [Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna]. Repositórios Científicos de Acesso Aberto de Portugal. <http://hdl.handle.net/10400.26/51540>
- Mendoza, P. A. A. (2021). *El incremento de la pornografía infantil por el uso generalizado de las TICS en Colombia con ocasión de la pandemia generada por la COVID-19* [Trabalho para Obtenção de Grau Académico, Universidad Pontificia Bolivariana]. Repositórios da Universidad Pontificia Bolivariana. <http://hdl.handle.net/20.500.11912/8923>
- Millar, A., Saxton, M., Øverlien, C., & Elliffe, R. (2021). Police officers do not need more training; but different training. Policing domestic violence and abuse involving children: A rapid review. *Journal of Family Violence*, 37, 1071-1088. <https://doi.org/10.1007/s10896-021-00325-x>
- Minayo, M. C. S. (2009). *O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde* (11.^a ed.). Hucitec.
- Nunes, S. M. (2023). *Do corpo e da mente: Consequências da exposição a acidentes de viação para os policiais de trânsito* [Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna]. Repositórios Científicos de Acesso Aberto de Portugal. <http://hdl.handle.net/10400.26/45778>

- Office of Juvenile Justice and Delinquency Prevention. (2017). *Law enforcement response to child abuse* (2nd ed.). U.S. Department of Justice. <https://ojjdp.ojp.gov/sites/g/files/xyckuh176/files/pubs/243907.pdf>
- Ordem dos Psicólogos Portugueses (2020). *Prosperidade e sustentabilidade das organizações: relatório do custo do stresse e dos problemas de saúde psicológica no trabalho, em Portugal*. Ordem dos Psicólogos Portugueses. https://www.ordemdospsicologos.pt/ficheiros/documentos/relatorio_riscos_psicossociais.pdf
- Ordem dos Psicólogos Portugueses. (2024). *Saúde psicológica e bem-estar no trabalho: avaliação, prevenção e intervenção nos riscos psicossociais*. Ordem dos Psicólogos Portugueses. https://www.ordemdospsicologos.pt/ficheiros/documentos/primeiras_paginas_aval_iar_intervir_e_prevenir_os_riscos_psicossociais.pdf
- Pais, L. S. G. G. (2004). *Uma história das ligações entre a psicologia e o direito em Portugal: Perícias psiquiátricas médico-legais e perícias sobre a personalidade como analisadores* [Dissertação de Mestrado, Universidade do Porto]. Repositório do Instituto Superior de Psicologia Aplicada <https://repositorio.ispa.pt/handle/10400.12/1666>
- Pais, L.; Felgueiras, S.; Rodrigues, A.; Santos, J. & Varela, T. (2016). Protesto político e atividade policial: a perceção dos media. *Análise Social*, 216(3), 494-517. <https://revistas.rcaap.pt/analisesocial/article/view/23143/17208>
- Pereira, A. R. L. (2006). *Intervenção social em casos de abuso sexual a menores* [Dissertação de Mestrado, Universidade Fernando Pessoa]. Repositório Institucional da Universidade Fernando Pessoa. <https://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/1033/1/10463.pdf>
- Pereira, M. (2022). *A intervenção da PSP no acompanhamento e proteção das crianças vítimas (in)diretas de violência doméstica* [Trabalho de Investigação Final do Curso de Comando e Direção Policial, Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna]. Repositório Comum. <http://hdl.handle.net/10400.26/46065>

- Pereira, R., Silva, A. L., Felgueiras, S., & Queirós, C. (2023). A relação entre stress operacional e organizacional, burnout e ideação suicida nas forças policiais. *Politeia*, 20, 91–128. <https://doi.org/10.57776/9de1-ct58>
- Perez, L. M., Jones, J., Englert, D. & Sachau, D. (2010). Secondary traumatic stress and burnout among law enforcement investigators exposed to disturbing media images. *J Police Crim Psych* 25(n.d.), 113–124. <https://doi.org/10.1007/s11896-010-9066-7>
- Plano Nacional de Combate à Violência contra Crianças e Jovens 2022–2025. (2022). Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (CNPDPJ). <https://www.cnpdpj.gov.pt>
- Polícia de Segurança Pública (2025, abril 01). Escola Segura <https://www.psp.pt/Pages/atividades/programa-escola-segura.aspx>
- Polícia de Segurança Pública (2025, abril 01). O que é a PSP? <https://www.psp.pt/Pages/sobre-nos/quem-somos/o-que-e-a-ssp.aspx>
- Presidência do Conselho de Ministros. (2025). *Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2025*. Diário da República, 1.ª série, n.º 42. <https://files.diariodarepublica.pt/1s/2025/02/04200/0000400009.pdf>
- Queiroz, L. C. M. (2025). Avaliação psicológica continuada: Prevenção do adoecimento mental do policial militar. *Revista Foco*, 18(2), 1-17. [10.54751/revistafoco.v18n2-008](https://doi.org/10.54751/revistafoco.v18n2-008)
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. V. (2008). *Manual de investigação em ciências sociais* (5.ª ed.). Gradiva.
- Reform and Investment Task Force of European Commission. (2024). *Child participation in Barnahus: Summary final report*. Directorate-General for Structural Reform Support. https://reform-support.ec.europa.eu/publications-0/strengthening-child-friendly-justice-through-effective-co-operation-and-coordination-among-different_en
- Ribeiro, B. M. S. S., Scorsollini-Comin, F., Robazzi, M. L. C. C., Santos, S. V. M., Terra, F. S. & Dalri, R. C. M. B. (2024). Fatores associados à síndrome de burnout em

- policiais: revisão de escopo. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 77(2), 1-9.
<https://doi.org/10.1590/0034-7167-2023-0444pt>
- Ricciardelli, R., Carbonell, M., Ferguson, L. & Huey, L. (2023) “It’s frustrating ... I didn’t join to sit behind a desk”: Police paperwork as a source of organizational stress. *International Journal of Police Science & Management*, 25(4), 516–4528.
<https://doi.org/10.1177/1098611118774764>
- Ricciardelli, R., Czarnuch, S., Carleton, R. N., Gacek, J., & Shewmake, J. (2020). Canadian public safety personnel and occupational stressors: How psp interpret stressors on duty. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 17(13), 4736. <https://doi.org/10.3390/ijerph17134736>
- Risan, P., Binder, P.-E., & Milne, R. (2016). Regulating and coping with distress during police interviews of traumatized victims. *Psychological Trauma: Theory, Research, Practice, and Policy*, 8(6), 736–744. <https://doi.org/10.1037/tra0000119>
- Rocha Silva, C., Christo Gobbi, B., & Adalgisa Simão, A. (2005). O uso da análise de conteúdo como uma ferramenta para a pesquisa qualitativa: descrição e aplicação do método. *Organizações Rurais & Agroindustriais*, 7 (1), 70-81.
<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=87817147006>
- Rocha, A. C. F. (2019). *Articulação entre a vida profissional, familiar e pessoal: um estudo de caso na PSP do COMETLIS* [Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas]. Repositórios da Universidade de Lisboa.
<https://repositorio.ulisboa.pt/bitstream/10400.5/19108/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20de%20Mestrado%20-%20Ana%20Rocha.pdf>
- Rolim, M. F., & Pereira, V. de Q. (2022). A eficiência policial e seus indicadores. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, 16(3), 314–331.
<https://doi.org/10.31060/rbsp.2022.v.16.n3.1445>
- Santos, F. B., Lourenção, L. G., Vieira, E. Neto, F. R. G. X., Oliveira, A. M. N., Oliveira, J. F., Borges, M. A. & Arroyo, T. R. (2021). Estresse ocupacional e engajamento no trabalho entre policiais militares. *Ciência saúde Coletiva* 26(12), 5987-5996.
<https://doi.org/10.1590/1413-812320212612.14782021>

- Santos, S. M. S. F. M. (2009). *Suicídio nas forças policiais: um estudo comparativo na PSP, GNR e PJ* [Dissertação de Mestrado, Universidade do Porto]. Repositório Aberto da Universidade do Porto. <http://hdl.handle.net/10216/7151>
- Segurança Social. (2023, junho, 06). *Crianças e jovens em situação de perigo*. <https://www.seg-social.pt/criancas-e-jovens-em-situacao-de-perigo>
- Silva, B. C. (2021). *O impacto psicológico da violência doméstica no efetivo policial* [Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna]. Repositórios Científicos de Acesso Aberto de Portugal. <http://hdl.handle.net/10400.26/37038>
- Silva, B., & Pais, L. (2023). Police work on domestic violence: impacts on the police officers. *Revista Brasileira de Ciências Policiais*, 14(13), 25-59. <https://doi.org/10.31412/3psgxw72>
- Silva, J. A. & Fagiolo, G. C. (2024). Fatores de risco para a saúde mental dos policiais militares e potenciais intervenções para mitigar esses fatores: uma revisão científica. *Brazilian Journal of Health Review*7(3),01-14. <https://doi.org/10.34119/bjhrv7n3-439>
- Sottomayor, M & Silva, A. (2003) *Cuidar da Justiça de Crianças e Jovens: A Função dos Juízes Sociais – Actas do Encontro* (1st ed.). Livraria Almedina.
- Tselenti, D., Carvalho, J., Azevedo, V., Gomes, H. S., Haubrock, L. S., Hillert, J., ... Seto, M. C. (2025). Policing child sexual exploitation and abuse cases: a qualitative PRIORITY study of the challenges faced by law enforcement officers in Germany, Portugal, and Sweden. *Policing and Society*, 1–18. <https://doi.org/10.1080/10439463.2024.2447842>
- U.S. Department of Justice. (2001). *Child abuse and neglect: A guide for mandatory reporters*. Office for Victims of Crime. <https://www.justice.gov/file/147491-0/dl?inline=>
- UNICEF. (1989). *Convention on the Rights of the Child*. United Nations. https://www.unicef.pt/media/2766/unicef_convenc-a-o_dos_direitos_da_crianca.pdf

- Vala, J. (1986). A análise de conteúdo. In A. S. Silva & J. Madureira Pinto (Eds.), *Metodologia das ciências sociais* (4ª edição pp. 101–128). Edições Afrontamento.
- Valmari, T., Granholm, V., & Kinnunen, U. (2023). How police officers juggle work, a life partner, and kids: The role of emotional labor and work-family conflict. *Journal of Police and Criminal Psychology*, 38(1), 1–13. <https://doi.org/10.1007/s11896-022-09492-0>
- Vilela, C. S. M. M. (2011). Policiar a cidade: Impactos do trabalho sobre os polícias [Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna]. Repositórios Científicos de Acesso Aberto de Portugal. <http://hdl.handle.net/10400.26/37041>
- Violanti, J. M. (1995). Mystery within: Understanding police suicide. *FBI Law Enforcement Bulletin*, 64(2), 19-23. <https://www.ojp.gov/ncjrs/virtual-library/abstracts/mystery-within-understanding-police-suicide>
- Violanti, J. M., Charles, L. E., McCanlies, E., Hartley, T. A., Baughman, P., Andrew, M. E., Fekedulegn, D., Ma, C. C., Mnatsakanova, A., & Burchfiel, C. M. (2017). Police stressors and health: a state-of-the-art review. *Policing (Bradford, England)*, 40(4), 642–656. <https://doi.org/10.1108/PIJPSM-06-2016-0097>
- Violanti, J. M., Mnatsakanova, A., Andrew, M., Allison, P., Gu, J. K. & Fekedulgen, D. (2021). Effort–Reward Imbalance and Overcommitment at Work: Associations With Police Burnout. *Police Q*, 1(4):440–460. <https://doi.org/10.1177/1098611118774764>
- Violanti, J., Marshall, J. & Howe, B. (1983). Police occupational demands, psychological distress and the coping function of alcohol. *Occup Med*, 25(6), 455-463. <https://doi.org/10.1097/00043764-198306000-00010>
- Viveiros, J. R. (2017). *Os crimes sexuais contra os menores (em particular, o problema do seu bem jurídico)* [Dissertação de Mestrado, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra]. Repositórios da Universidade de Coimbra. <https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/84099/1/TESE%20PDF.pdf>

- World Health Organization. (n.d.). *Lifetime prevalence of child sexual abuse (%)*. Global Health Observatory. <https://www.who.int/data/gho/data/indicators/indicator-details/GHO/lifetime-prevalence-of-child-sexual-abuse-%28-%29>
- Wright, R., Powell, M. B. & Ridge, D. (2006). Child abuse investigation: An in-depth analysis of how police officers perceive and cope with daily work challenges. *Policing An International Journal* 29(3), 498-512. <https://doi.org/10.1108/13639510610684728>
- Young, B., Ford, J., Ruzek, J., Friedman, M., & Gusman, F. (2001). *Disaster mental health services: A guidebook for clinicians and administrators*. The National Center for Post-traumatic Stress Disorder - Department of Veterans Affairs.

Anexos

Anexo 1 – Pedido para realização de entrevistas e disponibilização de dados



S. R.
MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA
POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS
E SEGURANÇA INTERNA

Exmo. Senhor Diretor Nacional Adjunto, para a UORH,

MI Superintendente Ismael Pereira Gaspar Jorge

Assunto: Solicitação de recolha de dados e realização de entrevistas

Eu, Júlia Henriques, Aspirante a Oficial de Polícia finalista do Curso de Mestrado em Segurança Pública, no âmbito da realização da dissertação de mestrado intitulada "Trabalhar com crianças abusadas: Reflexos na saúde física e psicológica dos polícias", sob orientação da Senhora Prof.^a Doutora Lúcia G. Pais, venho mui respeitosamente solicitar a Vossa Ex.^a autorização:

- Para a recolha dos dados estatísticos relacionados com o registo de ocorrências de abuso sexual de menores, durante o período compreendido entre 2014 e 2024;
- Para a realização de entrevistas a polícias que, na última década, tenham trabalhado e respondido a, pelo menos uma, ocorrência de abuso sexual de menores.

A recolha destes dados e a realização das entrevistas tem como intuito explorar o tema, pretendendo que os polícias (participantes voluntários quanto à concessão da entrevista) identifiquem as consequências ao nível da saúde física e ao nível da saúde psicológica, bem como o reconhecimento de estratégias que podem mobilizar para melhor lidar com essas consequências, após darem resposta a uma ocorrência desta natureza.

Saliento que para esta investigação será realizada apenas uma pergunta – “Quais os impactos que considera que resultam de uma resposta a uma ocorrência de abuso sexual de menores?” – sendo que as respostas serão abertas. Aos dados recolhidos será aplicado um procedimento de análise de conteúdo que é, por excelência, o instrumento de análise nos estudos qualitativos, onde se enquadra metodologicamente o presente estudo.

Comprometo-me a manter a confidencialidade dos dados recolhidos, fora do âmbito

da elaboração e discussão da dissertação, bem como a cumprir as demais regras éticas relativas à realização de investigação científica.

Pede deferimento.

Lisboa, 09 de janeiro de 2025

Júlia Henriques

Anexo 2 – Ofício que autoriza a realização das entrevistas



MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA
POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS
E SEGURANÇA INTERNA

Exmo. Senhor Diretor Nacional Adjunto, para a UORH,
MI Superintendente Ismael Pereira Gaspar Jorge

Assunto: Solicitação de recolha de dados e realização de entrevistas

Eu, Júlia Henriques, Aspirante a Oficial de Polícia finalista do Curso de Mestrado em Segurança Pública, no âmbito da realização da dissertação de mestrado intitulada "Trabalhar com crianças abusadas: Reflexos na saúde física e psicológica dos polícias", sob orientação da Senhora Prof.ª Doutora Lúcia G. Pais, venho mui respeitosamente solicitar a Vossa Ex.ª autorização:

- Para a recolha dos dados estatísticos relacionados com o registo de ocorrências de abuso sexual de menores, durante o período compreendido entre 2014 e 2024;
- Para a realização de entrevistas a polícias que, na última década, tenham trabalhado e respondido a, pelo menos uma, ocorrência de abuso sexual de menores.

Autorizado,
mediante a
disponibilidade dos
documentos de Vossa
envolvidos e
da potenciais
entrevistas.

03 FEV. 2025

Diretor Nacional Adjunto
Recursos Humanos

Ismael Pereira Gaspar Jorge
Superintendente

Anexo 3 – Termo de consentimento informado



S. R.
MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA
POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS
E SEGURANÇA INTERNA

Termo de Consentimento Informado

Tomei conhecimento que a estudante finalista do Curso de Mestrado em Segurança Pública do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna (ISCPSI) da Polícia de Segurança Pública, Aspirante a Oficial de Polícia Júlia Henriques, está a desenvolver um estudo que tem como objetivo conhecer qual o impacto, para os polícias que trabalham com as crianças abusadas sexualmente, sob orientação científica da Prof.^a Doutora Lúcia G. Pais, docente no ISCPSI. Neste sentido explicaram-me os objetivos do trabalho, tendo sido solicitada a minha colaboração para uma entrevista.

Fui informado(a) que as respostas serão anónimas e que serão gravadas para facilitar a sua análise, sendo estas gravações destruídas após a sua análise. A minha identificação nunca será divulgada e a minha colaboração tem carácter voluntário, podendo desistir a qualquer momento do trabalho.

Compreendo que não irá existir qualquer tipo de remuneração ou custos pela minha participação neste estudo. É-me garantido que sempre que necessitar de algum esclarecimento o mesmo ser-me-á facultado.

Fui esclarecido(a) sobre todos os aspetos que considero importantes e as perguntas que coloquei foram respondidas. Fui informado(a) que tenho direito a recusar participar e que a minha recusa não terá consequências para mim.

Aceito, pois, colaborar neste estudo e assino este documento onde indicado.

A Investigadora

O(a) Entrevistado(a)

Júlia Henriques

Aspirante a Oficial de Polícia M/158340

Lisboa, de _____ de 2025

Anexo 4 – Exemplos de questões realizadas na entrevista

Pergunta inicial: Qual o impacto de trabalhar com crianças abusadas?

Outras questões feitas no decorrer da entrevista:

➤ Como foi lidar com a situação? O que sentiu e pensou na altura? E o que sentiu e pensou depois?

➤ Alguma vez sentiu qualquer tipo de consequências físicas ou psicológicas? E alterações na sua vida?

➤ Como geriu as suas emoções? Que ferramentas utilizou?

Anexo 5 – Grelha categorial

A-Causas/Origens dos impactos

A.1-Contexto do trabalho

Falta de comunicação

Qualidade do relacionamento entre polícias e a comunidade

Qualidade do relacionamento entre Polícias

Remunerações Inadequadas

Falta de apoio da PSP

Satisfação no Serviço

Condições de trabalho

Crítica por parte dos OCS

Distância entre trabalho-Casa

Exiguidade da oportunidade de carreira

Injustiça remuneratória vs função desempenhada

A.2-Conteúdo do trabalho

Excesso de trabalho

Horários longos

Trabalhar por Turnos

Imprevisibilidade

Rotina

Ausência de rotinas

Burocracia

Pressão do tempo

Adequação da missão/tipo de serviço a desempenhar

Imagem do Profissional/instituição

Ambiguidade do papel

Angústia Moral

Exigência das Tarefas operacionais e riscos associados

B-Consequências Psicológicas					
B.1-Ansiedade	B.2-Depressão	B.3-Burnout	B.4-Fadiga por compaixão	B.5-Trauma primário	B.6-Trauma secundário
Sensação de inquietação/preocupação	Perda de interesse nas atividades	Desgaste emocional	Falta de confiança nos parceiros	Pesadelos	Impacto positivo na vida familiar
Dificuldade de concentração	Grandes mudanças de peso	Nunca identifiquei sinais de <i>burnout</i> nos meus colegas	Culpa	Flashbacks	Impactos negativos na vida familiar
Irritabilidade	Problemas na qualidade do sono	Perda de autoestima	Choque emocional	Hipervigilância	Colocar-se na posição da vítima e ter pensamentos negativos
Medo	Agitação ou falta de energia	Não sinto nenhum indicador de <i>burnout</i>	Pânico		
Tensão Muscular	Frustração		Vulnerabilidade		Colocar-se na posição da família da vítima e ter pensamentos negativos
Exaustão	Sentimento de inutilidade		Sentimento de luto/pesar		
Não sinto nenhum indicador de ansiedade	Pensamentos suicidas		Desespero		
	Não tenho problemas na qualidade do sono		Frieza afetiva/embotamento afetivo		Não sinto nenhum indicador de trauma secundário
	Não sinto nenhum indicador		Impotência		
	Perda de interesse nas atividades		Repugnância		
	Grandes mudanças de peso		Raiva		

C-Consequências

Físicas

Hipertensão arterial

Taquicardia

Hiperventilação

Fadiga

Sede

Náuseas

Tremores

Arrepios e Suores

Alteração do apetite

Não sinto nada

D-Consequências Comportamentais

**D.1-Reações
comportamentais**

Luta ou Fuga

Imobilização

Obediência automática

Alienação

Conflito

Desconfiança

Abandono de atividades

Alterações na fala

Agressividade

Assertivo

Observador/Atento

Exigente

Problemas de adaptação a
novas situações

Não separação da vida pessoal
e da profissional

Impressão de alteração de

características de personalidade

Não sinto nenhum indicador de
reação comportamental

**D.2-Naturalização da
violência**

Ficar indiferente às situações
de violência

Não existe naturalização

**D.3-Naturalização da
morte**

Ficar indiferente às
situações de morte

Não existe naturalização

E-Estratégias de Defesa

E.1-Individual

Exercício físico
Foco na tarefa
Evitar assuntos/abstração
Separação da vida pessoal/profissional
Descanso
Hobbies
Apoio familiar
Apoio médico e/ou psicológico
Consumo de álcool, tabaco ou café
Distanciamento emocional das vítimas
Não utilizo nenhuma estratégia de defesa individual

E.2-Grupal

Exercício físico em grupo
Convívios de grupo (jantares/almoços/tertúlias)
Ventilação de problemas em parceria
Estar atento ao colega do lado
Apoio nos supervisores hierárquicos
Apoio nos psicólogos (instituição)
Adoção de procedimentos técnicos
Humor no ambiente do trabalho
Exercício físico em grupo
Convívios de grupo (jantares/almoços/tertúlias)
Ventilação de problemas em parceria

F-Principais Desafios				
F.1- Lidar com vítimas	F.2-Lidar com suspeitos	F.3-Tipo de situação	F.4-Atendimento	F.5-Performance pessoal
Crianças	Próximo da criança	Abuso sexual de menores	Contactar com os familiares das vítimas	Lesões
Adolescentes	Menor	Situações com Menores	Relação com a vítima	<i>Performance Física</i>
Pais emocionalmente vulneráveis	Desconhecido	Cadáveres de Menores Morte Violenta (suicídio, homicídio) Ver colegas feridos/Mortos Acidente com pessoa conhecida/ente querido Ver colegas feridos/Mortos em serviço Morte/ferimento de civil/ corpos desmembrados Cheiro a sangue/cheiro a corpos carbonizados Entradas Táticas Salvar Vidas Uso de Armas pelo suspeito (de qualquer classe)	Cidadãos/Vítimas impacientes Ser pai como condicionante	<i>Performance Técnica</i>

Uso de arma de fogo
por parte da polícia
Violência doméstica

G-Principais Dificuldades

G.1-Recursos	G.2-Formação Técnica	G.3-Formação saúde mental
Falta de recursos humanos/materiais	Sente déficit de variedade na formação	Sente lacunas na formação em Saúde mental
Falta de Recursos Técnicos	Não há lacunas na formação	Sente lacunas na detecção de sintomas no próprio/em colegas
Não existe falta de humanos/materiais	Falta formação legal	Sente lacunas em gestão de stress durante as ocorrências
Não existe falta de recursos técnicos		Há estigma em relação à saúde mental ou procura de ajuda nesse âmbito
		Sente lacunas na mitigação das consequências do stress

H-Apoio aos Polícias

H.1-Superiores Hierárquicos	H.2-Técnicos/Psicólogos
Folgas compensatórias	Ventilação de problemas
Marcação de férias	Falta acompanhamento especializado
Acompanhamento nas tarefas	Falta acompanhamento especializado (psicólogo) no terreno (por causa do apoio às vítimas)
Reconhecimento	Ida ao psicólogo por determinação superior
Ventilação de problemas	Nunca precisei de ir ao psicólogo
Criação de relação interpessoal	Existe falta de avaliação psicológica
Não há apoio de superiores hierárquicos	Ventilação de problemas
Nunca precisei de falar com um superior hierárquico sobre quaisquer problemas	Falta acompanhamento especializado
Existe uma Tentativa de resolver problemas sobre e dar conforto aos homens	Falta acompanhamento especializado (psicólogo) no terreno (por causa do apoio às vítimas)

I-Ocorrências Policiais

I.1-Avaliação da situação no momento da chamada	I.2-Characterização da situação <i>in loco</i>	I.3-Ações/Reações <i>in loco</i>	I.4-Reações dos cidadãos à presença/ação policial
Preparação mental	Características do local (descrição)	Atenção dirigida às pessoas envolvidas, descrição das situações	Agressões (incluindo tentativa)
Antecipação de cenários	Descrição do acidente/situação	Atenção dirigida ao meio envolvente	Resistência passiva
Antecipação de recursos necessários	Avaliações negativas das situações pelas pessoas locais Perigo para a vida Perigo para a integridade física Diversidade cultural Desafiante Violenta Complexidade Simplicidade	Mobilização de recursos Pacificar ou serenar os ânimos Respeitar o cidadão Colaboração com/dos cidadãos Apoio de polícias Uso de meios coercivos Experiência Bom senso	Resistência ativa Má relação entre cidadão/polícia Boa interação Cidadão Polícia

J-Procura por Ajuda Psicológica

J.1-Fora da instituição	J.2-Na instituição
Receio do desarmamento	Melhor entendimento da condição de polícia
Receio da opinião dos colegas	Proximidade/facilidade no encaminhamento
Receio da opinião dos Superiores Hierárquicos	Desconhecimento de como procurar
Receio da Visão enviesada por parte dos técnicos/psicólogos	
Desvalorização do apoio prestado pela organização	
Possível desvalorização por parte dos técnicos/Psicólogos	
Já é acompanhado fora da Instituição	

Anexo 6 – Descrição da grelha categorial

A – Categoria CAUSAS/ORIGEM DOS IMPACTOS

Nesta categoria encontram-se codificados os dados que se referem a fatores de stress que têm origem o trabalho policial em si, quer seja devido ao seu conteúdo ou ao seu contexto.

A.1 – Subcategoria CONTEXTO DO TRABALHO

Nesta subcategoria codificou-se a informação que diz respeito aos fatores de stress relacionados com o contexto de trabalho, realçando-se como exemplo a satisfação do polícia com o serviço, a sua relação com colegas ou até a falta de apoio da PSP.

Ex. (E07) “Neste caso os colegas e eu tenho tido essa sorte não acontece sempre, mas os meus grupos de trabalho têm sido sempre excelentes (...) E lá está para além de colegas, também somos amigos.”

Ex. (E18) “É um trabalho que me preenche.”

A.2 – Subcategoria CONTEÚDO DO TRABALHO

Nesta subcategoria codificou-se a informação que diz respeito aos fatores de stress diretamente ligados ao conteúdo de trabalho realçando-se como exemplo, a burocracia existente, a imprevisibilidade do trabalho e a ambiguidade do papel dos policiais.

Ex. (E16) “Acho que devia ser tudo, especialmente nestes casos, tal como na violência doméstica, mas pronto, já estamos a falar. Acho que devíamos melhorar muito nesse aspeto (...) Porque as vítimas, é só papéis, só papéis. Vêm muitos papéis.”

Ex. (E10) “E aqui a patrulha, neste caso, é dura. Porque nós somos a primeira OPC a chegar ao local. Estas situações de nós, são nós que temos o primeiro impacto sei nunca saber o que aí vem.”

B – Categoria CONSEQUÊNCIAS PSICOLÓGICAS

Nesta categoria encontram-se codificados os dados que se referem a sintomas psicológicos que os policiais tenham sentido, mais concretamente sintomas de ansiedade, depressão, *burnout*, fadiga por compaixão, trauma primário e trauma secundário.

B.1 – Subcategoria ANSIEDADE

Nesta subcategoria codificou-se a informação que diz respeito a referências a sintomas de ansiedade, enquadrando-se aqui por exemplo, a sensação de inquietação/preocupação e o medo.

Ex. (E04) “É passar e ignorar, mas não sei se com o passar dos anos isso é tão assim (...) Mas lá está, é como lhe disse, sou polícia há pouco tempo, não sei se é algo que vá funcionar com o tempo.”

Ex. (E19) “Um dia mais tarde não sabe o dia da manhã e mais tarde poderá vir a ser a nossa criança, uma pessoa fica com medo, não é?”

B.2 – Subcategoria DEPRESSÃO

Nesta subcategoria codificou-se a informação que diz respeito a sintomas de depressão, tendo-se aqui como exemplos o sentimento de frustração, os problemas na qualidade do sono e o sentimento de inutilidade.

Ex. (06) “É o medo que aconteça a algum dos meus, é inevitável ter esse sentimento constante.”

B.3 – Subcategoria BURNOUT

Nesta subcategoria codificou-se a informação que diz respeito a sintomas de burnout, salientando-se a título de exemplo, a perda de autoestima.

Ex. (E07) “Exatamente isto é um desgaste brutal e é mesmo um desgaste brutal...”

– Subcategoria FADIGA POR COMPAIXÃO

Nesta subcategoria codificou-se a informação que diz respeito a sintomas de fadiga por compaixão, salientando-se como exemplo, o sentimento de impotência, choque emocional e raiva.

Ex. (E03) “Como é que vou dizer? É uma situação de impotência. Você vê alguém que não tem a capacidade de defender e depois nós chegamos ali a sentir impotentes (...) É que nós não fizemos, não fomos capazes de evitar alguma coisa daqueles.”

Ex. (E14) “Mas tudo ali foi repugnante (...) foi nojento, mesmo!”

B.5 – Subcategoria TRAUMA PRIMÁRIO

Nesta subcategoria codificou-se a informação que diz respeito a sintomas de trauma primário, enquadrando-se aqui, por exemplo, pesadelos, flashbacks e hipervigilância.

Ex. (08) “Ainda hoje me lembro da expressão dele, e já passaram alguns meses (...) O olhar daquele miúdo ficou-me na cabeça.”

B.6 – Subcategoria TRAUMA SECUNDÁRIO

Nesta subcategoria codificou-se a informação que diz respeito a sintomas de trauma secundário, podendo ser tidos como exemplo, o colocar-se na posição dos familiares das vítimas ou até o impacto positivo na vida familiar por comparação com as situações das vítimas.

Ex. (E13) “chego a casa e fico a olhar para os meus filhos a brincar, e só penso no quanto as outras crianças foram roubadas da sua infância (...) coloco-me no lugar daquelas crianças. Há situações que me ficam na cabeça durante semanas.”

C – Categoria CONSEQUÊNCIAS FÍSICAS

Nesta categoria encontram-se codificados os dados que se referem a sintomas físicos que os policiais tenham sentido, como sendo, arrepios e suores, náuseas, hipertensão arterial ou até mesmo fadiga.

Ex. (E07) “Já são alguns anos disto, chega ao ponto em que já estamos cansados...”

D – Categoria CONSEQUÊNCIAS COMPORTAMENTAIS

Nesta categoria encontram-se codificados os dados que se referem às consequências comportamentais sentidas e relatadas pelos policiais incluindo a sua predisposição para a naturalização da violência e da morte.

D.1 – Subcategoria REAÇÕES COMPORTAMENTAIS

Nesta subcategoria codificou-se a informação que diz respeito às consequências sentidas pelos policiais, ao nível comportamental, salientando-se, por exemplo, a exigência, a observação e a desconfiança.

Ex. (E02) “Ter mais atenção, dar mais atenção a essas situações, saber ouvir, para que, quando acontecer novamente, consiga ter a resolução para o problema.”

Ex. (E11) “Uma pessoa que fica sem saber ao certo o que fazer e o que dizer, é muito complexo para reagir logo.”

D.2 – Subcategoria NATURALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA

Nesta subcategoria codificou-se a informação que diga respeito ao modo como a confrontação constante com violência leva a que certas situações deixem de impactar o polícia.

Ex. (E06) “As agressões assim mais graves, já é algo normal (...) Uma pessoa já só chega e aciona os meios médicos, como se fosse algo comum.”

D.3 – Subcategoria NATURALIZAÇÃO DA MORTE

Nesta subcategoria codificou-se a informação que diga respeito ao modo como a confrontação constante com a morte leva a que certas situações deixem de impactar o polícia.

E – Categoria ESTRATÉGIAS DE DEFESA

Nesta categoria encontram-se codificados os dados que se referem às estratégias, tanto individuais como grupais, utilizadas pelos policiais para lidar com as situações com que lidam na sua missão.

E.1 – Subcategoria ESTRATÉGIAS INDIVIDUAIS

Nesta subcategoria codificou-se a informação que diga respeito às estratégias de defesa individuais cujos policiais utilizam, de forma a evitar o desenvolvimento dos mais variados sintomas sentidos por eles. Enquadram-se aqui, por exemplo, fatores como a abstração do assunto, a separação da vida pessoal/familiar e o apoio familiar.

Ex. (E01) “Eu pessoalmente, eu tenho, a minha máxima é, termino o trabalho, eu tiro a farda, a farda fica no trabalho, e quando a farda fica no trabalho eu tento não transpor para casa esses problemas.”

Ex. (E11) “Eu faço desporto (...) Vou-me distraíndo do que vejo e oiço aqui.”

E.2 – Subcategoria ESTRATÉGIAS GRUPAIS

Nesta subcategoria codificou-se a informação que diga respeito a estratégias de grupo para a mitigação de sintomas, tendo-se como exemplo, a ventilação de problemas em parceria, o recurso, os convívios em grupo e estar atento aos colegas do lado.

Ex. (E02) “Logo, como eu disse nos primeiros dias, vamos pensar nessa situação. E até comentamos com alguém, algum amigo ou alguma coisa assim, também para nos... A gente ao falar entre nós, às vezes, também nos ajuda a dissipar esse sentimento.”

F – Categoria PRINCIPAIS DESAFIOS

Nesta categoria encontram-se codificados os dados que se referem aos desafios sentidos pelos policiais, desde a forma como lidam com as vítimas e criam uma ligação com as mesmas até ao tipo de situação com que se deparam.

F.1 – Subcategoria LIDAR COM VÍTIMAS

Nesta subcategoria codificou-se a informação que diga respeito às vítimas com que os policiais têm de lidar, por exemplo, vítimas crianças, adolescentes e pais emocionalmente vulneráveis.

Ex. (E17) “Quanto menor for a idade, é sempre mais difícil porque fazemos algumas situações e, pelo menos, aquelas crianças que nós vamos, que são mais ou menos mais novas.”

Ex. (E20) “É mais difícil porque o menor muitas vezes não tem consciência, muita consciência daquilo que se passou.”

F.2 – Subcategoria LIDAR COM SUSPEITOS

Nesta subcategoria codificou-se a informação que diga respeito à atuação e abordagem dos policiais para com os suspeitos da prática de abuso sexual de menores.

Ex. (E05) “É que depois nem inglês falava, só a língua nativa dele mesmo... cheguei a ir lá bater-lhe à porta e ele ainda me atirou um cigarro para as botas e só dizia no english”

F.2 – Subcategoria TIPO DE SITUAÇÃO

Nesta subcategoria codificou-se a informação que diga respeito ao tipo de situação vivenciada pelo polícia, enquadrando-se aqui, como exemplo, uma situação com abuso sexual de menor, situações com menores e mortes violentas.

Ex. (E09) “Especificamente, custa mais um bocadinho, lá está, quando são os abusos sexuais de crianças, não só por ser emocionalmente desgastante, mas também porque os procedimentos são muito específicos.”

Ex. (E03) “Serviços que envolvam, principalmente para mim, serviços que envolvam crianças é mais complicado, retirada de crianças é muito complicado. Tudo que envolva crianças para mim são serviços complicados.”

F.3 – Subcategoria ATENDIMENTO

Nesta subcategoria codificou-se a informação que diga respeito ao atendimento dos cidadãos, sejam familiares das vítimas ou não, estando aqui também inserida a relação estabelecida com a vítima e a própria condição do polícia ser pai como indicador influente.

Ex. (E16) “Quando a criança precisa ali sentir uma proteção, sendo nós a primeira ou a segunda pessoa da primeira linha, digamos assim, que estamos a enfrentá-la, a contactá-la, temos de ter ali um bocadinho de cuidado com isso, com a abordagem que temos.”

Ex. (E01) “por outro lado, e experienciado na minha questão pessoal por ser pai, não é fácil não nos deixarmos contagiar por aquela situação.”

F.4 – Subcategoria PERFORMANCE PESSOAL

Nesta subcategoria codificou-se a informação que diga respeito aos desafios sentidos pelos polícias em termos de performance na atuação, ao nível operacional.

G – PRINCIPAIS DIFICULDADES

Nesta categoria encontram-se codificados os dados que se referem às dificuldades relatadas pelos polícias como fatores que afetam o desempenho da sua missão, nomeadamente através dos recursos disponíveis e a formação dada pela instituição.

G.1 – Subcategoria RECURSOS

Nesta subcategoria codificou-se a informação que diga respeito aos recursos disponíveis, sejam eles humanos, materiais ou técnicos, e que permitem o cumprir da missão policial.

G.2 – Subcategoria FORMAÇÃO TÉCNICA

Nesta subcategoria codificou-se a informação que diga respeito à formação técnica dos polícias, como sendo a falta de formação legal, o défice na sua variedade e o tempo reduzido de formação.

Ex. (E04) “Até porque na EPP sinto que isso falha muito... nem falamos de menores, nem como vítimas nem como criminosos”

Ex. (E18) “Na EPP é muito a parte operacional... só interessa os crimes gerais e tudo o que é mais comum. Tudo o que é fora disso, nós é que já temos de vir com as bases cá para dentro. Ou isso, ou procurar ter essas bases depois do curso, mas pela polícia não há nada!”

G.3 – Subcategoria FORMAÇÃO SAÚDE MENTAL

Nesta subcategoria codificou-se a informação que diga respeito à formação em saúde mental onde se enquadra a perceção por parte do polícia de lacunas nesta formação e a existência de estigma relativamente a este tema.

Ex. (E14) “Se estás mal psicologicamente, és fraco. Se te afetas com um caso, não serves para aquilo (...) Pior... fazem piadas.”

H – Categoria APOIO A POLÍCIAS

Nesta categoria encontram-se codificados os dados que se referem ao apoio prestado ao polícia quer por parte dos superiores hierárquicos, quer por parte de técnicos ou psicólogos.

H.1 – Subcategoria SUPERVISORES/SUPERIORES HIERÁRQUICOS

Nesta subcategoria codificou-se a informação que diga respeito ao apoio prestado pelos superiores hierárquicos aos policiais, estando aqui incluídos fatores como o reconhecimento, a criação de uma relação interpessoal ou até a percepção de falta de apoio por parte dos policiais.

Ex. (E07) “Mas acho que as os comandos se afastaram muito (...) Estamos cá em baixo e tenho alguém para puxar as orelhas, mas não para ajudar (...) Acho que nós cá em baixo temos de ser mimados e não somos”

Ex. (E12) “Se ficar à espera do oficial não tenho nada, são os mais velhos que me acodem.”

H.2 – Subcategoria TÉCNICOS/PSICÓLOGOS

Nesta subcategoria codificou-se a informação que diga respeito ao apoio prestado por técnicos ou psicólogos aos policiais, tendo-se aqui como exemplos a falta de acompanhamento especializado ou a ida ao psicólogo por determinação superior.

Ex. (E13) “São precisos mais psicólogos, mais acompanhamento (...) os policiais não são robots.”

Ex. (E09) “Mas realmente quem precisa não é acompanhado (...) Precisam de ser seguidos ao longo do tempo, o que não acontece.”

I – Categoria OCORRÊNCIAS POLICIAIS

Nesta categoria encontram-se codificados os dados que se referem às ocorrências policiais, desde o momento em que ocorre a chamada, às ações dos policiais e posteriores reações dos cidadãos.

I.1 – Subcategoria AVALIAÇÃO NO MOMENTO DA CHAMADA

Nesta subcategoria codificou-se a informação que diga respeito ao momento da chamada para o local da ocorrência, estando aqui enquadrados fatores como a antecipação de cenários e a preparação mental dos policiais.

Ex. (E18) “Vamos para lá já com a mente aberta, podemos apanhar uma criança em todo o tipo de condições, temos de nos preparar para ver e ouvir coisas chocantes.”

I.2 - Subcategoria CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO IN LOCO

Nesta subcategoria codificou-se a informação que diga respeito à caracterização da situação, nomeadamente a descrição da ocorrência e a forma como esta se pode revelar desafiante ou complexa.

Ex. (E15) “Houve uma doutora que veio ter connosco a dizer que estava a consultar duas crianças, que elas afirmavam ter algumas dores na zona genital e que tinham sido aliciadas em via longa para entrar dentro de uma viatura.”

Ex.(E06) “Com a notícia o miúdo ficou em estado de choque e a tentar ligar para toda a gente e ninguém lhe estava a atender. Até ligou para a empresa onde a mãe era segurança e também ninguém lhe atendeu. “

I.3 – Subcategoria AÇÕES/REAÇÕES IN LOCO

Nesta subcategoria codificou-se a informação que diga respeito às ações do polícia no decorrer da ocorrência. Enquadram-se aqui fatores como a pacificação dos ânimos, a mobilização de recursos, a experiência ou o bom senso.

Ex. (E01) “Eu estava juntamente com um outro colega, o colega passou-se. Passou-se... tive de chegar à frente e acalmar toda a situação.”

Ex. (E09) “E esse adequar, sendo que foi a profissão em si que o ajudou também já tem uns anos de experiência que o foi facilitando.”

I.4 – Subcategoria REAÇÃO DOS CIDADÃOS À PRESENÇA/AÇÃO POLICIAL

Nesta subcategoria codificou-se a informação que diga respeito às reações dos cidadãos quer à presença quer à ação policial. Assim, têm-se como exemplo dados de resistência dos cidadãos, de agressões e de boa ou má relação entre polícia e cidadão.

Ex. (E12) “E até por verem polícias tão jovens têm o mais à-vontade para falar connosco (...) até ficam contentes com a nossa presença ali.”

J – Categoria PROCURA POR AJUDA PSICOLÓGICA

Nesta categoria encontram-se codificados os dados que se referem a uma procura do polícia por ajuda psicológica, podendo esta ajuda ser feita dentro ou fora da instituição.

J.1 – Subcategoria FORA DA INSTITUIÇÃO

Nesta subcategoria codificou-se a informação que diga respeito à procura por ajuda fora da instituição, seja pela desvalorização o apoio prestado pela organização, pelo receio de desarmamento ou até pelo receio da opinião dos colegas.

Ex. (E03) “Não há muito apoio por parte da PSP. Infelizmente, é o que eu penso. Porque não há ninguém que realmente se preocupe.”

Ex. (E18) “Mas sinto que ainda não é suficiente, uma pessoa infelizmente vê os resultados...”

J.2 – Subcategoria NA INSTITUIÇÃO

Nesta subcategoria codificou-se a informação que diga respeito à procura de ajuda psicológica dentro da instituição, enquadrando-se motivos como a facilidade no encaminhamento ou até o melhor entendimento da condição de polícia e o desconhecimento de como procurar.

Ex. (E19) “Sou-lhe honesto nunca precisei então nem sei dizer (...) Mas devia ser divulgado para todos saberem.”

Ex. (E09) “Eu acredito que seja útil, seja válido e eu percebo a ideia das instituições de psicologia de o tentar ao máximo minimizar as tentativas, os pedidos de auxílio, por mais que estejam encobertos, portanto eu acredito que realmente é útil.”

Anexo 7 – Quadro de resultados obtidos –Frequências de u.r. por subcategoria e categoria

Categorias	Subcategorias	Indicadores	Unidades de Registo	Σ subcategorias	Σ categorias
A-Causas/Origens dos impactos	A.1 – Contexto do trabalho	Falta de comunicação	1	39	70
		Qualidade do relacionamento entre polícias e a comunidade	0		
		Qualidade do relacionamento entre Polícias	12		
		Remunerações Inadequadas	2		
		Falta de apoio PSP	7		
		Satisfação no Serviço	10		
		Condições de trabalho	2		
		Crítica por parte dos OCS	1		
		Distância entre trabalho-casa	4		
		Exiguidade da oportunidade de carreira	0		

	Injustiça remuneratória vs função desempenhada	0		
A.2 - Conteúdo do trabalho	Excesso de trabalho	3		
	Horários longos	3		
	Trabalhar por Turnos	2		
	Imprevisibilidade	8		
	Rotina	1		
	Ausência de rotinas	0		
	Burocracia	8		
	Pressão do tempo	0		
	Adequação da missão/tipo de serviço a desempenhar	1		
	Imagem do Profissional/instituição	0		
	Ambiguidade do papel	4		
	Angústia Moral	1		
	Exigência das Tarefas operacionais e riscos associados	0		
B-Consequências psicológicas	B.1 – Ansiedade	Sensação de inquietação/preocupação	15	
		Dificuldade de concentração	0	23
				214

	Irritabilidade	0	
	Medo	6	
	Tensão Muscular	0	
	Exaustão	0	
	Não sinto nenhum indicador de ansiedade	2	
B.2 - Depressão	Perda de interesse nas atividades	0	
	Grandes mudanças de peso	0	
	Problemas na qualidade do sono	4	
	Agitação ou falta de energia	1	17
	Frustração	6	
	Sentimento de inutilidade	4	
	Pensamentos suicidas	0	
	Não tenho problemas na qualidade do sono	0	
	Não sinto nenhum indicador	2	
B.3 - Burnout	Desgaste emocional	1	
	Nunca identifiquei sinais de burnout nos meus colegas	0	3
	Perda de autoestima	0	
	Não sinto nenhum indicador de burnout	2	
B.4 - Fadiga por compaixão	Falta de confiança nos parceiros	0	128
	Culpa	2	

	Choque emocional	23	
	Pânico	0	
	Vulnerabilidade	19	
	Sentimento de luto/pesar	16	
	Desespero	6	
	Frieza afetiva/embotamento afetivo	2	
	Impotência	27	
	Repugnância	10	
	Raiva	23	
B.5 - Trauma primário	Pesadelos	1	
	Flashbacks	4	5
	Hipervigilância	0	
B.6 - Trauma secundário	Impacto positivo na vida familiar, por comparação com as situações das vítimas	7	
	Impactos negativos na vida familiar	3	
	Colocar-se na posição da vítima e ter pensamentos negativos	14	38
	Colocar-se na posição dos familiares das vítimas e ter pensamentos negativos	14	
	Não sinto nenhum indicador de trauma secundário	0	
C – Consequências físicas	Hipertensão arterial	0	22

		Taquicardia	0		
		Hiperventilação	0		
		Fadiga	2		
		Sede	0		
		Náuseas	0		
		Tremores	0		
		Arrepios e Suores	0		
		Alteração do apetite	0		
		Não sinto nada	20		
D – Consequências Comportamentais	D.1 - Reações comportamentais	Luta ou Fuga	5		
		Imobilização	4		
		Obediência automática	0		
		Alienação	1	80	96
		Conflito	0		
		Desconfiança	9		
		Abandono de atividades	2		

		Alterações na fala	0		
		Agressividade	3		
		Assertivo	8		
		Observador/Atento	9		
		Exigente	24		
		Problemas de adaptação a novas situações	7		
		Não separação da vida pessoal e da profissional	5		
		Impressão de alteração de características de personalidade	1		
		Não sinto nenhum indicador de reação comportamental	2		
	D.2 - Naturalização da violência	Ficar indiferente às situações de violência	8	14	
		Não existe naturalização	6		
	D.3 - Naturalização da morte	Ficar indiferente às situações de morte	2	2	
		Não existe naturalização	0		
E- Estratégias de Defesa	E.1 - Individual	Exercício físico	19		
		Foco na tarefa	16	142	175
		Evitar assuntos/abstração	47		

		Separação da vida pessoal/profissional	20		
		Descanso	2		
		Hobbies	5		
		Apoio familiar	25		
		Apoio médico e/ou psicológico	2		
		Consumo de álcool, tabaco ou café	0		
		Distanciamento emocional das vítimas	6		
		Não utilizo nenhuma estratégia de defesa individual	0		
	E.2 - Grupal	Exercício físico em grupo	0		
		Convívios de grupo (jantares/almoços/tertúlias)	3		
		Ventilação de problemas em parceria	19	33	
		Estar atento ao colega do lado	4		
		Apoio nos supervisores hierárquicos	0		
		Apoio nos psicólogos (instituição)	2		
		Adoção de procedimentos técnicos	0		
		Humor no ambiente do trabalho	5		
F. - Principais Desafios	F.1 - Lidar com vítimas	Crianças	56	88	249
		Adolescentes	22		

	Pais emocionalmente vulneráveis	10	
F.2 - Estilo de vida dos toxicodependentes	Próximo da criança	14	
	Menor	3	19
	Desconhecido	2	
F.3 - Tipo de situação	Abuso sexual de menores	29	
	Situações com Menores	18	
	Cadáveres de Menores	4	
	Morte Violenta (suicídio, homicídio)	3	
	Ver colegas feridos/Mortos	3	
	Acidente com pessoa conhecida/ente querido	0	
	Ver colegas feridos/Mortos em serviço	0	
	Morte/ferimento de civil/ corpos desmembrados	1	59
	Cheiro a sangue/cheiro a corpos carbonizados	0	
	Entradas Táticas	0	
	Salvar Vidas	0	
	Uso de Armas pelo suspeito (de qualquer classe)	0	
	Uso de arma de fogo por parte da polícia	0	

		Violência doméstica	1		
	F.4 - Atendimento	Contactar com os familiares das vítimas	3		
		Relação com a vítima	49	83	
		Cidadãos/Vítimas impacientes	0		
		Ser pai como condicionante	31		
	F.5 – Performance Pessoal	Lesões	0		
		Performance Física	0	0	
		Performance Técnica	0		
G - Principais dificuldades	G.1 - Recursos	Falta de recursos humanos/materiais	0		
		Falta de Recursos Técnicos	2	2	
		Não existe falta de humanos/materiais	0		
		Não existe falta de recursos técnicos	0		
	G.2 – Formação técnica	Sente défice de variedade na formação	2		
		Não há lacunas na formação	0	37	42
		Falta formação legal	35		
		Tempo de formação é pouco	0		
	G.3 – Formação saúde mental	Sente lacunas na formação em Saúde mental	0		
		Sente lacunas na deteção de sintomas no próprio/em colegas	0	3	

		Sente lacunas em gestão de stress durante as ocorrências	0	
		Há estigma em relação à saúde mental ou procura de ajuda nesse âmbito	3	
		Sente lacunas na mitigação das consequências do stress	0	
H – Apoio aos Polícias	H.1 - Superiores hierárquicos	Folgas compensatórias	0	
		Marcação de férias	0	
		Acompanhamento nas tarefas	0	
		Reconhecimento	1	
		Ventilação de problemas	0	
		Criação de relação interpessoal	0	20
		Não há apoio de superiores hierárquicos	18	
		Nunca precisei de falar com um superior hierárquico sobre quaisquer problemas	1	
		Existe uma Tentativa de resolver problemas sobre e dar conforto aos homens	0	
	H.2 - Técnicos/ Psicólogos	Ventilação de problemas	0	52
		Falta acompanhamento especializado	28	

		Falta acompanhamento especializado (psicólogo) no terreno (por causa do apoio às vítimas)	0		
		Ida ao psicólogo por determinação superior	8		
		Nunca precisei de ir ao psicólogo	2		
		Existe falta de avaliação psicológica	14		
I - Ocorrências Policiais	I.1 - Avaliação da situação no momento da chamada	Preparação mental	4	4	
		Antecipação de cenários	0		
		Antecipação de recursos necessários	0		
	I.2 - Caracterização da situação In loco	Características do local (descrição)	0	188	238
		Descrição do acidente/situação	147		
		Avaliações negativas das situações pelas pessoas locais	0		
		Perigo para a vida	0		
		Perigo para a integridade física	0		
		Diversidade cultural	0		
		Desafiante	1		

	Violenta	0	
	Complexidade	39	
	Simplicidade	1	
I.3 - Ações/reações In loco	Atenção dirigida às pessoas envolvidas, descrição das situações	1	
	Atenção dirigida ao meio envolvente	0	
	Mobilização de recursos	7	
	Pacificar ou serenar os ânimos	3	
	Respeitar o cidadão	2	39
	Colaboração com/dos cidadãos	0	
	Apoio de polícias	4	
	Uso de meios coercivos	0	
	Experiência	20	
	Bom senso	2	
	I.4 - Reações dos cidadãos à presença/ação policia	Agressões (incluindo tentativa)	1
Resistência passiva		1	7
Resistência ativa		0	
Má relação entre cidadão/polícia		1	
Boa interação Cidadão Polícia		4	

J - Procura por ajuda Psicológica	J.1 - Fora da Instituição	Receio do desarmamento	1	8	13	
		Receio da opinião dos colegas	2			
		Receio da opinião dos Superiores Hierárquicos	0			
		Receio da Visão enviesada por parte dos técnicos/psicólogos	0			
		Desvalorização do apoio prestado pela organização	4			
		Possível desvalorização por parte dos técnicos/Psicólogos	0			
		Já é acompanhado fora da Instituição	1			
		J.2 - Na Instituição	Melhor entendimento da condição de polícia			2
			Proximidade/facilidade no encaminhamento			0
			Desconhecimento de como procurar			3
TOTAIS Σ u.r.				1191		